

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC

DAIANE PAVAN

**AMBIENTE INSTITUCIONAL PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR: ESTUDO DE CASO COM AGRICULTORES PARTICIPANTES DE  
FEIRAS LIVRES**

Chapecó

2014

DAIANE PAVAN

**AMBIENTE INSTITUCIONAL PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR: ESTUDO DE CASO COM AGRICULTORES PARTICIPANTES DE  
FEIRAS LIVRES**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina, de Chapecó, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Administração.

Professor Orientador: Dr. Silvio Santos Junior

Chapecó  
2014

DAIANE PAVAN

**AMBIENTE INSTITUCIONAL PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR: ESTUDO DE CASO COM AGRICULTORES PARTICIPANTES DE  
FEIRAS LIVRES**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado Profissional em Administração da  
Universidade do Oeste de Santa Catarina, de  
Chapecó, como requisito à obtenção do grau de  
Mestre em Administração.

Aprovada em: 12/12/2014

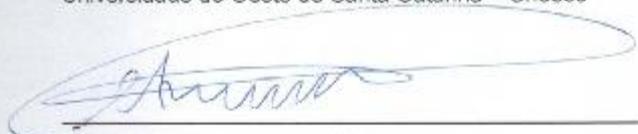
**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Silvio Santos Junior

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc



---

Prof. Dr. Cesar Augustus Winck

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc



---

Dr. Clóvis Dorigon

Epagri Chapecó

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida: minha mãe Maristela, meu pai Ildo e ao meu marido Renato, pelo apoio constante.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus e a Nossa Senhora das Graças, pela vida e amparo nos momentos difíceis.

Aos meus pais, Ildo e Maristela pela educação e por serem meus exemplos de vida, sempre comigo, jamais me deixando desistir de um sonho. Saibam que as palavras “filha, vamos dar um jeito” foram o combustível para esta realização. Amo muito vocês.

Ao meu marido, Renato, pelo apoio incondicional nesta caminhada, pela paciência, por ser a pessoa que me acalmou nas horas de incerteza, fazendo-me confiar que seria possível.

Ao Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes) pela bolsa de estudos que proporcionou o custeio e conclusão deste curso.

Ao professor Silvio Santos Junior pela orientação deste trabalho, sempre disposto a auxiliar com seus conhecimentos.

À Unoesc Chapecó pela oportunidade da realização do sonho da docência no ensino superior. Em especial, aos professores Celso e Inocencia, pelo suporte e apoio durante a realização do trabalho.

Aos docentes do Programa de Mestrado Profissional em Administração da Unoesc, pela dedicação ao ensino, pelas experiências compartilhadas e ensinamentos.

À secretária do Programa de Mestrado Profissional em Administração, Renata Ziger, pela dedicação e prestatividade em atender nossas solicitações prontamente.

A todos que de alguma forma contribuíram para a minha chegada até este momento. Obrigada.

## RESUMO

Nas últimas décadas, a agricultura familiar vem assumindo importância estratégica para o desenvolvimento sustentável. Embora sempre tenha participado de forma direta e indireta para o desenvolvimento das regiões, poucos eram os estímulos institucionais a este segmento da sociedade. No Brasil, a partir da década de 1990, a classe passou a ser reconhecida e programas institucionais foram desenvolvidos. Neste contexto o município de Chapecó (SC), *lócus* deste estudo, desenvolveu-se baseado em um modelo agroindustrial, cujo crescimento acelerado gerou o aumento da oferta de trabalho no meio urbano e, por consequência, o êxodo rural. Na tentativa de mitigar a situação o poder público, agricultores e consumidores, em 1998 criaram as feiras livres, nas quais os agricultores tiveram a oportunidade de comercializar seus produtos diretamente aos consumidores. Assim, o problema de fundo que norteia este estudo é identificar a importância do ambiente institucional para as Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos no sentido de fortalecer a agricultura familiar do município de Chapecó (SC). Para resolver esta problemática, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o ambiente institucional das feiras livres de Chapecó (SC) para o fortalecimento da agricultura familiar. Especificamente, pretendeu-se: identificar o perfil dos agricultores participantes da feira; verificar a organização e a relação interna entre os agricultores; e identificar as possíveis contribuições do fomento público no ambiente institucional das feiras do município de Chapecó (SC). Para o cumprimento destes objetivos o estudo ancorou-se na abordagem teórica da Nova Economia Institucional – NEI, e fez um resgate histórico da agricultura familiar na Região Oeste de Santa Catarina e as políticas públicas associadas à temática. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa de caráter descritivo, sendo a coleta de dados realizada por meio de entrevista semiestruturada, com 12 famílias de agricultores feirantes, bem como a observação não participativa nos pontos de feira livre, além de um questionário aplicado ao coordenador do projeto Sedema, vinculado ao órgão municipal responsável pelas feiras livres. A interpretação dos dados ocorreu mediante a análise narrativa. Os achados revelam que as propriedades se caracterizam como minifúndios, com uma força de trabalho envelhecida e número de integrantes reduzido. A pesquisa revelou que as feiras livres representam uma alternativa para diversificação de renda e produção, acesso aos mercados e permanência na atividade rural, uma vez que a

renda gerada por ela apresenta-se acima da média da região. O ambiente institucional das feiras livres encontra-se permeado por instituições formais e predominantemente informais, seja na constituição legal do programa no município, seja na relação entre os agricultores e os clientes. Estas instituições informais geram comportamentos baseados na confiança, derivada da frequência das transações, reduzindo a ação oportunista dos agentes e mantendo o equilíbrio do ambiente institucional.

Palavras-chave: Agronegócio. Sustentabilidade. Políticas públicas. Agricultura familiar.

## ABSTRACT

In recent decades, the family farm has assumed strategic importance for sustainable development. Although it has always participated directly and indirectly in the development of the regions, there were few institutional stimuli for this segment of society. In Brazil, since the 1990s, the class was recognized and institutional programs were developed. In this context the municipality of Chapecó (SC), the *locus* of this study, developed based on an agro-industrial model, whose rapid growth generated an increase in labor needs in urban areas and consequently, provoked the rural exodus. In an attempt to mitigate the situation, the Government, farmers and consumers, in 1998 created the farmer's markets, in which farmers had the opportunity to market their products directly to consumers. As such, the basic problem that guides this study is to identify the importance of the institutional environment for the Markets of Agro-ecological and Colonial Products in the sense of strengthening family agriculture in the municipality of Chapecó (SC). To resolve this problem, this study had the aim of analyzing the institutional environment of the farmer's markets of Chapecó (SC) in strengthening family agriculture. Specifically, it was intended: to identify the profile of farmers attending the market; check the organization and the internal relationship between farmers; and identify possible contributions of public support in the institutional environment of the markets in Chapecó (SC). To fulfill these objectives, the study was anchored in the theoretical approach of New Institutional Economics – NEI (Nova Economia Institucional), and made a historical review of family farming in the Western Region of Santa Catarina and the public policies related to this issue. The research is characterized as qualitative and descriptive in nature, with data collection conducted through semi-structured interviews with 12 families of farming market vendors, as well as non-participatory observation on points of the farmer's market, and a questionnaire administered to the coordinator of the Sedema project, linked to the municipal agency responsible for the farmer's markets. The interpretation of the data occurred through narrative analysis. The findings reveal that the properties are characterized as small farms with an aging workforce and a reduced number of members. The survey revealed that the markets represent an alternative for diversification of income and production, market access and continuance of the rural activities, all since the income generated by it is above the regional average. The institutional environment

of the farmer's markets is predominantly permeated by formal and informal institutions, whether in the legal constitution of the program in the municipality, or in the relationship between farmers and customers. These informal institutions generate behavior based on trust, derived from the frequency of transactions, reducing opportunistic behavior of the agents and keeping the balance of the institutional environment.

Keywords: Agribusiness. Sustainability. Public policies. Family farming.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Etapas de formulação de políticas públicas .....	33
Quadro 2 – Modalidades de políticas públicas.....	34
Quadro 3 – Eixos de ação do Pronaf .....	37
Quadro 4 – Tipos de especificidades de ativos.....	54
Quadro 5 – Esquema de pesquisa .....	57
Mapa 1 – Localização dos pontos das feiras livres de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó.....	57
Quadro 6 – Critérios de seleção dos respondentes .....	61
Quadro 7 – Categorias de análise utilizadas no estudo .....	64
Quadro 8 – Proposição de melhorias no ambiente institucional nas Feiras livres de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó.....	105

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estabelecimentos e área da agricultura familiar no Brasil – divisão por regiões (2006).....	37
Tabela 2 – Evolução populacional do Município de Chapecó (SC) .....	40
Tabela 3 – Localização das feiras, quantidade de bancas, dias e horário de atendimento .....	45
Tabela 4 – Tamanho da propriedade em hectares .....	67
Tabela 5 – Membros da família e idade .....	68
Tabela 6 – Escolaridade dos membros da família .....	69
Tabela 7 – Ocupação principal dos membros da família .....	70
Tabela 8 – Produtos comercializados nas feiras livres .....	72
Tabela 9 – Como soube da existência da feira livre.....	78

## LISTA DE SIGLAS

APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
Aprofec	Associação dos Produtores Feirantes de Chapecó
Arasri	Associação Regional Apícola Santa Rita
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Bancoob	Banco Cooperativo do Brasil
Bansicredi	Banco Cooperativo Sicredi S.A
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Cooperfamiliar	Cooperativa dos Agricultores Familiares
DNTR - CUT	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
ECT	Economia dos Custos de Transação
Epagri	Empresa de Pesquisa e Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Febraban	Federação Brasileira das Associações de Bancos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
IDHA	Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NEI	Nova Economia Institucional
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum
PNAE	Programa Nacional de alimentação escolar
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	Secretária de Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
Sedema	Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	18
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR .....	18
2.1.1	<b>Região Oeste de Santa Catarina: um território historicamente agrícola</b> .....	23
2.1.2	<b>A diversificação da renda e da produção na agricultura familiar</b> .....	27
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS .....	29
2.2.1	<b>As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil</b> .....	35
2.2.2	<b>As Feiras Livres de Produtos Coloniais e Agroecológicos como iniciativa pública local</b> .....	38
2.3	A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL E A AGRICULTURA FAMILIAR	46
2.3.1	<b>O papel das instituições</b> .....	47
2.3.2	<b>O ambiente institucional e a agricultura familiar</b> .....	50
3	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	56
3.1	DELIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	56
3.2	ABORDAGEM DA PESQUISA .....	59
3.3	TIPO DE PESQUISA .....	59
3.4	MÉTODO DE PESQUISA .....	60
3.5	TÉCNICA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	61
3.6	TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS .....	63
3.7	LIMITAÇÕES DO MÉTODO .....	64
4	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	66
4.1	<b>CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FEIRANTES PESQUISADOS</b> .....	66
4.2	<b>AS REGRAS FORMAIS E INFORMAIS NO AMBIENTE INSTITUCIONAL</b> .....	73
4.2.1	<b>As instituições formais e informais das feiras livres e as relações entre os agentes</b> .....	78
4.2.2	<b>A Relação com os consumidores: dimensões frequência, incerteza e especificidade de ativos na agricultura familiar</b> .....	83
4.3	<b>INFLUÊNCIA DO FOMENTO PÚBLICO NAS FEIRAS LIVRES</b> .....	85
4.3.1	<b>A percepção quanto às políticas públicas para a agricultura</b>	

	<b>familiar</b> .....	92
4.3.2	<b>Melhorias nos programas e projetos para a agricultura familiar</b> .....	98
5	<b>APLICABILIDADE DO ESTUDO E PROPOSIÇÃO DE MELHORIAS NO AMBIENTE INSTITUCIONAL NAS FEIRAS LIVRES DE PRODUTOS COLONIAIS E AGROECOLÓGICOS DE CHAPECÓ</b> .....	103
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	107
6.1	<b>ESTUDOS FUTUROS</b> .....	109
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	111
	APÊNDICE A – Entrevista semiestruturada aplicada aos agricultores participantes da Feira Livre de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó (SC) .....	117
	APÊNDICE B – Questionário aplicado ao representante da Sedema .....	121
	APÊNDICE C – Roteiro de observação aplicado nos 10 pontos de feira livre de Chapecó .....	123

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar possui relevância significativa no processo de desenvolvimento das estruturas econômica dos países, uma vez que por meio da atividade rural torna-se possível dinamizar diversos fatores que influenciam na ascensão das localidades. A atividade rural propicia, entre outros fatores, a geração de renda, a condição de subsistência familiar, a comercialização do excedente para o mercado e a contenção do êxodo rural, amenizando assim o aumento populacional desordenado no meio urbano, a concentração de renda e a pobreza.

Na Europa, a agricultura teve influência do capitalismo agrário, baseado em propriedades com grandes extensões de terra, sendo alugadas, próprias ou recebidas como herança, tendo como foco da atividade a eficiência produtiva, com base na mecanização e na utilização de técnicas de cultivo tecnológicas. O processo de mecanização da atividade rural gerou como consequência o êxodo rural causado pela migração da população atraída para o desenvolvimento dos grandes centros urbanos. Neste cenário, a agricultura familiar não conseguiu acompanhar o processo, tornando-se secundária no desenvolvimento econômico, mas importante para o abastecimento do mercado interno e a contenção da migração (SHAW, 2012).

Nos Estados Unidos a atividade agrícola é dominada pela agricultura familiar, sendo esta desenvolvida em propriedades adquiridas pelos agricultores enquanto colonizadores, oriundas de herança, compradas ou alugadas. A atividade caracteriza-se pela produção com elevado valor agregado e o emprego de alta tecnologia nos cultivos, o que reflete na quantidade e qualidade dos produtos oriundos do meio rural (SHAW, 2012).

Em contrapartida no Brasil, a agricultura familiar participa do desenvolvimento histórico dos estados, uma vez que faz parte do processo histórico de ocupação. As propriedades rurais caracterizam-se na maioria com pequenas extensões de terra, com base no monocultivo ou policultivo, sendo estas herdadas ou arrendadas (alugadas) de terceiros. A atividade caracteriza-se pela produção agrícola, para o consumo interno e externo, utilizando limitados recursos tecnológicos e priorizando o emprego da basicamente mão de obra familiar.

No estado de Santa Catarina, a agricultura familiar se destaca na região Oeste, pela relevância econômica da atividade para os municípios, uma vez que a

exploração dos recursos naturais para sobrevivência e geração de renda esteve presente desde os primórdios. Assim, este estudo teve como *locus* de pesquisa o município de Chapecó, localizado na região Oeste de Santa Catarina, com influência inicialmente indígena, seguida pela ocupação dos caboclos e pelos colonizadores, predominantemente de descendência étnica alemã, italiana e polonesa, oriundos do Rio Grande do Sul.

Desse modo, as famílias caracterizavam-se pelo elevado número de componentes e pelas habilidades para trabalhos com a terra, o que potencializou o desenvolvimento rural da região. Assim, o município ascendeu a partir de 1970, baseado em um modelo agroindustrial, que propiciou acelerado crescimento econômico e aumento populacional. Em contrapartida, surgiram a concentração de renda e o êxodo rural motivado, entre outras, pelas oportunidades no meio urbano do município.

O decréscimo da população rural no município de Chapecó pode ser constatado nos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais a população rural passou de 26.299 em 1991, sendo 21,37% do total, para 15.402 em 2010, representando 8,39% dos habitantes residentes nas áreas rurais do município.

As consequências deste crescimento acelerado e da migração regional refletem-se no inchaço da área urbana e na necessidade da criação de programas que consigam contribuir para o fortalecimento das propriedades familiares visando à contenção do processo migratório. Para mitigar estes efeitos, o poder público desenvolveu, a partir de 1990, projetos de fomento para a agricultura familiar, e, nesta carteira, constituíram-se as feiras livres onde os produtores comercializam seus produtos diretamente aos consumidores.

As Feiras Livres de Produtos Coloniais e Agroecológicos surgiram enquanto projeto público para a agricultura familiar em 1997, com o objetivo de garantir a permanência do pequeno agricultor familiar na atividade rural (SEDEMA, 1997). A iniciativa das feiras iniciou-se com a parceria entre o poder público via Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – Sedema de Chapecó, os agricultores associados e os consumidores.

A concretização do projeto aconteceu no ano de 1998 com a abertura do primeiro ponto de feira localizado no centro da cidade. Com a consolidação do

projeto e a aceitação dos consumidores, os pontos de vendas foram ampliados para outras regiões no município. Segundo a Sedema (2013), são 10 pontos onde acontecem as feiras, distribuídos nos bairros da cidade, nos quais contam com 93 bancas e 60 famílias de agricultores feirantes (dados registrados em 2013). Nas feiras são comercializados produtos coloniais e agroecológicos, sendo que cada banca pertence a uma família que realiza a venda direta aos consumidores, propiciando uma relação de confiança e reciprocidade entre as partes.

Dessa forma, este estudo está inserido no Mestrado Profissional em Administração na área de concentração do Agronegócio e na linha de pesquisa Competitividade do Agronegócio, sendo enquadrado como Dissertação. O estudo propõe-se a responder a seguinte questão de pesquisa: qual a importância do ambiente institucional para as Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos no sentido de fortalecer a agricultura familiar do município de Chapecó (SC)?

Para tanto, tem-se como objetivo geral analisar o ambiente institucional das feiras livres de Chapecó (SC) para o fortalecimento da agricultura familiar. Para seu êxito constituem-se os objetivos específicos da pesquisa: identificar o perfil dos agricultores participantes da feira; verificar a organização e a relação interna entre os agricultores participantes da feira, e identificar as possíveis contribuições do fomento público no ambiente institucional das feiras do município.

Este estudo justifica-se mediante a necessidade do poder público, das associações e sindicatos vinculados à agricultura familiar em analisar o fomento público para o fortalecimento da atividade rural no município, oportunizando a reflexão sobre os projetos ofertados e a compreensão da dinâmica do ambiente institucional das feiras.

Este estudo também oportuniza suprir a necessidade de avaliação constante dos projetos públicos para setores específicos, nesse caso, a agricultura familiar, assim este trará informações qualitativas quanto à percepção dos envolvidos no projeto, possibilitando avaliar possíveis lacunas a serem solucionadas e alternativas de melhorias para o ambiente institucional das feiras livres. Outro fator justificativo é a abrangência geográfica das feiras, com cobertura em todas as regiões do município de Chapecó.

A escolha das Feiras Livres de Produtos Coloniais e Agroecológicos como local de pesquisa aconteceu em razão do tempo de atividades delas, desde 1997,

sendo este o programa que obteve maior durabilidade no âmbito da agricultura familiar no município de Chapecó. Justificam-se também mediante a quantidade de produtores envolvidos, oriundos de todas as comunidades do município, bem como a abrangência do projeto e a variedade de produtos comercializados.

O aporte teórico da Nova Economia Institucional (NEI) mediante a análise do ambiente institucional oferece subsídios para o aprimoramento e gestão dos programas para a agricultura familiar. Esta abordagem permite contextualizar as regras formais e informais que permeiam as relações internas e externas dos agricultores, as incertezas existentes as quais, por sua vez, interferem diretamente no desempenho da atividade agrícola; a frequência das transações tanto com os consumidores quanto com a prefeitura e as especificidades dos ativos, os quais possibilitam compreender o perfil das propriedades rurais e as condições de produção.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, com pesquisa de campo, de caráter qualitativo, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada aplicada a 12 agricultores feirantes, bem como a utilização da observação não participante nos pontos de venda e questionário aplicado ao responsável pelo programa vinculado à Sedema. Para a interpretação dos dados qualitativos utilizou-se a análise narrativa.

Desse modo, a estruturação desta dissertação, além desta introdução apresenta na seção 1 a revisão conceitual de agricultura familiar e seu contexto histórico na região Oeste de Santa Catarina; na seção 2 a análise das políticas públicas para a agricultura familiar e a abordagem do ambiente institucional para o fortalecimento da atividade agrícola com base na Nova Economia Institucional (NEI). Na seção 3 são descritos os procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos propostos a fim de, na sequência, na seção 4 apresentar e analisar os resultados, finalizando na seção 5 com as proposições de melhorias para o ambiente institucional da agricultura familiar nas feiras livres seguido da conclusão.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção é subdividida em três subseções que visam ser o aporte necessário para responder aos objetivos do estudo, bem como ser a base para a análise dos resultados.

A contextualização inicia-se pela conceituação de agricultura familiar, devido aos sujeitos da pesquisa serem os agricultores familiares, seguindo com uma abordagem da Região Oeste de Santa Catarina enquanto território historicamente agrícola por tratar-se do contexto geográfico do estudo; na seção 2.2 as políticas públicas para a agricultura familiar pelo fato de as feiras livres em análise serem um projeto público de fortalecimento da agricultura familiar e, finalmente, na seção 2.3 discorre-se sobre a abordagem da Nova Economia Institucional (NEI) como aporte teórico para a análise do ambiente institucional.

### 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de agricultura familiar perpassa pela análise da forma de gestão das propriedades, grau de parentesco e da força de trabalho empregada para a transformação da matéria-prima e comercialização da produção.

Desse modo, com base em Mior (2005), entende-se que agricultura familiar refere-se às propriedades rurais com atividades de trabalho direto, nas quais a gestão esteja sob a responsabilidade das próprias famílias, que produzem para sua subsistência e comercializam seus produtos para geração de renda. Esta definição está de acordo com o cenário da agricultura familiar no Brasil onde a atividade apresentou-se historicamente relevante para o desenvolvimento das localidades e a geração de desenvolvimento econômico rural.

Para Abramovay (1998, p. 146), “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”, sendo combinadas as funções de administrador da produção e de trabalhador. Segundo o autor três atributos básicos estão presentes na agricultura familiar: gestão, propriedade e o trabalho familiar.

Estas características da agricultura familiar são asseveradas por Gasson e Errington (1993), para os quais a gestão é realizada pelos proprietários, sendo estes

ligados por grau de parentesco, onde a força de trabalho é predominantemente familiar e o capital passa a figurar como objeto de transferência intergeracional entre os membros da família, os quais perpetuam a atividade agrícola.

A agricultura familiar obteve destaque mundial quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), como iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (FAO) e com apoio de diversos governos, inclusive o brasileiro. Este ato simboliza o reconhecimento da relevância da classe nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Esta significância nem sempre foi considerada, uma vez que mundialmente a agricultura familiar esteve inserida em contextos históricos diferenciados. Na Inglaterra, por exemplo, a estrutura social agrária caracterizou-se por propriedades com grandes extensões de terra, que por sua vez eram alugadas a inquilinos por fazendeiros, sendo que estas visavam à produção em grande escala para comercialização, cenário que as pequenas propriedades não conseguiam acompanhar, prevalecendo assim as fazendas com domínio de trabalho empregado e com alta capacidade produtiva (SHAW, 2012).

Na década de 1960, na Europa surgem os principais movimentos sociais que visam contribuir com a discussão e elaboração de políticas para a agricultura familiar, assim, estes ganham representatividade rapidamente na sociedade e contribuem para que em 1962, seja criada a Política Agrícola Comum (PAC) objetivando reestruturar e aumentar a produção de alimentos.

Esta iniciativa amplia o papel da agricultura familiar, considerando sua multifuncionalidade, destacando-se principalmente na erradicação da pobreza rural e na redução da insegurança alimentar, o que, por sua vez, contribui diretamente com os pilares da sustentabilidade.

Esta política passou por reestruturações em 1992, 1999 e 2003, adaptando as discussões e estudos aos novos desafios da agricultura familiar europeia, nos quais se destacam: a sucessão familiar na atividade rural; a permanência dos jovens na agricultura; a escassez de recursos naturais, falta de pesquisa e inovação; necessidade de encurtamento da cadeia produtiva; acesso aos mercados e o aprimoramento da educação no campo, desafios semelhantes às discussões realizadas no Brasil (SHAW, 2012).

Em outros países, como a Inglaterra no século XIX, no Sudeste a agricultura era praticada em grande escala, enquanto no Norte e partes do Noroeste a agricultura familiar desenvolveu-se fortemente, até o ponto de conseguir rivalizar com as grandes fazendas. No restante do país a agricultura familiar não obteve destaque e o capitalismo agrário, como foi chamado, predominou por gerar capacidade de comercialização em volumes elevados e a abertura de relações comerciais por meio da venda e troca de alimentos, enquanto a agricultura familiar manteve-se em segundo plano para subsistência (SHAW, 2012).

Nos Estados Unidos, um estudo coordenado pelo Departamento de Agricultura no ano de 2010, demonstrou alguns pontos importantes quanto ao cenário da agricultura familiar no país, dos quais se destacam: a agricultura contínua sendo um setor dominado por empresas familiares, cerca de 98% das fazendas e ranchos são de agricultores familiares e geram 82% da produção agrícola.

As pequenas propriedades definidas como aquelas com vendas anuais inferiores a U\$ 25.000 são maioria e mantêm a maior ocupação territorial da atividade no país. Desse modo, destaca-se que a atividade agrícola ainda é um negócio familiar nos Estados Unidos, com capacidade produtiva elevada e emprego de tecnologias avançadas no controle produtivo, o que gera alta produtividade de produtos com valor agregado, logo, comercializados a preços rentáveis, o que mantém a atividade forte no país (CORNETT, 2010).

Para o Brasil, a agricultura familiar tem historicamente um papel determinante na economia, pois se apresentou como relevante para o desenvolvimento e ocupação produtiva das localidades, além de ser responsável pelo fornecimento dos alimentos para consumo da população e geração de riquezas. Seu conceito, no país, refere-se às propriedades rurais com atividades de trabalho direto e de gestão sob a responsabilidade das próprias famílias, que produzem para sua subsistência e também comercializam seus produtos para geração de renda e desenvolvimento econômico rural (MIOR, 2005). Assim, a relevância da atividade perpassa pelo processo de colonização das regiões, pela forma de organização das famílias em pequenas comunidades, gerando características particulares em cada localidade, por meio da disseminação de valores culturais, religiosos e de trabalho.

A relevância da agricultura familiar no Brasil é evidenciada pelo Censo Agropecuário de 2006, uma vez que dos 5.175.489 estabelecimentos agrícolas,

84,4% são familiares. Quando se compara a divisão de áreas entre a agricultura familiar e não familiar, percebe-se que a agricultura não familiar é detentora de 75,7% da área total, com uma área média de 309,18ha, enquanto a agricultura familiar ocupa 24,3% da área total com uma área média de 18,37ha, o que demonstra a concentração fundiária do Brasil. Nestes cenários muitos são os desafios das pequenas propriedades, pois estas, além de prover a subsistência familiar, necessitam buscar a eficiência para competir no mercado (IBGE, 2013).

Os estudos e discussões sobre a expressão agricultura familiar surgem no cenário brasileiro em meados de 1990, impulsionados pelo fortalecimento dos movimentos sociais rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), com atuação também nas esferas políticas. Em 1994, um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), buscou a elaboração de um “modelo de desenvolvimento sustentável”, que classificou os estabelecimentos rurais em dois modelos: patronais e familiares.

Nesta dissertação a ênfase será no modelo familiar que a partir da década de 1990 o processo de reestruturação da agricultura brasileira inicia-se pela implantação de um modelo de geração e distribuição de renda pautada na inclusão social, sendo a agricultura familiar o fator central e determinante deste, uma vez que, segundo entendimento do governo, ela impulsiona o desenvolvimento rural nacional e abastece os centros urbanos (BRASIL, 2013).

Assim surgem programas específicos para a agricultura familiar, a exemplo da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, que consolidou a interferência governamental na atividade agrícola (SCHNEIDER, 2006).

Em Santa Catarina a agricultura familiar também obteve expressividade demonstrada pelo Censo Agropecuário 2006, dos 193.663 estabelecimentos do Estado, 168 mil foram classificados como familiares, representando 87% do total, sendo um dos maiores percentuais do Brasil. A estrutura fundiária do Estado caracteriza-se pelas propriedades com pequenas extensões de terras; 39% dos estabelecimentos possuíam menos de 10 hectares e 65% possuíam menos de 20 hectares (MIOR et al., 2013).

No município de Chapecó, a estrutura fundiária caracteriza-se igualmente ao Estado, conforme dados da Prefeitura Municipal (2013), em 2010, dos 1.791 estabelecimentos, 480 tinham entre 10 e 20 hectares, sendo 26,80%, seguido de 405 estabelecimentos com menos de 5 hectares, representando 22,61% do total. Essa distribuição advém do sistema de ocupação das terras por ocasião da colonização, com a divisão das terras em pequenas propriedades entre as famílias.

Dessa forma, considerando a relevância da agricultura familiar para o Brasil torna-se relevante uma breve reflexão quanto ao processo sucessório destas propriedades e formação de novas gerações que tenham a agricultura como atividade principal. A sucessão na agricultura familiar perpassa por diversos aspectos, que segundo Gasson e Errington (1993) caracterizam-se desde a passagem da gerência do negócio e das técnicas de produção até a transferência legal da terra aos herdeiros e o enfraquecimento da força de trabalho ao longo dos anos. Este interesse pela permanência na atividade rural por parte das gerações possui relação com a estrutura de incentivo disponível para que a atividade se perpetue com remuneração satisfatória.

Outro fator que influencia no processo sucessório é o envelhecimento população rural, sendo este acompanhado pelo êxodo dos jovens rurais para os centros urbanos. Segundo Anjos e Caldas (2005), a população de jovens (zero a 14 anos) no meio rural na Região Sul do Brasil, passou de 39,93% em 1980 para 28,61% em 2000, sendo reflexo da diminuição da taxa de fecundidade, bem como o aumento na expectativa de vida. Na mesma região a população com idade superior a 65 anos em 1980 representava 3,62%, enquanto em 2000 representou 7,02%, sendo reflexo do aumento da expectativa de vida no país.

Assim, o cenário para a agricultura familiar torna-se desafiador, uma vez que possui relação direta com diversos atores que influenciam nas rotinas da competitividade da agricultura, sendo estas, de acordo com Zylbersztajn (2011, p. 18), “as regras institucionais com o Estado como protagonista, as estratégias privadas compartilhadas, por meio de contratos bilaterais formalizados pelos produtores.” Segundo o autor, tais mobilizações tornam-se necessárias visando tornar o negócio competitivo no mercado.

Na seção seguinte será apresentada a agricultura familiar no contexto da Região Oeste de Santa Catarina, pois se entende que para analisar o ambiente

institucional de determinado grupo se faz necessário compreender os fatos históricos que interferiram no seu desenvolvimento.

### 2.1.1 Região Oeste de Santa Catarina: um território historicamente agrícola

O desenvolvimento histórico da região Oeste de Santa Catarina tem relação direta com a atividade extrativista, seja pela exploração dos recursos naturais para sobrevivência praticada pelos indígenas pertencentes às Tribos Kaigangs, Guaranis ou pela extração madeireira das florestas de araucárias pelos primeiros colonizadores (PAIM, 2006).

Historicamente, a região Oeste de Santa Catarina teve sua ocupação dividida em três fases, segundo Poli (2014, p. 146), sendo a primeira fase até meados do século XIX com a ocupação indígena, seguida da segunda fase (1850-1926) quando acontece a miscigenação entre indígenas e luso-brasileiros, onde a atividade agrícola passa a ser desenvolvida para subsistência. A terceira fase inicia-se a partir de 1926, com a colonização por povos de origem alemã e italiana oriundos, principalmente, do Rio Grande do Sul, sendo desenvolvida a exploração madeireira. Segundo Poli (2014, p. 150), “esses colonos passam a adquirir terra das colonizadoras, formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando aos poucos o caboclo.” Dessa forma, esta força agrícola cresce nas décadas seguintes pelo cultivo da terra para subsistência e comercialização do excedente.

Este processo de colonização da região que teve início a partir de 1926, objetivou garantir a posse das terras ao governo do estado de Santa Catarina. A ocupação das terras foi comandada por empresas especializadas, as quais, por meio da migração de agricultores oriundos do Rio Grande do Sul, buscavam terras para cultivar e reproduzir modos de vida já praticados por outras gerações. A forma de colonização teve como base a criação de pequenas propriedades, com aproximadamente 25 a 30 hectares, denominadas pelos imigrantes como *colônias* (colonie), tendo limitações territoriais com cursos d'água (KONRAD; SILVA, 2012).

Os processos de exploração da terra para a atividade agrícola foram realizados pelos próprios agricultores, sendo dificultado pelo relevo acidentado da região, mas, em contrapartida, a madeira retirada pôde ser utilizada para a construção das moradias e unidades de trabalho nas comunidades. O excedente

madeireiro tornou-se fonte de renda mediante a comercialização por vias hídricas, utilizando, principalmente, o Rio Uruguai, como rota de escoamento das toras com destino às regiões de fronteira gaúcha (KONRAD; SILVA, 2012).

A atividade agrícola nesta época tinha o sistema de produção para subsistência, baseada no autoconsumo, com o policultivo como garantia de abastecimento da família durante o ano todo. Os produtos cultivados na maioria eram de milho, feijão, batata, mandioca, criação de galinhas, suínos e bovinos, visando ao abastecimento das famílias, em geral numerosas, com grãos, carne e seus derivados (PERTILE, 2008).

O espaço social da região constituiu-se de maneira fechada. Segundo Mello (2006, p. 2) “se caracteriza por um espaço rural fechado e com pouca interferência dos valores urbanos, seja pela distância geográfica, econômica ou cultural.” A criação deste ambiente gera, por sua vez, o compartilhamento interno de valores dos grupos, uma vez que estabelecem elos de confiança e auxílio mútuo, bem como a sucessão de atividades ao longo das gerações, ou seja, os rapazes desde crianças tinham o conhecimento de seu papel de agricultor e mantenedor da família por meio do cultivo da terra (MELLO, 2006).

As transações comerciais eram estabelecidas com os chamados atravessadores pela compra da produção excedente das pequenas propriedades rurais, como queijo, banha e animais vivos, principalmente, suínos. O valor gerado nestas transações comerciais tinha como destino a aquisição de bens não disponíveis nas propriedades, como sal, utilidades domésticas, ferramentas, etc. (PERTILE, 2008).

Com a geração de valor agregado, a criação de suínos tornava-se rentável e atrativa, e, conforme Pertile (2008, p. 86), “as possibilidades de produzir para um mercado maior e de ter a possibilidade do transporte, no caso ferroviário, fizeram com que os frigoríficos despertassem imediato interesse para o aumento de suas produções”, de tal modo que surge a agroindústria Sadia, sob o comando do comerciante Attílio Fontana. A empresa comercializava suínos e seus derivados, principalmente a banha e cereais para o Estado de São Paulo e comprava tecidos, ferramentas, etc. Desse modo, entre 1930 e 1940 surgiram os principais abatedouros da região Oeste, entre eles a Perdigão, o Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli e a Sadia (PERTILE, 2008).

O desenvolvimento das agroindústrias provocou profundas transformações na região, uma vez que propiciou a instalação de outras atividades comerciais, o surgimento de novas comunidades e a alteração no sistema de produção animal. Com a modernização dos frigoríficos, implantou-se um sistema de parceiras na criação tanto de suínos quanto de aves. Esta parceria foi chamada de integração, na qual o produtor fornece a mão de obra, estrutura física da propriedade e recebe os animais na unidade de produção para criação, assistência técnica e medicamentos.

Neste modelo, a agroindústria gradativamente passou a ter o controle de todo o processo, enquanto os produtores tiveram que se adequar ao sistema, num processo de mudança cultural, uma vez que os meios de produção são padronizados com objetivo de engorda do animal rapidamente e com menos insumos (PAIM, 2006).

Durante a década de 1940 a atividade da suinocultura já transformava a região em referência na produção de carne, o que se expandiu ainda mais com as melhorias na geração de energia elétrica, assim, os frigoríficos adquiriram câmeras frigoríficas, aumentando a capacidade de atender ao mercado (KONRAD, 2012).

Em 1950, a agricultura brasileira passou por momento de reestruturação, em razão da instalação de indústrias produtoras de insumos para a agricultura e os incentivos governamentais para a utilização destas tecnologias ( DEL GROSSI; SILVA, 2002).

A modernização da agricultura,

[...] foi sendo implantada em vários setores, entre os quais as pesquisas genéticas, tendo-se desenvolvido variedades de animais mais produtivos, acompanhado da venda de insumos e produtos industriais que propiciaram um aumento na produtividade, acompanhado pelos sistemas de extensão rural – encarregado de fiscalizar no campo a aplicação destas novas bases tecnológicas. (PAIM, 2006, p.131).

Nas décadas de 1960 e 1970 a região Oeste expandiu-se rapidamente, motivada pela visibilidade conquistada pela agroindústria no cenário nacional, que por sua vez atraiu um contingente populacional elevado, com a expansão do setor educacional, dos setores comerciais e prestadores de serviço.

Nesse período, conforme Mior (2007, p. 6), “as mudanças tecnológicas e organizacionais introduzidas na produção suinícola começam a minar a tradicional forma de inserção da produção familiar, com maior especialização e concentração

da produção.” As agroindústrias passam a se inserir nas propriedades rurais da região Oeste, por meio do sistema de integração, no qual as exigências de padronização e infraestrutura para produção conforme as exigências para a exportação da carne trouxeram dificuldades de adaptação para as famílias agricultoras.

Quanto ao modelo agroindustrial consolidado a partir dos anos 1960, Dorigon (2010, p. 5), refere que “a concentração, a especialização e a consequente exclusão da produção familiar diversificada tem sido o caminho seguido pelas empresas líderes na busca da reorganização de muitas cadeias produtivas”. Esta transformação gerou o encurtamento da cadeia, baseada em padrões dos grandes conglomerados agroindustriais e da monocultura, minimizando a pluralidade do cultivo.

Na década de 1980, os movimentos sociais ligados aos agricultores ganham força, com articulação regional centralizada no município de Chapecó e atuação no cenário político regional (DEL GROSSI; SILVA, 2002).

A partir de 1990, as agroindústrias buscam adentrar no mercado internacional, o que exige diversas adaptações na cadeia produtiva tradicional, principalmente no que diz respeito à produção nas propriedades rurais, pois estas deveriam adaptar-se aos padrões de manejo e tecnologia exigidos pelas agroindústrias. Cabe ressaltar a relevância do modelo agroindustrial no desenvolvimento das localidades, sendo este responsável, entre outras, pela contenção do êxodo rural, via geração de renda e melhores condições de produção das propriedades rurais, bem como os ganhos financeiros que auxiliaram no desenvolvimento dos municípios.

Enquanto isso, em contrapartida, as políticas públicas para a agricultura familiar se intensificam por meio do Pronaf e as possibilidades dos agricultores se ampliam para além da integração com as agroindústrias (PAIM, 2006). Assim, segundo Dorigon (2010, p. 5), “em paralelo a este movimento dos grandes conglomerados agroindustriais, o setor informal tem ainda um espaço significativo em cadeias de consumo popular”, sendo este executado de maneira informal pelos produtores, como exemplo, nos mercados de leite, carne, artesanato. Desse modo, a atividade na agricultura familiar continuou presente na região, sob influência constante do processo de modernização tecnológica presente nas formas de cultivo e manejo da produção, sendo que a conquista de consumidores tornou-se um desafio constante.

A agricultura familiar desenhou-se de maneira adaptativa, segundo Lamarche (1998, p. 239), “a atividade ocupa um espaço próprio, no qual tem a capacidade de adaptar-se aos contextos sociais e políticos no qual foi exposta historicamente”, seja pela necessidade de moldar-se aos mercados, pelas exigências dos consumidores, legislações, e/ou fornecedores. Assim, a diversificação de renda e produção torna-se vital para garantir a competitividade e a sustentabilidade da agricultura familiar, aspectos que serão detalhados na seção seguinte.

### **2.1.2 A diversificação da renda e da produção na agricultura familiar**

A diversificação produtiva e de renda da agricultura familiar caracteriza-se inicialmente pela produção primária em pequenas propriedades, com vistas ao autoconsumo, tendo nos membros da família a força do trabalho da propriedade. A figura do produtor rural familiar passa a ter notoriedade, conceituado por Lamarche (1998, p. 233) como “aquele que exerce uma atividade produtiva numa unidade de produção agrícola familiar, isto é, numa unidade de produção na qual a propriedade e o trabalho estão estreitamente ligados à família.” Segundo o autor, as propriedades tinham a necessidade de diversificar a produção, uma vez que a alimentação familiar necessitava desta variedade produtiva.

No Brasil, a partir dos anos 1990 os movimentos sindicais ganham força e empreendem a luta pelo crédito, acesso aos mercados e à consolidação da figura do pequeno produtor rural, bem como ganha força a discussão dos temas relacionados à agricultura no meio científico. Nessa época, a atividade rural anteriormente centrada no autoconsumo volta-se à complementação de renda por meio de atividades agrícolas e não agrícolas, como artesanato e o comércio, o que tornou a atividade rural diversificada tanto em produção quanto em forma de geração de renda (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Este processo de transição da agricultura de subsistência para a mercantilização ocorreu devido às pressões sociais e econômicas externas, descaracterizando certos aspectos culturais e da sociabilidade das famílias, causando impacto nas condições e modo de vida rural com consequências para a agricultura familiar:

Como resultado, reduz-se consideravelmente a sua autonomia, já que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permitia reiniciar o ciclo. Neste contexto, a estratégia de reprodução social faz famílias rurais tornarem-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, que seja, dos mercados de produtos ou mesmo dos valores e da cultura. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 955.)

O conceito de diversificação, citado por Pelinski et al. (2006), consiste em multifuncionalidade, com a realização de várias atividades desempenhadas por uma única pessoa. Para Blad (2010), a diversificação está associada ao local de trabalho, neste contexto, a gama de produtos e serviços produzidos e vendidos é ampliada, ou seja, utiliza-se dos recursos disponíveis no local de trabalho para obter valor agregado. No caso das propriedades familiares rurais este conceito é ampliado, uma vez que a propriedade tem funções residenciais, ambientais, turísticas, políticas, sociais e culturais, apresentando-se como uma unidade de trabalho múltipla, com diversas oportunidades de produção e, conseqüentemente, renda.

Este conceito empregado à atividade rural gera novas oportunidades de negócios, aproveitamento do espaço produtivo, otimização dos recursos e a sustentabilidade da atividade. Esta diversificação é fruto de um processo de revitalização das formas de produção no meio rural à transformação dos espaços rurais por influências sociais, econômicas e ambientais, fazendo com que o agricultor familiar busque se adaptar às novas formas de vida e produção (MARSDEN, 1990).

De acordo com Richetti (2009), as atividades desenvolvidas nas propriedades rurais podem ser classificadas em especializadas ou diversificadas. As especializadas são aquelas com base em uma única atividade, já as atividades diversificadas são aquelas onde na propriedade são produzidos diversos produtos. Nesta pesquisa, o enfoque será em ambas as classificações, uma vez que os feirantes do município de Chapecó têm a produção e comercialização voltadas ao mercado.

Para Simonetti et al. (2013, p. 134), “o sistema de produção da agricultura familiar, de forma geral, é diversificado para otimização o uso dos recursos físicos disponíveis”, ou seja, as famílias utilizam os recursos para produzir diversos produtos (ou processos) num menor espaço, uma vez que a maioria das propriedades são minifúndios.

Para Richetti (2009), a diversificação pode ser horizontal ou vertical, sendo a horizontal baseada na produção de um maior número de culturas, por exemplo, hortaliças, frutas e derivados, enquanto a vertical prioriza a realização de várias etapas de produção de um determinado produto.

No Brasil, a agricultura em sua maioria desenvolve atividades de baixo valor agregado, como, por exemplo, o cultivo de grãos que se caracterizam como *commodities*, que entre outras razões estimula a desocupação da atividade rural por parte dos jovens, os quais não se sentem estimulados a continuar com a propriedade familiar. Logo, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas tem papel importante na composição da renda das famílias, pois mediante estas o agricultor tem a oportunidade de adquirir bens, bem como amplia seu mercado de trabalho muitas vezes mantendo residência no meio rural, além de reduzir as incertezas da dependência do monocultivo, exposto a condições climáticas, sanitárias e mercadológicas (VALANDRO et al., 2011).

A diversificação no setor rural está associada ao tempo, localidade e ambiente em que a propriedade está inserida, sendo heterogênea, pois está condicionada ao processo econômico, pressões e possibilidades da economia rural (ELLIS, 2007). Assim, é preciso considerar as causas e efeitos do ambiente institucional da agricultura familiar, o contexto local e a capacidade adaptativa dos envolvidos. Nesse sentido, a tipologia de exploração, diversificada ou especializada, resulta das condições locais para acontecer, tendo como um dos fatores determinantes a atuação do poder público enquanto agente de fomento a programas e projetos de incentivo que viabilizem o acesso a novas oportunidades. Dessa forma, na seção seguinte será abordada a temática políticas públicas, visando à compreensão destas no cenário da agricultura familiar.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A política pública enquanto área do conhecimento origina-se nos Estados Unidos com a análise da produção dos governos e não mais sobre a análise do Estado e suas instituições. Enquanto na Europa estudavam-se as teorias a respeito do papel do Estado, nos Estados Unidos buscou-se compreender a ação dos

governos em prol da sociedade. Estudos estes iniciados por Laswell, Simon, Lindblom e Easton (SOUZA, 2006).

Na década de 1930, segundo Souza (2006), Laswell (1936/1958) adentra a análise de políticas públicas, visando conciliar conhecimento científico com a produção empírica dos governos, bem como estabelecer um diálogo entre o meio acadêmico, grupos interessados e governo.

Em 1948, nos Estados Unidos foi criada por Robert McNamara, a *RAND Corporation*, uma organização não governamental financiada por recursos públicos, na qual os matemáticos, cientistas políticos, analistas de sistemas, engenheiros e sociólogos demonstram que a guerra poderia ser conduzida como um jogo racional e, segundo Souza (2006, p. 23), “A proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas se expande depois para outras áreas de produção governamental, inclusive para a política social.” Desse modo, os estudos sobre políticas públicas ampliaram-se e iniciou-se o processo de estudos das situações estratégicas objetivando melhorar os resultados obtidos pelos governos.

Em 1957, Simon introduz o conceito de racionalidade limitada<sup>1</sup> que se aplica, também, aos gestores públicos, uma vez que existem problemas, como falta de informações corretas, tempo para tomada de decisão e autointeresse. Para o autor, por meio de estruturas com regras e incentivos, é possível minimizar os interesses próprios e maximizar resultados (SIMON, 1957).

Além da racionalidade limitada apresentada por Simon, incorporaram-se outras variáveis, conforme Lindblom (1979), sendo estas as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, estabelecidas pelo papel das eleições, das burocracias dos partidos políticos, entre outros. Easton, em 1965, definiu política pública como um sistema, consequência de formulação, resultado e do ambiente, uma vez que as políticas públicas recebem *inputs* de várias formas por meio dos partidos políticos, e demais grupos, assim influenciando seu desempenho.

Souza (2006) afirma que não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública, sendo que várias enfatizam o papel das políticas na solução dos problemas. A mais conhecida definição continua sendo a de Laswell

---

<sup>1</sup> Racionalidade limitada entendida como a incapacidade do tomador de decisões de dominar complexidades, como as informações incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, autointeresse (SIMON, 1957).

(1936/1958), na qual implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

Estas definições concentram foco nas questões relacionadas ao papel dos governos, desconsiderando outros aspectos relacionados a relações conflituosas, bem como possíveis parcerias entre entidades e o Estado.

As definições sobre políticas públicas, segundo Souza (2006, p. 25), “mesmo as minimalistas, guiam nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses preferenciais e ideias se desenvolvem, isto é, os governos.” Ou seja, os significados quanto a políticas públicas perpassam por diversas esferas, mas tipicamente recaem sobre a responsabilidade do Estado em prover a manutenção e o desenvolvimento da sociedade.

As temáticas relacionadas às políticas públicas são complexas, pois delas emergem questões que envolvem aspectos culturais, interesses individuais e coletivos, assim não se definem políticas públicas enquanto conceito e sim como concepções sobre o assunto.

Segundo Secchi (2010, p. 2), “uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública.” Desse modo, as políticas públicas partem do pressuposto do tratamento de um problema coletivo, como, por exemplo, a manutenção da agricultura familiar no Brasil, mediante sua relevância social, econômica ou ambiental, assim, criam-se políticas para fomento e manutenção da atividade.

O protagonismo no estabelecimento de políticas públicas pode ter uma abordagem estatista ou multicêntrica. Na estatista (*state-centered policy-making*), a qual considera as políticas públicas um monopólio do estado, conforme Secchi (2010, p. 2) “o que determina se uma política é ou não ‘pública’ é a personalidade jurídica do ator protagonista.” Na abordagem multicêntrica se considera organizações privadas ou não governamentais como organismos multilaterais, ou seja, que constituem uma rede de políticas públicas (*policy networks*) em parceria com os atores públicos (SECCHI, 2010).

No objeto de pesquisa deste estudo, as feiras livres, a abordagem multicêntrica emerge por meio da constituição do programa, sendo este uma iniciativa elaborada em forma de parceria entre o poder público, agricultores,

familiares, sindicatos, associações e sociedade, que unidos criaram um canal de comercialização entre os produtores e os consumidores.

O processo político que acontece por meio de governos, partidos políticos ou organização da sociedade geram princípios e apontamentos de ordem coletiva, que se concretizados deverão atender às necessidades sociais e às demandas expressas pela sociedade.

Conforme Kehrig (2005, p. 98), “uma política pública começa a ter vida material, quando deixa de ser um simples ‘estado de coisas’ frente às necessidades sociais e incômodos pela desatenção às demandas públicas.” Estes iniciam e tendem a mobilizar as lideranças e autoridades para tornar-se pauta de discussão e análise conjunta, mediante a exposição das diversas realidades e percepções acerca da problemática.

A formulação de uma política pública deve preconizar pela resolução de problemas coletivos, dessa forma, torna-se fundamental que esta seja estabelecida por uma rede de políticas públicas, entendida por Boussaguet et al. (2004) como o conjunto de relações existentes entre os grupos de interesse, ou seja, grupos profissionais, movimentos sociais e todos os públicos interessados na temática. Mediante esta premissa, entende-se que a formulação de uma política pública não deve ser fragmentada, sendo necessária a mobilização de todos os atores públicos e privados envolvidos no processo na busca da melhoria conjunta.

O processo de formulação de políticas públicas é influenciado de diversas formas, como, por exemplo, pelos representantes do governo naquele tempo em que a política está sendo elaborada, uma vez que estes têm a capacidade decisória e podem deliberar por ações que refletem suas preferências, privilegiando regiões, condições econômicas, setores da sociedade, etc. Já os impactos de uma política pública podem ser percebidos mediante os resultados econômicos e sociais, sendo condicionados às ações e reações dos agentes envolvidos no processo (SCARTASCINI et al., 2013).

As políticas públicas necessitam ser pensadas de maneira a solucionar os problemas coletivos, sendo que as etapas genéricas são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Etapas de formulação de políticas públicas



Fonte: elaborado pela autora com base em Kehrig (2005, p. 107).

Segundo Souza (2006), por mais que exista a delegação de poder para grupos sociais comunitários, os governos continuam sendo os tomadores de decisão sobre as situações-problema e desenhando as políticas para enfrentá-las. Para tanto, existem elementos principais de um modelo de política pública, os quais se destacam: aqueles que permitem distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz; envolvem vários atores e níveis de decisão; são abrangentes e não se limitam a leis e regras; são ações intencionais, com objetivos a serem alcançados; embora tenham impactos no curto prazo, são políticas de longo prazo incluindo implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006).

Quanto às modalidades de políticas públicas, considerando o entendimento de sua finalidade como forma de respostas organizadas pela sociedade para problemas coletivos, por meio de um sistema político com vistas a suprir a demanda da população, destacam-se algumas modalidades, sendo apresentadas as principais com base no grau de intervenção, abrangência dos possíveis benefícios e os impactos que podem causar aos beneficiários, conforme estudo de Kehrig (2005), descrito no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Modalidades de políticas públicas

	<b>Modalidade</b>	<b>Concepção</b>
Quanto à natureza ou grau de intervenção	Estrutural	Busca interferir em relações estruturais, como renda, emprego, produtividade.
	Conjuntural ou emergencial	Tem o objetivo de amenizar uma situação temporária.
Quanto à abrangência dos possíveis benefícios	Universais	Para todos os cidadãos.
	Segmentais	Caracterizado por um fator determinado, como idade, condições físicas, gênero, etc.
	Fragmentadas	Destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.
Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários	Distributivas	Visam distribuir benefícios individuais, costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo.
	Redistributivas	Visam redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, gerando conflitos.
	Regulatória	Visam definir regras e procedimentos que regulem o comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade.

Fonte: elaborado pela autora com base em Kehrig (2005, p. 35-36).

As modalidades de políticas públicas empregam-se mediante suas próprias características, a região em que está inserida, o público-alvo e uma gama de fatores que no processo de análise da política devem ser considerados, objetivando contribuir para a solução de um problema coletivo.

As políticas públicas, uma vez formuladas, deveriam ser executadas e, para tanto, devem ter um acompanhamento e avaliação, para compreender todas as dimensões e implicações, tornando-se uma importante ferramenta de gestão do Estado. Para tanto, Kehrig (2005) sugere a criação de roteiros de análise de políticas públicas, nos quais aponta diretrizes de mudança e as ações a serem implantadas na sequência. Desse modo, destaca-se que as políticas públicas dependem de agentes para o fomento das iniciativas, da capacidade de interpretação da realidade e da consideração da racionalidade limitada dos tomadores de decisão.

A política enquanto processo incremental desenvolvida por Lindblom (1979), sob o argumento que os recursos governamentais para programas, projetos ou políticas partem de decisões marginais, torna-se apenas incremental e pouco substantiva. As deliberações tomadas no passado constroem ações futuras e limitam a capacidade dos governos em adotar novas políticas ou de alterar às estabelecidas por governos anteriores (WILDAVSKY, 1992).

Assim, é importante considerar que toda política pública encontrará resistências e apoios, sendo que as decisões perpassam por diversas arenas e para

que o resultado destas seja positivo torna-se fundamental a relação entre agentes públicos, entidades de pesquisa e desenvolvimento, e população que será influenciada pelas políticas, visando ao resultado favorável coletivo.

Na seção seguinte será descrito o processo de criação das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, uma vez que as feiras livres, lócus de pesquisa deste estudo, caracterizam-se como iniciativa multicêntrica com apoio público para manutenção da atividade. Mediante o resgate histórico das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil busca-se compreender as relações existentes entre os agentes públicos, os consumidores e os agricultores familiares.

### **2.2.1 As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**

A agricultura familiar no Brasil historicamente vive um processo desafiador, uma vez que desde 1850, com a institucionalização da Lei das Terras, a concepção de agricultura era pautada em grandes áreas de terra com assalariados, não promovendo um modelo de desenvolvimento rural visando à pequena propriedade. Somente a partir da Constituição de 1988, e com a elaboração da Lei Agrícola de 1991, é que, via movimentos sindicais, incluíram-se políticas de crédito voltadas aos pequenos produtores (COSTA et al., 2008).

Assim, partir dos anos noventa do século passado, criaram-se alguns mecanismos objetivando fortalecer e desenvolver a agricultura familiar. Este novo contexto brasileiro é descrito por Cancelier et al. (2005, p. 3): “pela primeira vez são criadas leis que beneficiam e reconhecem o agricultor familiar como um segmento diferenciado, que merece ser atendido pelo governo.” Este processo de criação das políticas públicas ocorreu em razão do contexto macroeconômico de mudanças políticas e da crescente necessidade de intervenção estatal mediante a exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais (COSTA et al., 2008).

Em 1994, entidades de representação, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR – CUT), exerceram pressão sob o governo por meio de mobilizações sociais, criando o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) (SILVA; SOUZA, 2007).

Neste contexto, sob pressões sociais organizadas por movimentos sociais, como o Grito da Terra Brasil, em 28 de junho de 1996, por meio do Decreto Federal n. 1.946<sup>2</sup>, surge então o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), programa de geração de renda e agregação de valor, uma vez que este financia projetos individuais ou coletivos que geram renda e crescimento às propriedades rurais.

O programa foi considerado, segundo Silva e Souza (2007, p. 242), “uma experiência pioneira para a formulação e execução de políticas públicas no Brasil e a primeira linha de crédito destinada especificamente à agricultura familiar.” As manifestações sociais demonstravam a capacidade de mobilização e organização dos agricultores familiares em busca de melhores condições de trabalho e inserção no mercado de maneira competitiva.

Inicialmente, o Pronaf concedia créditos para custeio aos agricultores, o que limitava a aquisição de bens para melhoria ou ampliação da produção, assim, em 1996 o governo ampliou a oferta de linhas de crédito incluindo os financiamentos para investimento, infraestrutura, qualificação, entre outros, a taxas de juros reduzidas e prazos de pagamento estendidos. Após estas mudanças o programa expandiu-se tanto em número de contratos quanto em abrangência territorial (SILVA; SOUZA, 2007).

O Pronaf, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 2014) tem seus recursos utilizados para custear a produção e a aquisição de máquinas, implementos para diversos setores, o que por sua vez aquece outros setores da economia. O programa é operacionalizado em diversos agentes financeiros, os quais compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sendo alguns: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia que possuem vínculo com BNDES, Bancoob, Bansicredi, Febraban e associados.

Em 1999, o Pronaf torna-se um programa governamental, ampliando sua abrangência e funcionalidade com a missão de combater as desigualdades geradas pelo processo de modernização e padronização da agricultura; o programa dividiu-se em três eixos de ação, como mostra o Quadro 3.

---

<sup>2</sup> Decreto Presidencial n. 1.946, de 28 de junho de 1996, revogado pelo Decreto n. 3.200 de 1999.

Quadro 3 – Eixos de ação do Pronaf

<b>Eixos de ação</b>	<b>Finalidade</b>
Pronaf Infraestrutura / Pronaf-M	Financiamento de infraestrutura e serviços nos municípios: busca contribuir com a implantação, ampliação e modernização da infraestrutura para escoamento da produção, acesso a novas tecnologias e aumento da competitividade.
Pronaf Crédito / Pronaf-C:	Visa apoiar o financiamento do custeio ou investimento nas atividades produtivas rurais desenvolvidas pelos agricultores familiares por meio de liberação direta entre o banco e o demandante de crédito, sem que haja prioridades regionais ou mesmo regras de liberação que definam o seu público-alvo efetivo.
Pronaf Capacitação:	Objetiva profissionalizar o agricultor, familiares e técnicos para implementação das políticas rurais.

Fonte: elaborado pela autora com base em Costa et al. (2008, p. 7).

Estas linhas de ação têm como intuito estruturar fisicamente, conceder crédito para fomentar a produção e capacitar para manter e comercializar. Assim, o Pronaf tornou-se o principal programa institucional do governo federal no desenvolvimento da agricultura familiar, tanto por sua evolução em volumes de contratos e recursos quanto por sua abrangência territorial.

Os recursos disponibilizados pelo programa impactam na capacidade produtiva das propriedades por meio da aquisição de maquinário moderno, crédito para plantio, infraestrutura e melhoria na estrutura local (estradas, locais de vendas) que somados a projetos locais, como as feiras livres, estimulam os agricultores a investir nas propriedades e permanecer na atividade rural.

Assim, em 2006 se estabelecem as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, conforme a Lei n. 11.326, a qual considera o agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural. Esta legislação estabelece os requisitos para enquadramento como agricultor familiar e os instrumentos para o fortalecimento da atividade rural.

A relevância da agricultura familiar no Brasil pode ser demonstrada por meio dos dados fornecidos pelo Censo Agropecuário 2006, conforme Tabela 1, com o demonstrativo dos estabelecimentos e área da agricultura familiar no Brasil.

Tabela 1 – Estabelecimentos e área da agricultura familiar no Brasil – divisão por regiões (2006)

Regiões	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		
	Estabelecimentos	Área (ha)	Classificação por área
Brasil	4.367.902	80.250.453	
Nordeste	2.187.295	28.332.599	1 <sup>a</sup>
Norte	413.101	16.647.328	2 <sup>a</sup>
Sul	849.997	13.066.591	3 <sup>o</sup>
Sudeste	699.978	12.789.019	4 <sup>o</sup>
Centro- Oeste	217.531	9.414.915	5 <sup>o</sup>

Fonte: elaborada pela autora, com base em Calsavara e Cruz (2013, p. 6).

O maior número de estabelecimentos que se engradam na Lei n. 11.326<sup>3</sup> é a Nordeste, seguida pela região Sul, o Sudeste ocupa a terceira posição, as regiões Norte e Centro-Oeste representam os menores números de estabelecimentos. Quanto à distribuição em área (ha), a região Nordeste continua se destacando; seguida pelo Norte, mas com condições climáticas desfavoráveis uma vez que possui extensão territorial que não é refletida em produtividade. A região Sul figura em terceiro lugar, favorecida pelo modelo de colonização, condições climáticas; qualidade do solo, escoamento da produção, entre outros; na sequência, o Sudeste e o Centro-Oeste.

Mediante esta relevância, atualmente, existem diversos programas e projetos nas três esferas do poder público (federal, estadual e municipal). Estas iniciativas públicas são desenvolvidas de maneira conjunta entre os órgãos de fomento facilitando a permanência na atividade e o aprimoramento das técnicas de trabalho.

Dentre a carteira de programas e projetos públicos voltados à agricultura familiar, neste estudo serão analisadas as Feiras Livres de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó (SC), um projeto público municipal, criado em 1997, para a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar no município diretamente aos consumidores como forma de manutenção da atividade rural.

### **2.2.2 As Feiras Livres de Produtos Coloniais e Agroecológicos como iniciativa pública local**

As feiras livres originam-se na idade média, na Europa, por meio da comercialização e troca da produção do excedente produzido nos feudos, sendo responsável pelo desenvolvimento de inúmeras cidades. No renascimento comercial durante o século XIII, surgiram polos comerciais nas cidades de Veneza e Florença, sendo realizadas sem data e local fixo (NAGEL et al., 2007).

Historicamente, as feiras livres, possuem em sua organização a interferência do poder público enquanto agente regulador das transações, o que configura a

---

<sup>3</sup> Requisitos para enquadrar-se na Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, artigo 3º).

relevância histórica do entre governamental na promoção de estruturas de estímulos para determinados setores, como a atividade agrícola. Os locais escolhidos para realização das feiras caracterizavam-se pela localização próxima aos cruzamentos das rotas comerciais, o que incentivavam a criação de uma estrutura bancária para regularizar os valores e a emissão de papel moeda (NAGEL et al, 2007).

Neste modelo, a realização de feiras livres disseminaram-se pela Europa e posteriormente na América Latina. No Brasil, estes espaços constituíram-se com sentido além das relações comerciais, sendo a base para formação sócio cultural das localidades, conforme descrito na sequência, este cenário replica-se para as feiras livres localizadas na cidade de Chapecó.

A região Oeste de Santa Catarina tem a agricultura familiar em sua concepção, determinando condições de renda, referenciais culturais e sociais para as localidades. Esta pesquisa terá como ênfase o município de Chapecó, uma vez que os pontos de feira estão localizados na cidade.

O município destaca-se pelo crescimento acelerado nos aspectos populacionais, econômicos tendo como base do crescimento a da instalação de conglomerados agroindustriais, bem como por ser rota de passagem para países do Mercosul. Historicamente, o município de Chapecó constituiu-se com base na atividade rural, distribuída em pequenas propriedades rurais, com produção voltada à subsistência.

O processo de colonização do município propiciou a divisão das terras em pequenas propriedades, e, com a instalação de frigoríficos, como a Sadia, a Chapecó Industrial e a Cooperativa Central Oeste Catarinense, com foco nos mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro, possibilitou o aprimoramento da atividade da suinocultura como economicamente viável, ademais da adequação fundiária à atividade, por meio da integração (FUJITA, 2013).

Nas décadas de 1970 e 1980 a atividade frigorífica já se encontrava consolidada, e o governo do Estado aumenta o processo de envio dos recursos para a região, assim, entre outros fatores, em 10 anos a população do município teve um aumento de 67,98%, sendo que os residentes no meio rural passaram de 59% em 1970 para 34% em 1980, uma redução de 25%, enquanto no meio urbano passou de 41,08% para 66% respectivamente, ou seja, as agroindústrias demandavam mão

de obra e a população rural migrava para o espaço urbano, visando aos benefícios da renda fixa e atraídos pelas condições de vida urbana.

Na década de 1980, o modelo agroindustrial com a cadeia produtiva verticalizada parte para a internacionalização, enquanto a atividade produtiva nas pequenas propriedades enfrenta dificuldades com a falta de infraestrutura e, por consequência, a perda da competitividade. A cidade, com crescimento acelerado passou a ter problemas estruturais, uma vez que o êxodo rural trouxe um contingente populacional necessitado de moradia, saúde, educação e emprego, emergindo assim os problemas sociais (FUJITA, 2013).

Mediante o crescimento econômico e populacional, a população tornou-se predominantemente urbana a partir de 1980, motivada pela expansão das agroindústrias, pelo desenvolvimento da cidade enquanto centro urbano regional, motivando a migração, conforme constatado na Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução populacional do Município de Chapecó (SC)

<b>Ano</b>	<b>População total</b>	<b>Urbana</b>	<b>%</b>	<b>Rural</b>	<b>%</b>
1960	52.089	10.939	21	41.150	79
1970	49.865	20.275	40,66	29.590	59,34
1980	83.765	55.269	65,98	28.499	34,02
1991	123.050	96.751	78,63	26.299	21,37
2000*	146.967	134.592	91,58	12.375	8,42
2010	183.533	168.131	91,61	15.402	8,39

Fonte: elaborada pela autora, com base em Fujita (2013).

\* A diminuição da população rural no ano de 2000 foi causada pelo aumento do perímetro urbano.

A partir de 1990 a indústria frigorífica passa a exigir dos produtores padrões de produção, de acordo com as demandas dos contratos internacionais para comercialização dos produtos, o que, por sua vez, gera a necessidade de investimentos e adaptação das propriedades rurais. A população em 1991 era em sua maioria residente no meio urbano, representada por 78,63%; em 2010 este percentual já representava 91,61%, enquanto no mesmo período a população rural passou de 21,37% para 8,39%. Ou seja, o município tornou-se referência urbana, com demandas por serviços por parte do poder público, mas ainda com receita baseada na atividade agrícola.

Mesmo com a redução gradual da população rural em Chapecó, destaca-se que de 2000 para 2010 esta população teve um incremento de 3.027 habitantes, contrariando a tendência histórica, havendo a contenção do êxodo rural. Tais

acontecimentos podem ser creditados às políticas públicas desenvolvidas no município para este segmento, sendo este tema para estudos futuros.

Diante das exigências das grandes agroindústrias, as pequenas propriedades rurais, em sua maioria, já não produziam de maneira independente, assim, multiplica-se a idealização de cooperativas familiares e associações, pautadas também pelo apoio governamental. Os produtores rurais organizados em grupos buscam diferenciar-se da grande agroindústria pela comercialização de “produtos coloniais”, os quais são produtos processados em estabelecimentos agrícolas pelos agricultores, com finalidade de autoconsumo familiar e o excedente para comercialização (DORIGON, 2010).

Os pequenos agricultores que optavam por produzir sem a integração das agroindústrias necessitavam diversificar a renda, assim passaram a comercializar produtos, como salames, queijos, doces e geleias, conservas de hortaliças, massas, biscoitos e açúcar mascavo, entre outros, para comercialização direta ao consumidor. E, muitas vezes, por meio do mercado informal (DORIGON, 2010).

Neste cenário de mudanças e adaptações surgem as feiras livres, iniciativas que integram o Sistema Alimentar e Nutricional (SAN)<sup>4</sup>, por meio da possibilidade do pequeno agricultor familiar de comercializar seu excedente de produção. As feiras, neste contexto, caracterizam-se como espaços de comercialização diferenciados, de caráter temporário e adaptativo, atendendo à demanda dos consumidores, com a comercialização direta dos produtos oriundos da agricultura familiar (BRASIL, 2007).

A organização das feiras acontece de acordo com as características de cada localidade, considerando a estrutura disponível e a demanda do consumidor, podendo ser fixas ou móveis, ou seja, respeitam as características culturais das cidades, sendo estruturadas em locais estratégicos de circulação de pessoas, visando à manutenção da atividade e a competitividade.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2007, p. 10), as feiras livres são “entendidas como um local de encontro e troca, as Feiras acabam por ganhar espaço dentro da cultura de consumo da população. No entanto, sua consolidação depende de diversos fatores que envolvem, principalmente, a

---

<sup>4</sup> O SAN – Segurança Alimentar e Nutricional é integrado ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, Lei n. 11.346/2006, que objetiva, em todo o território nacional, o direito humano à alimentação adequada.

negociação do espaço público a ser utilizado.” Para tanto, como as feiras são temporárias e competem no mercado local, torna-se importante o planejamento adequado para sua instalação, desde a localização, produtos que serão comercializados, higienização, fiscalização, entre outros.

As feiras representam em sua essência a oportunidade de comercialização dos produtos da agricultura familiar, diretamente ao consumidor, que tem a oportunidade de comprar produto direto dos produtores. Desse modo, elas integram população rural e urbana, tornando-se espaços de convivência já imersos nos hábitos e cultura das cidades, além de gerar renda aos agricultores para aprimoramento da produção e sustentabilidade da atividade.

Em Chapecó, o incentivo público para a agricultura familiar desponta a partir de 1990 visando ao desenvolvimento e manutenção local das atividades rurais, por meio de um descolamento das culturas tradicionais de milho, feijão, mandioca, estimulando as atividades para o agroturismo, fruticultura, piscicultura, apicultura e agroecologia. Neste contexto, as feiras livres representam a integração entre a iniciativa pública e os pequenos agricultores, pois até 1997 existia no município uma feira com oito agricultores de maneira isolada, sem articulação pública, o que por sua vez prejudicava a comercialização em virtude da falta de infraestrutura e divulgação (CANCELIER et al., 2005).

Em 1998, da articulação entre a população urbana, pequenos agricultores e o poder público municipal surge a primeira Feira Livre de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó, localizada na região central da cidade, com infraestrutura em formato de bancas fixas, espaço cultural, sanitários e estacionamento. No espaço foram abrigadas 26 bancas, nas quais 60 famílias comercializavam seus produtos (CANCELIER et al., 2005).

Os serviços relacionados à qualificação dos produtores para atender às normativas legais de comercialização de alimentos, bem como inspeção animal e vigilância sanitária foram realizados em uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Empresa de Pesquisa e Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) (LOCATELLI, 2009).

Para participar das feiras existiam alguns critérios: (a) ser agricultor familiar com produção agroecológica; (b) estar cadastrado na Secretaria da Agricultura de Chapecó; (c) ser associado à Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste

Catarinense (Apaco), ou à Associação dos Produtores Feirantes de Chapecó (Aprofec), ou à Cooperativa dos Agricultores Familiares (Cooperfamiliar), ou à Associação dos Apicultores ou à Associação dos Aquicultores (SEDEMA, 2013).

No ano de 1999, em virtude da demanda da população surgem mais sete pontos de comercialização, nos bairros: São Cristóvão, Bela Vista, Santo Antônio, Passo dos Fortes, Maria Goretti, Jardim América e anexo à Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó), com uma média de 8 a 10 bancas em cada localidade (LOCATELLI, 2009).

Em 2001, acontece o fechamento de um dos pontos, localizado no Bairro Maria Goretti, e a substituição deste pela abertura de outro ponto na região central, com 8 bancas móveis, sendo uma estrutura provisória em razão da exposição ao clima. Já em 2002, este ponto recebe um novo espaço, na mesma região, porém com estrutura adequada, abrigando 24 bancas. Nos anos de 2003 e 2004 surgem mais dois pontos, nos bairros Cristo Rei e Jardim do Lago, cada um com 8 bancas (LOCATELLI, 2009, p. 34).

Em 2007, a necessidade de aprimorar o programa e melhorar as instalações já degradadas com o tempo, faz com que a primeira feira inaugurada no centro seja transferida para outro espaço, enquanto o anterior seria revitalizado. O valor do investimento por parte da Associação dos Feirantes foi de R\$ 27.000,00 e da Prefeitura Municipal de R\$ 82.838,00, totalizando R\$ 109.838,00. O novo espaço comportou 29 bancas e a incorporação de novos parceiros, como a Associação Regional Apícola Santa Rita (Arasri) e a comercialização de peixes por meio de outra associação (LOCATELLI, 2009, p. 34).

Com o crescimento da procura por produtos agroecológicos e coloniais e a necessidade de higienização dos ambientes, em 2012 a feira localizada no centro da cidade é transferida para um novo espaço próximo ao anterior, planejado para atender melhor às famílias que comercializavam os produtos, favorecendo a competitividade do programa. A nova estrutura possui um pavilhão de 860 metros quadrados, no qual estão alocadas 31 bancas, sanitários e estacionamento para os clientes, uma antiga reivindicação dos feirantes (SEDEMA, 2012).

Para o ingresso de novos produtores nas feiras, o agricultor deverá cadastrar-se na Sedema e, na disponibilidade de vagas, em alguma banca, aciona-se a Associação dos Feirantes de Chapecó (Aprofec), para consulta do interesse.

Realiza-se uma análise da feira onde possui a banca disponível e os produtos que este novo agricultor tem para comercialização, para evitar a repetição demasiada de produtos e manter a sustentabilidade de todos. Assim, caso se aceite o novo feirante, concede-se a banca de venda para a família por tempo indeterminado, exceto se sofrer medidas administrativas por descumprimento de alguma normativa legal<sup>5</sup> (SEDEMA, 2013).

A Prefeitura Municipal de Chapecó faz o custeio de despesas com a locação dos terrenos nos quais as feiras funcionam, enquanto os agricultores arcam com despesas relacionadas à energia elétrica, água e imposto predial e territorial urbano (IPTU). Outra condição disposta aos feirantes é a isenção fiscal de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), favorecendo a redução de custos. Em contrapartida, a prefeitura fornece aos agricultores uma listagem com dois preços, sendo um o valor médio menos 20% do cobrado pelo mercado e o outro o menor entre quatro pesquisados, assim orienta-se que os feirantes mantenham seus preços abaixo dos dois valores, mas não existe normatização ou fiscalização quanto a esta orientação (SEDEMA, 2013).

Em 2013 eram 10 pontos de venda distribuídos em todas as regiões do município, nos quais são comercializados produtos, como: hortaliças, frutas, leite e derivados, mel, ervas medicinais, vegetais, panificados (pães, bolos, biscoitos, pizza, etc.), ovos, carnes e derivados, artesanato, flores e plantas ornamentais, e peixe. A comercialização desses produtos gera um faturamento médio de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) mensais, de acordo com o bloco de notas do agricultor cadastrado junto à secretaria (SEDEMA, 2013).

O programa é composto por 90 bancas de venda, contemplando em 2013, 60 famílias diretamente, observando que alguns produtores atuam em mais de uma banca em bairros diferentes<sup>6</sup>. Os horários em que as feiras acontecem variam de acordo com a região, sendo estabelecidos pelos feirantes, tornando-se uma tradição para a população do bairro. À medida que a cidade se desenvolve as feiras também se propagam, um exemplo é o ponto localizado no Loteamento Expoente, no Bairro Seminário, na região Sul do município, inaugurado em 2012, com 04 bancas.

---

<sup>5</sup> No Município de Chapecó não existe uma legislação vigente sobre o funcionamento das feiras, uma vez que é considerado um projeto. A criação de regimentos internos no intuito concederem autonomia destas encontra-se em processo de elaboração para transformar em política pública.

<sup>6</sup> A alocação das famílias e a quantidade de bancas que cada uma possui estão retratadas na metodologia do estudo.

A Prefeitura Municipal de Chapecó por meio da Sedema, em 2013, oferta 13 programas aos agricultores, em parcerias com o governo do Estado de Santa Catarina e Governo Federal, sendo que as famílias têm a autonomia de participar em mais de um programa, desde que se enquadrem nas normativas legais. Também, estabelece uma rede de atendimento especializado em inspeções sanitárias, inseminação artificial, acompanhamento social em parceria com a secretária de assistência social e a promoção da segurança alimentar (SEDEMA, 2013).

As feiras livres de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó se constituem como uma demonstração da identidade cultural do cooperativismo da região Oeste de Santa Catarina, uma vez que surgiram em uma parceria entre poder público municipal, agricultores familiares e população em geral. Além disso, as feiras também representam a capacidade de organização dos agricultores em promover um ambiente favorável à competitividade, com interferência parcial governamental, o que por sua vez concede autonomia decisiva aos feirantes e mantém o programa por tanto tempo em atividade. Na Tabela 3 apresenta-se a distribuição das bancas, dias de atendimento e horário de acordo com a localização do ponto da feira.

Tabela 3 – Localização das feiras, quantidade de bancas, dias e horário de atendimento

<b>Local da feira (bairros)</b>	<b>Número de bancas</b>	<b>Dias de feira</b>	<b>Horários</b>
Santo Antônio	4	Sábados	06h30 às 10h30
Loteamento Expoente	4	Quinta-feira	16h às 18h30
São Cristóvão	3	Quarta-feira	08h às 10h
Bela Vista	5	Sábados	06h30 às 10h
Cristo Rei	6	Sábados	07h às 09h30
Parque das Palmeiras	5	Quarta-feira	07h às 12h
Efapi	7	Sábados	07h às 12h
Presidente Médice	7	Terça-feira	15h às 19h
Centro	31	Sábados	07h às 12h
Calçadão	18	Quarta-feira e sábados	07h às 12h
		Terça-feira	07h30 às 13h30
		Sábados	07h às 12h
<b>Total</b>	<b>90 bancas</b>		

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – Sedema (2013).

Na seção seguinte, apresentam-se as principais referências teóricas utilizadas para a compreensão da relação entre o ambiente institucional dos agricultores feirantes e o fomento público para o fortalecimento da agricultura familiar.

### 2.3 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL E A AGRICULTURA FAMILIAR

O processo de colonização da Região Oeste de Santa Catarina apresenta relação direta com a agricultura familiar, uma vez que sua finalidade inicial constituiu-se na subsistência familiar e a ocupação fundiária, formada basicamente de pequenas propriedades rurais.

Com o desenvolvimento econômico e a instalação das agroindústrias surgiu a comercialização em grande escala, por meio do cooperativismo/associativismo e da integração vertical. O sistema de governança das agroindústrias atraiu diversos produtores rurais, mas, a partir de 1990, a agroindústria adota como estratégia a internacionalização, exigindo dos produtores especialização de manejo e mão de obra, além de adaptações estruturais nas propriedades. Inicia-se dessa forma o processo de desistência da atividade vinculada à agroindústria e a necessidade de novas opções de renda e diversificação da produção (MIOR, 2005).

Esses produtores, na busca por novas alternativas, organizados em associações, com apoio da população urbana e do poder público, deram início às Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó, programa existente no município há 15 anos. As feiras são um espaço de comercialização direta entre os agricultores e os consumidores, no qual o ambiente institucional possui características particulares passíveis de investigação devido à relação dos agricultores feirantes com o mercado, consumidores e poder público.

Para contextualizar esta relação do agricultor familiar com o ambiente institucional optou-se pela abordagem das instituições à luz da Nova Economia Institucional (NEI), conforme estudos de Douglass North, pois nos sistemas agrícolas as instituições são de suma importância nos elementos do ambiente institucional, como as políticas públicas e seus efeitos sobre as ações dos envolvidos no sistema. Neste estudo, o enfoque será no ambiente macroeconômico por meio da descrição do papel das instituições, a relevância das regras formais e informais, bem como a economia dos custos de transação (ECT) em seus aspectos quanto a

especificidades de ativos, frequência e incertezas na constituição do ambiente institucional dos agricultores feirantes de Chapecó (SC).

### 2.3.1 O papel das instituições

Para compreender a Nova Economia Institucional (NEI) no cenário da agricultura familiar atual, é importante o resgate histórico dos estudos desenvolvidos por Ronald Coase, em 1930. Até então se entendia a firma como uma função de produção, na qual as entradas são os vários insumos necessários e as saídas os produtos produzidos por meio dela. A partir destes estudos passou-se a identificar que para toda a produção incidem-se custos de transação que influenciam nos valores dos produtos e são permeadas pelas instituições (FARINA, 1997).

As instituições exercem papel importante no comportamento coletivo e individual das sociedades, uma vez que suas ações geram impactos tanto em indivíduos quanto em organizações. As instituições têm como finalidade mediar os conflitos, informando quais as ações que estão prejudicando e quem está sendo atingido (SANTOS JUNIOR, 2011).

Para Coase (1960), um conjunto de instituições que oferece transações de baixo custo viabiliza a existência de mercados de produtos e de fatores eficientes necessários ao crescimento econômico. Neste ambiente, as instituições tornam-se fundamentais e o papel das instituições amplia-se, bem como a dependência entre as partes, o que reforça a necessidade de regras para restringir as ações humanas.

Ainda que existam concepções diferenciadas para o papel das instituições, entende-se que os estudos realizados por Douglass North, a partir da década de 1960, são os mais adequados a este trabalho, com destaque para o livro *The Economic Growth of the United States 1790-1860*, no qual o autor estuda a história econômica, a formação de suas instituições, considerando que os indivíduos interagem a partir de regras. As instituições são definidas pelo autor como:

As instituições são restrições humanas inventadas que estruturam as interações humanas, Elas são feitas de restrições formais (por exemplo, regras, leis, constituições) e limitações informais (por exemplo, normas de comportamento, convenções, código de conduta auto imposto e suas características de execução). Juntas elas definem a estrutura de incentivos das sociedades e especialmente das economias. (NORTH, 1994, p. 360).

Este conceito de instituição foi aplicado por North para compreender as interações entre os agentes envolvidos. Após 1960, o autor migra seus estudos para a análise dos arranjos institucionais, considerando que os avanços institucionais podem ser mais importantes do que os avanços tecnológicos, se analisado o desenvolvimento das economias em longo prazo, com o livro *Institutional Change and American Economic Growth* de 1971 (GALA, 2003).

A busca pelo entendimento do processo histórico do desenvolvimento econômico propiciou a transição entre o histórico e o teórico, presentes nos livros de North a partir de 1970, nos quais estuda as civilizações ao longo do tempo, como Egito, Grécia, Roma, entre outras. Nestes estudos, constatou-se que as instituições criadas no final da Idade Média na Europa Ocidental e, posteriormente, nos Estados Unidos, teriam sido capazes de conduzir os países a crescimentos econômicos nunca antes vistos, por meio da transformação dos problemas relacionados ao crescimento populacional em oportunidade de desenvolvimento econômico (GALA, 2003, p. 90).

Analogamente, guardadas as diferenças, a Região Oeste de Santa Catarina sofreu com o êxodo rural, com crescimento econômico da região, mediante a oferta de trabalho no meio urbano e a migração populacional em direção a cidades, como Chapecó. Derivada desta mobilidade surgem as demandas públicas no meio urbano, como a ampliação das estruturas de atendimento à saúde, a geração de emprego e renda, ampliação da rede educacional e moradia, para suprir as necessidades de um contingente populacional elevado.

Voltando a North, em 1981<sup>7</sup>, o autor segue com a análise teórica do crescimento econômico, na qual retrata historicamente algumas sociedades e suas matrizes institucionais, e, posteriormente, em 1990, na obra *Institutions, Institutional Change Economic History*, reitera que as instituições são as “regras do jogo” de uma sociedade, ou seja, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma as interações humanas, e que as instituições e o ambiente institucional influenciam diretamente no desempenho econômico.

Na abordagem da economia tradicional as instituições são vistas como dadas. Na NEI, ao contrário, o pressuposto é que as instituições estão no cerne do desenvolvimento das sociedades, tendo assim ligação direta com o desempenho

---

<sup>7</sup> *Structure and Change in Economic History* (NORTH, 1981).

econômico, na qual o intermédio é realizado pelos custos de transação<sup>8</sup> (SANTOS JUNIOR, 2011).

A eficiência econômica deve considerar a capacidade de minimizar os custos de transação, no entanto, uma parte significativa dos custos de transação é difícil de ser determinada, em virtude da dificuldade de quantificá-los, como, por exemplo, a busca por melhores parceiros, negociações, controle de execução de termos contratuais, desenvolvimento organizacional, entre outros (BACHEV, 2010).

A NEI possui duas correntes que seguem por vertentes analíticas diferentes: as instituições de governança (ambiente microeconômico) e o ambiente institucional (ambiente macroeconômico); ambos têm como ponto de partida a Economia de Custos de Transação (ECT) (AZEVEDO, 2000).

A economia dos custos de transação parte de dois pressupostos comportamentais, sendo o primeiro relacionado à consideração de que os indivíduos são oportunistas, ou seja, fortemente autointeressados, sendo capazes de trapacear para obtenção de vantagens; e o pressuposto da racionalidade limitada, no qual o indivíduo possui limites em sua capacidade para processar as informações disponíveis. Portanto, a racionalidade dos indivíduos é limitada e se encontra diante de um mundo permeado de incertezas, assim, o processo de tomada de decisão é influenciado por diversos fatores, logo, torna-se instável mediante as variáveis do ambiente (OLIVEIRA, 2013).

No ambiente microeconômico, que tem como expoente Willianson, o qual expõe que as firmas têm a função de minimizar os custos de transação, por meio de estruturas de governança, sendo organizadas em três formas: organização de mercados, hierarquias ou forma híbrida. Considera-se que para cada transação específica existirá uma estrutura de governança que terá como objetivo minimizar os custos de transação (SANTOS JUNIOR, 2011).

Para a NEI, o ambiente macroeconômico é constituído pelo ambiente institucional, sendo este composto por regras formais e informais que regulamentam o comportamento dos agentes econômico. As regras formais podem ser entendidas como leis e direitos, na maioria elaborada por organizações formais, sendo

---

<sup>8</sup> Custos de transação para North significam os custos dos recursos necessários para medir os atributos do que se está negociando. Os custos de transação dividem-se em dois: os custos de *measurement* que se referem às dificuldades dos agentes em conhecer de fato o objeto da transação em curso e os custos de *enforcement* que se refere à incerteza que os agentes têm sobre a propriedade do bem e ser trocado (GALA, 2003).

formuladas com o intuito de controlar as relações e, por sua vez, reduzir os custos de transações.

As regras informais caracterizam-se pelos costumes, crenças e tradições, as quais sofrem influência de fatores, como religião, cultura e emergem de maneira espontânea, assim, torna-se difícil modificá-las, uma vez que estão fortemente relacionadas a aspectos de identidade aos sujeitos. Além desta forte identificação, as regras informais são executadas mediante o comportamento vinculado ao comprometimento dos envolvidos para que estas sejam cumpridas, mesmo sem existirem mecanismos formais impositivos.

A finalidade das regras ou limitações consiste em estruturar a interação social, econômica e política, que por sua vez existem com a finalidade de proporcionar fluidez no funcionamento do desenvolvimento econômico (NORTH, 1992).

Neste estudo foi destacado o ambiente institucional (macroeconômico), com foco no papel das instituições e o fomento público, sendo fundamental compreender o contexto em que se situam as relações, uma vez que a perspectiva institucional ressalta a presença de elementos culturais nas relações, como: costumes, crenças, valores (PETTIGREW, 1985).

A ECT preocupa-se com os custos de transação que ocorrem durante a execução dos contratos, principalmente, aqueles derivados da capacidade reduzida de adaptação dos agentes. Assim, consideram-se três dimensões principais: frequência, incerteza e especificidades dos ativos.

Na seção seguinte será contextualizado o ambiente institucional com suas instituições formais e informais e as dimensões da ECT no contexto da agricultura familiar, em específico, nas feiras livres.

### **2.3.2 O ambiente institucional e a agricultura familiar**

O ambiente institucional da agricultura familiar ao longo dos tempos passou por mudanças técnicas, operacionais e institucionais, influenciadas pela alteração das estratégias e políticas governamentais de fomento e manutenção da atividade. A abertura dos mercados internacionais para os produtos agropecuários nacionais trouxe a necessidade de estruturação de normativas, especialização da mão de obra

e formulação de políticas públicas de diversas ordens para contemplar desde os agricultores integrados a grandes complexos industriais até o pequeno produtor familiar autônomo.

A agricultura familiar possui diversas interações com os diferentes agentes, sejam estes governamentais ou não, uma vez que para conseguir manter-se competitivo no sistema, torna-se primordial as associações e cooperativas, o que por sua vez geram demandas regulamentadoras das transações. Neste estudo, o ambiente institucional será o das feiras livres do município de Chapecó, constituída por agricultores familiares, por meio de suas integrações e relações internas e externas com os diversos agentes.

A NEI sustenta que as instituições interferem na dinâmica dos mercados, interferindo no desempenho econômico das firmas. O estudo do ambiente institucional apresenta-se na NEI determinante dos custos de transação, uma vez que é responsável pela redução ou ampliação destes custos nas relações comerciais. Para entender o ambiente institucional e os custos de transação associados torna-se necessário compreender as mudanças que acontecem por forças das instituições e os reflexos destas na cadeia.

No intuito de criar ambientes favoráveis, os elementos do sistema podem programar ações para favorecer as mudanças institucionais, como, por exemplo, os sindicatos, cooperativas e redes, com o objetivo de defender os interesses dos agricultores, mobilizar a classe para provocar modificações institucionais e pressões para a criação de novas políticas públicas. Os consumidores podem exercer influência sobre o ambiente institucional mediante as exigências de qualidade, preço e confiança, entre outras, obrigando as cadeias a adequar as estratégias de mercado para manterem-se competitivas.

Outro elemento relevante para este estudo é a confiança, entendida segundo Andrade et al. (2011, p. 609), como “um mecanismo relacional de governança que pode interferir nos custos associados à formação, desenvolvimento e manutenção de relacionamentos interorganizacionais.” Assim, nesta dissertação a confiança será avaliada nas relações entre agricultores, clientes e poder público, buscando identificar a relevância dela no ambiente institucional das feiras livres.

A confiança quanto à sua natureza possui diversos aspectos significativos, como: expectativa; crença, estado psicológico, percepção, disposição para assumir riscos,

probabilidade subjetiva. Dessa maneira, os custos de transação podem sofrer alterações conforme o comportamento relacionado à confiança entre os agentes, assim, com a frequência das transações estes passam a desenvolver percepções de confiança que garantem a crença na relação entre as partes (ANDRADE et al., 2011).

No processo de transação as consequências da confiança podem ser percebidas principalmente na redução da necessidade de aplicação de mecanismos formais que visem reduzir o comportamento oportunista dos agentes. A existência das instituições formais e informais possui relação com a confiança, uma vez que de acordo com os elos entre as partes é possível reduzir os custos das transações (RIPPERGER, 1998).

No ambiente institucional das feiras livres, o papel das políticas públicas para a agricultura familiar é entendido como as formas de regulamentar o mercado e oferecer oportunidades para agricultores familiares, já que estes estão em condições de inferioridade competitiva, comparativamente às grandes agroindústrias, num mercado onde a escala de produção pode ser relevante.

Conforme Azevedo (2000, p. 34), “a criação de regras que disciplinam o comportamento dos participantes de um sistema agroindustrial pode ser decisiva para sua eficiência e competitividade.” As políticas públicas, se analisadas nesta ótica, são formas de regulamentação de transações entre os atores, uma vez que todas possuem regras, formais ou informais, que determinam o comportamento e a competitividade dos participantes.

A relação com o mercado consumidor sob a ótica da NEI, no caso em estudo, causaram influências sobre o ambiente institucional da agricultura familiar no município de Chapecó, pois as demandas por produtos agroecológicos e oriundos diretamente das propriedades rurais exerceram pressões sobre o poder público visando à criação de espaços para a comercialização de produtos. Dessa forma, as feiras livres representam uma reação a essas pressões, já que foram criadas a partir de necessidades da sociedade e dos agricultores.

Após a criação das feiras os clientes responderam gerando demanda para a comercialização por meio do aumento da frequência das transações, o que gerou a necessidade de ampliação dos pontos de venda e reduziu o ambiente de incerteza da agricultura familiar no município, sendo este detalhado na sequência.

O ambiente de incertezas é gerado, segundo Gala (2003), pelas imperfeições do mercado e a assimetria no acesso às informações, acarretando um processo de tomada de decisão repleto de subjetividade, o que gera incerteza e, por consequência, o aumento nos custos de transação, pois os agentes não conseguem prever os acontecimentos futuros.

Adicionalmente, os produtos oriundos da agricultura possuem características particulares. Segundo Azevedo (2000, p. 34), “a) perecibilidade; b) elevada participação do custo de frete nos produtos; e c) a importância da qualidade e regularidade dos insumos levam a uma relação dependente entre os diferentes elos de um sistema agroindustrial.” Assim, o grau de incerteza da atividade está condicionado, também, a aspectos naturais decorrentes do domínio imperfeito da natureza, que gera sazonalidade de culturas e instabilidade da oferta mediante uma demanda exigente (AZEVEDO, 2000).

A dimensão frequência refere-se às transações recorrentes, na qual as partes podem desenvolver reputação, e, assim, limita-se o interesse em agir de modo oportunista para obter ganhos de curto prazo. Segundo Azevedo (2000, p. 38), “quanto maior a frequência, menores serão os custos fixos médios associados e se a frequência for muito elevada, os agentes terão motivos para não impor perdas aos seus parceiros.” Assim, a frequência às transações reduz os custos inerentes a ela, ou seja, quando a periodicidade das transações acontece, as partes adquirem conhecimento, logo, ocorre a redução da incerteza nas transações, bem como o aumento da reputação das partes e a relação de confiança e continuidade das relações.

Desse modo, na tentativa de coordenar as ações humanas no ambiente, o Estado tem papel fundamental, uma vez que define e cuida do *enforcement* da sociedade. Ou seja, estabelece a formação e manutenção das regras formais (e estimula as informais) encontradas na matriz institucional da sociedade, a partir das quais se definem os estímulos para as organizações sejam sociais, econômicos, ou políticos (GALA, 2003).

A dimensão especificidade dos ativos, para Williamson (1985), refere-se à definição de ativos específicos como aqueles cujo retorno está associado à continuidade de uma transação específica. Para Azevedo (2000, p. 39), “quanto maior a especificidade dos ativos, maior a perda associada a uma ação oportunista por parte de outro agente”, tendo como consequência a elevação dos custos de

transação. A maior ou menor ocorrência das especificidades supracitadas determina a estrutura de governança adequada para otimizar as transações e reduzir os custos de transação. No Quadro 4 estão descritos os tipos de especificidades de ativos e suas características:

Quadro 4 – Tipos de especificidades de ativos

Tipos de especificidades de ativos	Características
Locacional	Localização próxima de firmas de uma mesma cadeia produtiva economiza os custos de transporte e armazenagem e significa retorno específico a essas unidades produtivas;
Especificidade de ativos físicos	Dificuldades de ordem física relacionados à necessidade de componentes específicos ao longo do processo de produção;
Especificidades de ativos humanos	Toda a forma de capital humano específico a uma determinada firma;
Ativos dedicados	Relativos a um montante de investimento cujo retorno depende da transação com um agente particular e, portanto, relevante individualmente;
Especificidade de marca	Refere-se ao capital - nem físico nem humano - que se materializa na marca de uma empresa, sendo particularmente relevante no mundo das franquias;
Especificidade temporal	Valor de uma transação depende, sobretudo, do tempo em que ela se processa, sendo especialmente relevante no caso da negociação de produtos perecíveis.

Fonte: elaborado pela autora com base em Azevedo (2000, p. 39).

Os custos de transação elevam-se à medida que as especificidades são maiores, pois estão associadas às ações oportunistas por parte do outro agente. Um exemplo das especificidades dos ativos pode ser observado no sistema de integração às agroindústrias empregado na região Oeste de Santa Catarina, no qual as exigências feitas ao produtor, como aviários equipados, métodos de manejo da produção são estabelecidos em contratos nos quais são descritas todas as obrigações do integrado e do integrador. O agricultor que opta por sair do sistema de integração permanece com uma estrutura específica adaptada para aquela atividade, tendo o custo de readaptação para utilização dos espaços e equipamentos para outros fins, o que torna a tomada de decisão um processo complexo e incerto.

A NEI com suas regras formais e informais visam limitar a ação humana na busca pela redução dos custos de transação, mesmo em um ambiente de incertezas, tais limitações na conduta humana são responsáveis pela diminuição das incertezas, o que torna o ambiente social adequado e propenso à tomada de decisões econômicas e políticas (GOMES, 2004). A avaliação do ambiente institucional das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó, sob a abordagem da Nova Economia

Institucional (NEI) perpassa pelo emprego de procedimentos metodológicos adequados visando à resposta dos objetivos propostos na pesquisa, conforme se descreve na seção seguinte.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção do conhecimento científico se concretiza mediante pesquisas desenvolvidas com o objetivo de proporcionar respostas aos problemas teóricos ou práticos por meio do emprego de processos científicos. Para que a pesquisa se viabilize, com confiabilidade e os objetivos sejam alcançados, faz-se necessária a escolha de métodos de investigação, visando orientar o desenvolvimento do trabalho e a estruturação de procedimentos organizados de maneira racional e sistemática, ou seja, o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca de conhecimentos, que irão auxiliar na tomada de decisão do pesquisador (GIL, 2010).

Esta seção destina-se ao detalhamento da abordagem metodológica utilizada na realização desta dissertação. Nela são descritas as etapas desenvolvidas, as fontes de dados coletados, forma da análise dos dados, a região e a população pesquisada.

#### 3.1 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

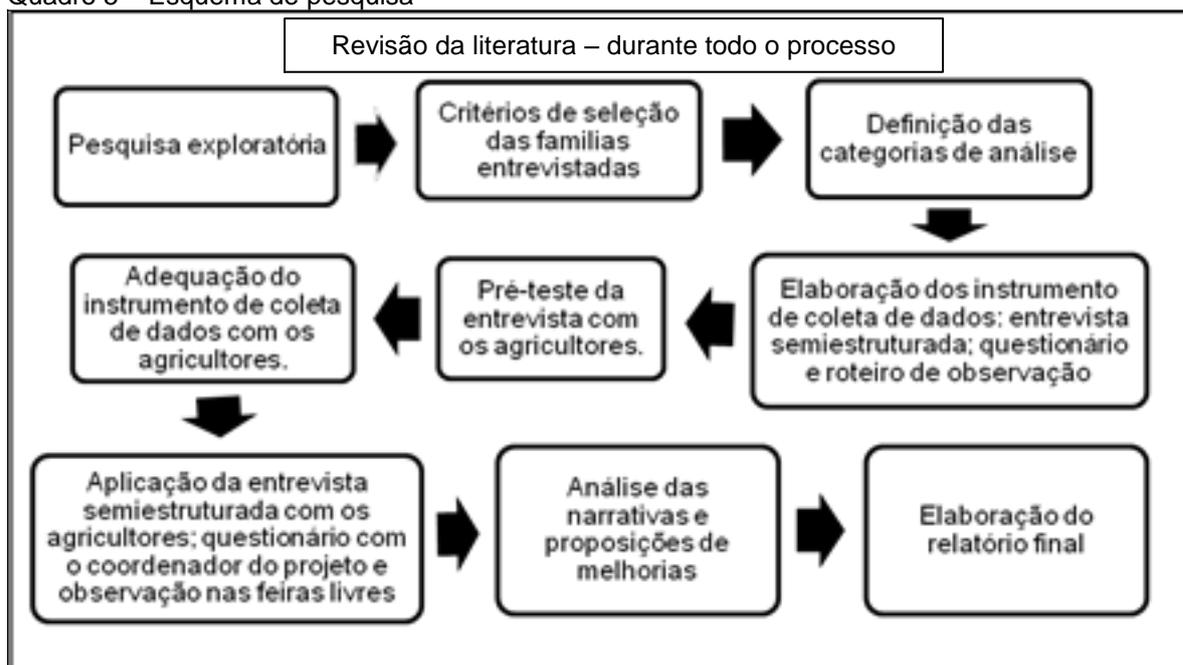
A delimitação do estudo compreende indicar a abrangência do estudo, as abordagens conceituais do assunto, o tempo e espaço no qual será executado. Para Vergara (2011, p. 30), “refere-se à moldura que o autor coloca em seu estudo.” Dessa forma, este estudo analisa o ambiente institucional das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó (SC) para o fortalecimento da agricultura familiar.

O estudo enquadra-se no Mestrado Profissional em Administração na área de concentração do Agronegócio e na linha de pesquisa Competitividade do Agronegócio, sendo executado de agosto de 2013 a agosto de 2014. O *lócus* de pesquisa localiza-se na Região Oeste do Estado de Santa Catarina, na cidade de Chapecó, onde o público pesquisado foi composto por 12 famílias de agricultores familiares; no momento da aplicação do instrumento estava presente um ou mais membros do núcleo familiar, especificamente os mantenedores. Para fins de descrição preferiu-se agrupar estes sujeitos e chamá-los de família neste estudo. Também compôs o público da pesquisa o coordenador do projeto das feiras livres vinculado ao órgão público Sedema.

No município de Chapecó, conforme demonstrado na tabela 2, o decréscimo da população rural apresenta-se elevando desde a década de 1960. Desta forma como uma das estratégias para motivar a permanência da população no meio rural, a prefeitura municipal mantém, desde 1997, o projeto chamado “Feiras Livre de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó”, criado pela iniciativa dos agricultores, do poder público e da sociedade, movidos pela necessidade de ampliar as fontes de renda e de aproximação entre os consumidores com os produtos coloniais do município, sendo os agricultores familiares feirantes desta pesquisa juntamente com o coordenador do projeto.

A pesquisa aconteceu de maneira sistemática, sendo esquematizada no Quadro 5 com a descrição sucinta de cada etapa percorrida para a realização do estudo. O detalhamento das etapas será descrito ao longo desta seção.

Quadro 5 – Esquema de pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2014).

Durante todo o processo realizou-se a revisão da literatura, visando identificar subsídios, variáveis intervenientes da temática. As etapas da pesquisa apresentam-se de maneira detalhada nas seções subsequentes.

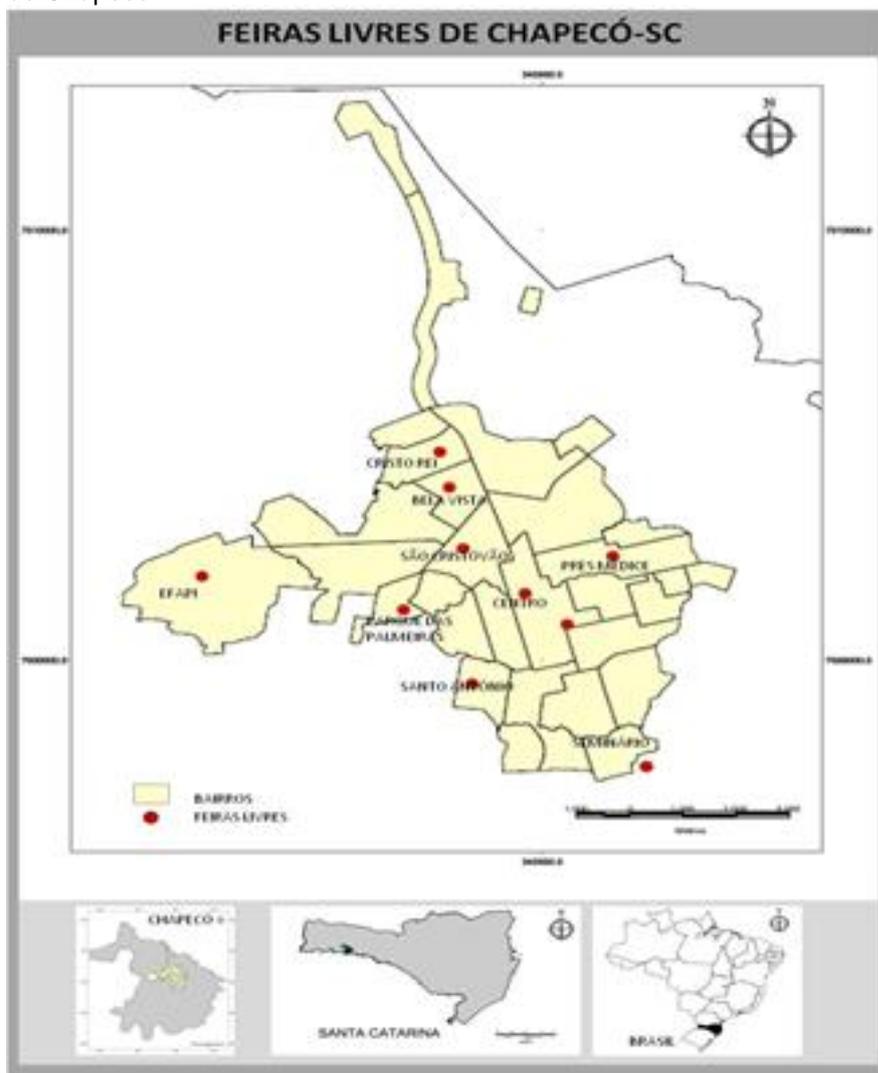
A escolha das Feiras Livres de Produtos Coloniais e Agroecológicos justificam-se, como lócus do estudo, mediante o tempo de existência do programa,

desde 1997, a quantidade de produtores e a abrangência geográfica dos pontos de feiras, contemplando todas as regiões da cidade.

A abrangência territorial da pesquisa contempla todas as regiões do município de Chapecó, onde estão localizados os 10 pontos de venda das feiras livres. Esses pontos são ocupados em 2013 por 60 feirantes que integram as 93 bancas de venda com a venda dos produtos coloniais e agroecológicos diretamente aos consumidores.

Os bairros onde foram aplicados os instrumentos de pesquisa foram: Centro; Calçadão (centro); São Cristóvão; Bela Vista; Cristo Rei; Seminário (Loteamento Expoente); Efapi; Presidente Médice; Parque das Palmeiras e Santo Antônio, distribuídos conforme Mapa 1.

Mapa 1 – Localização dos pontos das feiras livres de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó



Fonte: elaborado pela autora com a colaboração de Daiane Valentini.

Nesse cenário, a pesquisa desenvolveu-se considerando características culturais e regionais da cidade de Chapecó, o contato direto da pesquisadora com os agricultores entrevistados e a observação não participante da dinâmica de funcionamento das feiras livres e seu ambiente institucional.

### 3.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa e buscou identificar por meio das particularidades dos respondentes e das suas narrativas individuais, a compreensão do ambiente institucional no qual estão inseridos. Segundo Godoy (2006), a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir das perspectivas dos participantes, nesse caso, percepção deles sobre a influência do fomento público para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Chapecó (SC).

Embora alguns dados tenham sido quantificados para caracterizar as famílias dos agricultores entrevistados, não se aplicou nenhuma técnica estatística para análise dos dados, dessa forma, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Para Bryman (1989), o ambiente natural é a principal fonte de dados e o pesquisador figura como instrumento de contato direto com os pesquisados e com a situação que está sendo investigada.

Desse modo, os dados foram coletados diretamente com os agricultores familiares durante os dias de feira, o que favoreceu a observação não participante. As famílias geralmente estão comercializando seus produtos em duas ou mais pessoas, o que facilitou a entrevista, bem como o agendamento com as famílias em contato anterior para fins de verificação do melhor horário para conversar.

### 3.3 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa quanto aos fins foi descritiva, pois de acordo com Vergara (2011, p. 42) “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlação entre variáveis e definir sua natureza”, uma vez que buscou coletar as informações existentes, para, posteriormente, descrever e

interpretar os dados, podendo assim analisar o ambiente institucional e o fomento público para o fortalecimento da agricultura familiar.

A pesquisa também se caracterizou como de campo, pois para Vergara (2011, p. 43), “é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno que dispõe de elementos para explicá-lo.” A pesquisadora aplicou o instrumento de pesquisa nas próprias feiras de produtos coloniais e agroecológicos durante o primeiro semestre de 2014, assim, oportunizou-se a observação não participante da dinâmica de organização e comercialização dos agricultores.

### 3.4 MÉTODO DE PESQUISA

O procedimento adotado na classificação da pesquisa foi o estudo de caso, que segundo Yin (2010, p. 39) “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto da vida real”, assim, conforme delimitação do estudo foi realizado nas Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó, buscando analisar o ambiente institucional delas com o fomento público para o fortalecimento da agricultura familiar.

Este caso em particular foi escolhido, uma vez que não existem estudos quanto ao ambiente institucional das feiras livres no município de Chapecó, bem como pelo caráter do programa, uma criação multicêntrica. A abrangência dele no município, estando presente em todas as regiões, bem como o número de feirantes e o tempo de permanência do programa no mercado, também foram motivos que influenciaram na escolha.

Os procedimentos para execução do estudo de caso foram conduzidos por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas pela pesquisadora aos agricultores feirantes, observação não participante realizadas em campo nos dias de feira livre e aplicação de questionário ao coordenador do programa vinculado à Sedema (YIN, 2010).

A população pesquisada, segundo Collis e Hussey (2005, p. 148) “pode referir-se a um grupo de pessoas ou a qualquer outro grupo de itens sendo considerados para propósitos da pesquisa.” Nesse caso, a população de abrangência da pesquisa foram 12 famílias de agricultores feirantes e o coordenador do projeto vinculado à Sedema, de acordo com os critérios já descritos, conforme demonstrado no Quadro 6 a seguir.

Quadro 6 – Critérios de seleção dos respondentes

<b>PÚBLICO</b>	<b>CRITÉRIO DE SELEÇÃO</b>
SEDEMA	Coordenador responsável pela gestão das feiras.
FEIRANTES	Ser agricultor familiar
	Ter 50% ou mais da renda familiar oriunda das Feiras Livres de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó (SC)
	Ser gestor de uma banca unifamiliar, isto é, somente a sua família comercializa produtos naquela banca.

Fonte: elaborado pela autora.

As entrevistas foram realizadas com um dos integrantes da família, em sua maioria representada pelo patriarca ou matriarca, sendo estes o conjunto de sujeitos que possuem as características que foram objeto de estudos.

### 3.5 TÉCNICA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para que seja realizada uma pesquisa é importante a clareza quanto aos métodos de coleta de dados, pois estes terão a função de oferecer subsídios para responder à questão central do problema de pesquisa, que neste caso é a importância do ambiente institucional para as Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos e o fortalecimento da agricultura familiar do município de Chapecó (SC).

A coleta de dados é a base para a análise e, conseqüentemente, dos resultados dos estudos, sendo determinante para o pesquisador identificar os cenários em que a pesquisa acontece, antes de determinar qual o instrumento. Neste estudo foi utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada aplicada aos agricultores familiares feirantes que, segundo Collis e Hussey (2005, p. 160), “trata-se de um método de coleta de dados no qual perguntas são feitas a participantes selecionados para descobrir o que fazem, pensam e sentem”, ou seja, por meio da entrevista torna-se possível a livre expressão dos respondentes, acontecendo de maneira espontânea e por meio dela podem surgir elementos de extrema relevância para a compreensão do problema proposto.

Os dados primários foram coletados diretamente junto a 12 famílias de agricultores feirantes, sendo estes representados pelo(s) mantenedores(s) da família e denominados neste estudo de “família”. Realizou-se a coleta por meio de entrevista semiestruturada com os agricultores, realizada durante os dias de feira. Também se utilizou a aplicação de questionário com o coordenador do projeto junto

à Sedema, esta vinculada à Prefeitura Municipal de Chapecó, e a observação não participante realizada durante os dias de feiras realizadas pela pesquisadora. Os dados secundários da pesquisa, como quantidade de pontos de venda, feirantes e locais das feiras foram disponibilizados pela Sedema e pelo IBGE.

A entrevista foi elaborada de maneira semiestruturada, conforme descrito por Lakatos e Marconi (2003, p. 197), como sendo “aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas.” Para tanto, foi utilizado um roteiro de entrevista contendo 25 questões, sendo 17 questões abertas visando oportunizar o respondente a fazer relatos livres sobre as temáticas abordadas e 08 questões fechadas.

O roteiro da entrevista semiestruturada com os agricultores familiares feirantes consta no Apêndice A deste documento e foi elaborado em consonância aos propósitos da pesquisa, considerando cada objetivo específico, com instruções para a pesquisadora e espaços para anotações. Na arguição das questões utilizou-se a linguagem simplificada e ofereceram-se respostas optativas para viabilizar a condução da entrevista e o ordenamento das questões de maneira sequencial.

Para aprimorar o instrumento de pesquisa realizou-se a aplicação de um pré-teste envolvendo 05 (cinco) agricultores feirantes, durante o mês de janeiro de 2014, de maneira a verificar falhas, características específicas dos agricultores, linguagem utilizada, clareza das questões, teor das respostas, bem como a inclusão de informações pertinentes a atendimento dos objetivos. Após o pré-teste as entrevistas foram aplicadas pela pesquisadora durante os meses de maio e junho de 2014, durante a realização das feiras livres.

Posterior ao pré-teste, as entrevistas semiestruturadas aplicadas aos agricultores (incluindo os feirantes que participaram do pré-teste) foram realizadas durante os meses de maio e junho de 2014, nos dias de feira livre (sábados e quartas), nos seguintes bairros: Centro (dois pontos); Presidente Médice; Bela Vista; Cristo Rei; São Cristóvão; Parque das Palmeiras e Seminário. O questionário para o coordenador do projeto da Sedema foi enviado via meio eletrônico. Mediante os dados coletados utilizou-se das categorias de análise, descritas no método (Quadro 7) para interpretação das respostas dos pesquisados.

Considerando que o ambiente institucional é a base de compreensão da pesquisa, realizou-se como forma de complementação da entrevista, a observação

não participante, a qual para Lakatos e Marconi (2003, p. 193) “consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas.” Como instrumento da observação elaborou-se um roteiro de observação, Apêndice A deste documento, visando compreender o ambiente das feiras, as relações entre os feirantes entre si e com consumidores, para embasamento da análise do ambiente institucional.

A coleta de informação com o coordenador do projeto vinculado à Sedema ocorreu mediante a aplicação de questionário estruturado, contendo 11 questões, sendo 10 abertas e 01 fechada, divididas em dois blocos: I) o papel das instituições; e II) a influência do fomento público local na agricultura familiar.

Também se utilizou a coleta de informações sobre os programas para a agricultura no município junto à Sedema. Dessa maneira, tornou-se possível captar as percepções dos principais envolvidos no projeto, sendo os agricultores e o órgão público sobre o mesmo objeto, o ambiente institucional. Neste estudo não foram coletados dados com os consumidores em virtude do foco da pesquisa ser o ambiente institucional constituído pelas relações internas dos agricultores e com o poder público, estabelecendo a comunicação entre as visões na análise dos dados descritas a seguir.

### 3.6 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados, segundo Gil (2010, p. 166), “tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação.” Dessa forma, será o suporte para a resolução da problemática apresentada, bem como aporte para atingir os objetivos da pesquisa.

As entrevistas com os agricultores familiares feirantes foram transcritas e classificadas conforme as categorias de análise a partir do conteúdo das respostas. Após este procedimento, iniciou-se a análise e interpretação dos dados, sendo este um processo complexo que envolveu reflexão, cotejamento com a teoria estudada, descrição e análise dos resultados encontrados.

Entre as técnicas de análise de dados da pesquisa escolheu-se a análise narrativa, que segundo Pentland (1999) consiste na utilização das narrativas (falas)

dos respondentes para construir a realidade pesquisada, por meio de etapas sistemáticas. Para tanto, o autor compreende que a análise narrativa ancora-se em cinco pontos principais, sendo estes: a sequência temporal; os atores focais; a voz narrativa; padrões de referência para avaliação; outros indicadores de conteúdo e contexto capazes de indicar um lugar ou grupo de respondentes.

As categorias de análise foram elaboradas mediante o aporte teórico da NEI, sendo descritas no Quadro 7.

Quadro 7 – Categorias de análise utilizadas no estudo

	Categoria de análise	Elementos de análise	Aspectos considerados
Nova Economia Institucional - NEI	Instituições	Regras Formais	Legislação
			Estatutos
			Contratos com o poder público
			Planejamento estratégico do poder público
		Regras Informais	Condições para adentrar ao programa
			Relação de confiança
			Cultura regional
			Reputação
	Frequência	Relações entre os agentes	Condições para adentrar ao programa
			Fidelização do cliente
			Tempo de permanência no projeto
	Incertezas	Programas públicos	Relação agricultor e Sedema
			Periodicidade dos programas e quantidade comercializada aos programas
	Especificidade dos ativos	Propriedade rural	Gestão dos recursos disponíveis
			Diversificação produtiva
			Adaptação ao mercado
Sistema agroindustrial			
			Transformações históricas

Fonte: elaborado pela autora, com base na Nova Economia Institucional.

Desse modo, compreende-se que nesta pesquisa mediante as escolhas metodológicas de coleta de dados a análise narrativa é a forma adequada para a compreensão do ambiente institucional no qual os agricultores feirantes de Chapecó estão inseridos. O desafio de pesquisador apresenta-se complexo à medida que exige um planejamento e preparação para a compreensão da realidade à luz do que se está buscando compreender (RODRIGUES, 2005).

### 3.7 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método estudo de caso, segundo Yin (2010) pode apresentar algumas limitações, como: (a) a falta de rigor nas investigações; (b) fornecer pouca base para

generalizações; (c) consumir muito tempo. Sendo assim, com este método torna-se possível analisar aspectos pontuais de determinada realidade.

Quanto à pesquisa qualitativa destaca-se a impossibilidade de extrapolação dos aprendizados de um caso para toda a realidade. Nesse sentido, não é possível considerar que todas as feiras livres possuem características semelhantes quanto ao seu ambiente institucional (YIN, 2010). Entretanto, vieses não são problemas exclusivos do estudo de caso ou de estudos qualitativos, uma vez que distorções são riscos possíveis em qualquer método de investigação científica.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O ambiente institucional é composto por instituições formais e informais e as dimensões da economia dos custos de transação (ECT), assim, entendeu-se que para compreendê-lo torna-se necessário verificar as percepções dos diversos agentes envolvidos no processo. Desse modo, foram entrevistados os agricultores feirantes e aplicado questionário ao coordenador do projeto das feiras livres vinculado à Sedema do município de Chapecó, sendo os resultados descritos nesta seção.

Inicialmente são expostos os dados coletados nas entrevistas com os agricultores familiares e, conforme a similaridade das questões, os dados coletados junto ao coordenador das feiras como representante da Sedema.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FEIRANTES PESQUISADOS

A população do estudo compreendeu 12 famílias feirantes e o coordenador do projeto vinculado à Sedema. Quanto às famílias foram entrevistados os responsáveis pelo gerenciamento da banca na feira, sendo estes em todos os casos um dos mantenedores da família.

Inicialmente, buscou-se identificar se as famílias feirantes enquadram-se na Lei n. 11.326/2006, no aspecto do tamanho da propriedade que caracteriza o agricultor como sendo familiar, ou seja, sendo aquele que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais<sup>9</sup>. Segundo a Sedema, em Chapecó o módulo fiscal é de 20 hectares.

Também se buscou verificar as condições da colonização na Região Oeste de Santa Catarina com características de pequenas extensões territoriais, habitadas por famílias que inicialmente produziam somente para subsistência e, com o passar dos anos, iniciaram a comercialização do excedente, seja no sistema agroindustrial, comércio urbano, seja diretamente aos consumidores.

Dessa maneira, seguem os dados referentes ao tamanho das propriedades em hectares:

---

<sup>9</sup> Módulo fiscal compreende a uma unidade de medida expressa em hectares. Seu tamanho varia para cada município de acordo com o tipo de exploração predominante e renda obtida.

Tabela 4 – Tamanho da propriedade em hectares

Entrevistado	Hectares
Família 1	7,0
Família 2	2,0
Família 3	1,5
Família 4	19
Família 5	7,0
Família 6	1,0
Família 7	12,0
Família 8	2,0
Família 9	1,2
Família 10	2,0
Família 11	1,5
Família 12	5,0

Fonte: elaborada pela autora.

A estrutura fundiária do município de Chapecó possui características oriundas da forma de colonização da região Oeste de Santa Catarina, na qual as terras eram divididas em pequenas extensões de terra entre as famílias, visando assegurar a posse das mesmas ao Estado. Já nas décadas de 1960 e 1970 o desenvolvimento da suinocultura possibilitou a adequação fundiária à atividade, perdurando o modelo de minifúndios (FUJITA, 2013).

Segundo Prefeitura Municipal (2013), em 2010, dos 1.791 estabelecimentos, 480 tinham entre 10 e 20 hectares, sendo 26,80%, seguido de 405 estabelecimentos com menos de 5 hectares, representando 22,61% do total. Destaca-se que no cenário dos feirantes de Chapecó este modelo ainda prevalece com propriedades de tamanho pequeno, o que, por sua vez, beneficia a permanência e o acesso aos programas de assistência à agricultura familiar, disponíveis pelos governos municipal, estadual ou federal. Essa característica de propriedades com extensões de terras menores deriva em partes das divisões das áreas entre os descendentes da família.

O minifúndio no Brasil é historicamente relacionado à agricultura de subsistência, bem como na região Oeste de Santa Catarina, conforme Konrad e Silva (2012), que devido ao modelo de colonização com base na extração da madeira e relevo acidentado teve como característica as propriedades entre 25 e 30 hectares, aproximadamente, criadas próximas aos fluxos d'água.

A pesquisa contemplou 12 famílias entrevistadas, e, somados, os membros totalizaram um total de 42 pessoas, sendo uma média de 3,5 membros por família. Para a caracterização destas questionou-se a composição em membros; idade; escolaridade e ocupação principal. Os objetivos destes questionamentos referem-se, principalmente, à distinção da força de trabalho na propriedade em quantidade e

idade, nível de profissionalização mediante a escolaridade e a ocupação principal como critério de seleção da pesquisa.

Inicialmente, questionou-se a idade dos familiares que trabalham nas propriedades, conforme descrito na Tabela 5.

Tabela 5 – Membros da família e idade

<b>Membro familiar</b>	<b>Idade média</b>
Patriarca	52
Matriarca	49
Filhos	18
Outros (sogros, primos, irmãos)	44

Fonte: elaborada pela autora.

Neste aspecto observa-se que as idades médias indicam uma população predominantemente adulta, favorecendo a força de trabalho braçal na propriedade. Outro aspecto relevante refere-se à população infantil, quase inexistente na população pesquisada, correspondendo em média a 33,33% do total dos grupos familiares, diferentemente da cultura estabelecida em décadas passadas, nas quais as famílias eram numerosas para gerar mão de obra que subsidiava a produção para o autoconsumo e o policultivo.

Este cenário apresenta-se preocupante quanto à continuidade da atividade rural no município, uma vez que a população infantil tem um decréscimo, os jovens buscam outras alternativas de renda no meio urbano e a divisão das terras entre os herdeiros tornam-se fatores que contribuem para este enfraquecimento.

Conforme exposto por Gasson e Errington (1993), o interesse pela permanência na atividade rural por parte das gerações seguintes possui relação com a estrutura de incentivo disponível para que a atividade se perpetue. Assim, torna-se fundamental as ações desenvolvidas pelo poder público no fomento à atividade, no acesso ao crédito, aos mercados e a condições de trabalho e renda suficientemente satisfatórias que motivem as gerações a permanecer na atividade.

O enfraquecimento da atividade rural no município também é percebido pela Sedema no momento de inclusão de novas famílias e manutenção das atuais nas feiras. Conforme destaca o coordenador do projeto “temos a dificuldade de colocar novas famílias na área de comercialização e as famílias que estão na atividade envelhecem, portanto temos um problema de sucessão para enfrentar e não enfraquecer as feiras.” (informação verbal).

Esta afirmativa é constatada pela evolução populacional rural no município, onde em 1960 representavam 79% do total e em 2010 passaram a 8,39%. Esta redução populacional pode ser creditada a diversos fatores, como a migração das gerações para os centros urbanos em busca de trabalho, formação educacional e outros atrativos, a problemática da sucessão familiar rural, onde as gerações jovens não têm interesse em dar sequência às atividades no campo.

Dessa forma, a população rural em grande parte fica composta pelas gerações que receberam as propriedades como forma de herança; que estão na atividade desde crianças; possuem baixa escolaridade; limitada capacidade produtiva devido à mão de obra envelhecida (FUGITA, 2013).

Visando verificar aspectos educacionais dos respondentes, questionou-se a escolaridade dos membros da família, obtendo os seguintes dados.

Tabela 6 – Escolaridade dos membros da família

Membro familiar	AN	FI	FC	MI	MC	SI	SC
Patriarca	1	3	5	0	1	0	1
Matriarca	2	4	4	0	1	0	1
Filhos	0	4	6	0	1	2	1
Outros	1	3	0	0	0	0	1

Fonte: elaborada pela autora.

Legenda: (AN) Analfabeto; (FI) Fundamental incompleto; (FC) Fundamental completo; (MI) Médio incompleto; (MC) Médio completo; (SI) Superior incompleto; (SC) Superior completo.

Quanto à escolaridade, observa-se no contexto geral que a maioria possui o ensino fundamental completo, conforme destaca a família 5 “terminamos (marido e esposa) de estudar (ensino fundamental) há três anos, o que ajudou bastante a se virar principalmente quando precisa vir pra cidade.” (informação verbal).

As famílias passaram a ter menos membros e a investir na educação dos filhos visando melhorar a condição da propriedade pela qualificação da mão de obra, conforme ilustra o depoimento da família 9: “[...] incentivamos a filha a estudar engenharia de alimentos pra nos ajudar na produção de produtos do suíno, salame, queijo, pra vender mais e atender à vigilância.” (informação verbal). Assim, conforme afirmação, os agricultores investem na formação dos filhos objetivando o retorno à propriedade para contribuir com o conhecimento de gestão e não mais via trabalho braçal. Mas nem sempre isto acontece, observa-se que os filhos permanecem nas propriedades até concluir o curso, dando continuidade ao trabalho em empresas públicas ou privadas.

Desse modo, observa-se que a continuidade do trabalho na atividade agrícola pode estar comprometida em um curto espaço de tempo, seja em virtude da média de idade dos membros da família que atuam nas propriedades ou pelo acesso à formação superior que proporciona oportunidades urbanas. Cabe destacar que esta alteração de perspectivas também é motivada pelos próprios agricultores via estímulo e custeio para que os filhos estudem em áreas do conhecimento diversas, assim nem sempre eles retornam à atividade rural, enfraquecendo a mão de obra familiar e, por consequência, a continuidade da atividade.

Tabela 7 – Ocupação principal dos membros da família

Membro familiar	Agricultor	Carteira assinada	Aposentado	Não exerce atividade	Agricultor e aposentado
Patriarca	10	0	0	0	1
Matriarca	11	0	1	0	0
Filhos	9	1	0	4	0
Outros	3	0	2	0	0

Fonte: elaborada pela autora.

A principal ocupação dos membros das famílias ocorre na atividade agrícola, para 33 membros (78,57%). Do público que não exerce atividade remunerada observa-se que todos são compostos pelos filhos, os quais estão com idade escolar. O público aposentado caracteriza-se pelos fundadores da propriedade que permaneceram na localidade mediante o repasse da terra em forma de herança aos filhos, os quais, por sua vez deram continuidade à atividade rural. A carteira assinada é representada por uma pessoa que segundo a família não teve interesse em trabalhar na atividade produtiva de panificados, optando por trabalhar no setor do comércio.

Observou-se também que a cultura familiar é patriarcal, ou seja, que os responsáveis pela família são os homens e conservavam a convicção, adquirida na infância, de seu papel de agricultor e mantenedor da família por meio do cultivo da terra. Corroborando Mello (2006) quando argumenta que os rapazes, desde crianças, tinham o conhecimento de seu papel enquanto mantenedores do sustento familiar. Cabe ressaltar que esta visão não é universal entre os jovens agricultores, sendo uma oportunidade para estudos futuros.

Quando questionados sobre o tempo em anos que as famílias desenvolvem a atividade rural, obteve-se uma média de 25,5 anos. Considerando a idade média dos membros das famílias (44 anos), observa-se que a maioria desenvolve esta

atividade há décadas, sendo herança da família o cultivo da terra na mesma localidade há tantos anos.

Os resultados da pesquisa demonstraram que a totalidade das atividades agrícolas é desenvolvida em propriedade de área própria, geralmente, herança da família ou aquisição de outra propriedade mediante a venda de uma anterior.

O modelo de colonização da região Oeste de Santa Catarina contribuiu para a criação de espaços sociais fechados, uma vez que por intermédio da divisão das terras em pequenas propriedades afastadas do meio urbano, motivou-se a criação de comunidades, com as estruturas de uso comum, como igreja, escola, área de lazer, sendo construídas pelos próprios moradores. Esta estrutura gerou o compartilhamento de valores, culturas, religião, entre as famílias.

Segundo Mello (2006), embora ajam interferências urbanas presentes nas comunidades, estas caracterizações fornecem indícios de um espaço social fechado e a criação de valores coletivos nas comunidades, relacionados principalmente à proteção mútua dos membros, assim, estabelecendo uma cultura própria mediante a necessidade de deslocamento para utilização de serviços relacionados à saúde, educação e à comercialização da produção, conforme presente na expressão a seguir:

Todos crescemos juntos, não adianta prejudicar o outro, pois se ele vai embora vem outro que não conhecemos e é pior. Tem que se ajudar na venda, pois o cliente que compra de mim também compra dela, cada um na sua banca, mas todo mundo quando precisa se ajuda. (Família 4).  
(informação verbal).

Nesse sentido, as feiras livres se constituem em um espaço fechado, uma vez que, mesmo que de maneira informal, os agricultores feirantes possuem valores pertencentes ao grupo de feirantes, sendo comportamentos estabelecidos que resistem às interferências urbanas trazidas pelas relações com outros agentes.

Considera-se que as feiras possuem instituições informais, sendo elas de acordo com North (1992), o conjunto de costumes, crenças e tradições que emergem de maneira espontânea, compostas por fortes aspectos de identificação dos sujeitos.

Nas feiras livres estas instituições informais são percebidas no momento do ingresso do produtor, em que existe preocupação quanto aos produtos a serem comercializados, ou seja, para que este não seja comercializado por diversos

feirantes naquele ponto, gerando concorrência. Dessa forma, os produtos comercializados pelas famílias nos pontos de venda podem ser visualizados na Tabela 8, na qual se observa a distribuição da oferta.

Cabe observar que os feirantes praticam o policultivo em suas propriedades, entretanto, para comercializarem nas Feiras, restringem-se aos produtos acordados por ocasião de seu ingresso.

Tabela 8 – Produtos comercializados nas feiras livres

<b>Produto</b>	<b>Número de famílias que comercializam*</b>
Hortaliças	3
Frutas	3
Leite e seus derivados	3
Pães, bolo, biscoitos	3
Ovos	1
Carnes e derivados	2
Flores e plantas ornamentais	1
Mel	1
Milho	2
Cachaça	1
Doces de fruta	1

Fonte: elaborada pela autora.

\* Nota: a quantidade de produtos ofertados é maior que o número de famílias porque há feirantes que comercializam mais de um tipo de produto.

O policultivo caracteriza-se como predominante nas pequenas propriedades rurais dos agricultores participantes das feiras livres de Chapecó, e, segundo Richetti (2009), é considerada como diversificada, sendo “aquela onde na propriedade são produzidos diversos produtos visando otimizar o uso dos recursos para produção.” Existe nas propriedades a diversificação horizontal, sendo aquela baseada no cultivo de um maior número de culturas, como, por exemplo, os produtores que comercializam hortaliças e frutas, e vertical, que prioriza a realização de várias etapas de produção de determinado produto, como dos derivados de suíno.

A renda média das famílias que participam da Feira Livre de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó é de R\$ 4.460,00<sup>10</sup> por família/mês, mas deve-se considerar que 95% das famílias entrevistadas também comercializam seus produtos em outros espaços, como restaurantes, programas do governo municipal, diretamente nas residências, etc.

As feiras livres representam a oportunidade dos agricultores em comercializar seus produtos diretamente aos consumidores, bem como é um canal para acesso a

<sup>10</sup> Estes valores foram obtidos mediante a pesquisa exploratória, como justificado no método.

outro mercado e a segurança de renda para as propriedades, conforme ressalta a família 9: “[...] a nossa renda maior vem da feira, pois estamos aqui duas vezes por semana e é dinheiro certo, e pela feira conseguimos entrar no programa da merenda (PNAE).” (informação verbal). Nesse sentido, as feiras representam um elemento importante na dinâmica da agricultura familiar, já que propicia um ambiente favorável ao setor por meio da renda semanal e estimula as mudanças institucionais em razão de proporcionar acesso a outros mercados, como programas governamentais.

No que se refere à caracterização das famílias de agricultores familiares feirantes, pode-se afirmar que os participantes das feiras livres de Chapecó possuem características oriundas do processo de colonização da região Oeste de Santa Catarina, sendo baseado na propriedade pequena, própria e com renda baseada basicamente na atividade rural. Destaca-se, também, o policultivo, oriundo inicialmente da agricultura de subsistência e posteriormente ao processo de adaptação, em alguns casos, do abandono do sistema agroindustrial.

Na sequência serão apresentados os dados referentes ao papel das instituições, entendidas como as regras formais e informais que permeiam o ambiente dos agricultores familiares feirantes do município de Chapecó.

#### 4.2 AS REGRAS FORMAIS E INFORMAIS NO AMBIENTE INSTITUCIONAL

As instituições, na Nova Economia Institucional (NEI), têm papel determinante para regulamentar as transações, uma vez que mediam conflitos e determinam aos envolvidos as “regras do jogo” e a estrutura de incentivos. Segundo North (1994), as instituições podem ou não restringir as ações humanas e reduzem as incertezas, utilizando-se de imposições formais, como legislação, estatutos, regras e imposições informais, como comportamentos, convenções ou condutas permeados por aspectos culturais. Dessa forma, estas regras inserem-se no ambiente institucional da agricultura familiar, seja nas relações entre os agricultores feirantes e seus clientes, ou com entidades relacionadas, como a Sedema e a Aprofec.

Nesse sentido, serão apresentados os resultados dos questionamentos sobre as regras formais e informais entre agricultores feirantes, órgão público e associação, cotejando-os com os pontos centrais da revisão bibliográfica levantada.

Para contextualizar as instituições locais inicialmente os agricultores feirantes foram questionados quanto ao tempo em anos que participam da Feira Livre de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó, obtendo a média de 13,3 anos. Ao considerar que o projeto existe desde 1998, completando este ano (2014) 16 anos de existência, destaca-se que as famílias que ingressam no programa sentem-se parte fundadora, gerando assim comprometimento com as instalações e sustentabilidade de todos os agricultores, pois vários iniciaram a venda nos pontos que possuem junto com a abertura da feira no bairro.

A longevidade das feiras pode ser creditada a diversos fatores, como: ampliação dos pontos de feira nos bairros; melhorias em infraestrutura; conhecimento das feiras pelos consumidores; procura por produtos oriundos da agricultura familiar do município e pela renda gerada durante os dois dias de feira; entre outros. Durante a entrevista com os agricultores tornou-se perceptível o sentimento de pertencimento à feira, conforme relato da família 8: “[...] participar da feira foi uma mudança na nossa vida, estávamos quase vendendo a terra, daí viemos pra cá e com a ajuda dos amigos conseguimos continuar e melhorar de vida.” (informação verbal).

Os depoimentos coletados e a observação remeteram ao apego e ao sentimento de pertencimento à atividade rural e aquele ambiente, o orgulho expressado pelas conquistas ao longo dos anos, as relações de amizade formadas, os clientes conquistados e, por consequência, a renda proveniente do programa.

Nos termos de North (1994), considerar o tempo no processo de desenvolvimento institucional torna-se fundamental para a análise das mudanças institucionais, uma vez que compreendendo a trajetória e as histórias (*path dependence*) entende-se a estrutura de incentivos e as regras criadas ao longo ao tempo mediante as situações apresentadas e em partes explica a prosperidade da iniciativa ou o fracasso.

Como uma das regras do programa, para inserir-se nas feiras os agricultores deverão, entre outros requisitos descritos no item 2.2.2 deste estudo, estar associado à Associação dos Feirantes de Chapecó (Aprofec), entidade que representa os agricultores feirantes. Assim, perguntou-se aos agricultores a percepção sobre a atuação da Aprofec nas feiras enquanto instituição de suporte.

Entre as respostas obtidas destaca-se a atuação da associação em parceria com outras associações, como, por exemplo, a Apaco na promoção de cursos profissionalizantes e assistência administrativa, conforme citado pela família 7: “Fizemos dois cursos sobre como produzir conforme a segurança alimentar e não teve custo, ajuda a melhorar a forma de fazer os produtos.” (informação verbal). Houve a tendência dos respondentes em destacar a atuação da associação nas questões burocráticas para acessar os programas, conforme relata a família 9: “Ajudam a conseguir os papéis para entrar nos programas e vender [rótulos].” (informação verbal). Os agricultores destacam que a associação também consegue captar recursos junto ao poder público para aquisição de materiais e melhorias nas propriedades, ressaltando a relevância desta entidade não somente enquanto instituição formal, mas também como provedora de estímulos institucionais para prover o desenvolvimento.

Quanto à atuação da Aprofec no ambiente da feira destaca-se a fala da família 5: “A associação contribui na organização dos feirantes para aquisição de materiais necessários para reformas ou melhorias nas feiras e também a abertura de outros pontos” (informação verbal), ressaltando a importância da associação na organização dos agricultores para buscar melhorias nos locais de feira. Nesse aspecto, surge a fala da família 5: “Eles ajudam, quando precisa pedir pra prefeitura uma reforma nas feiras eles vão atrás e também conseguem verba para melhorar as estradas.” (informação verbal). Assim, destaca-se que os agricultores conseguem perceber sua atuação no ambiente das feiras, gerado pela relação de confiança entre os agricultores feirantes e a associação, mediante a frequência da atuação no ambiente.

Os agricultores ressaltam que não existe interferência direta da Associação na feira, mas que a entidade está sempre à disposição quando precisam e auxilia na busca de recursos junto ao poder público. Questionados se conheciam algum estatuto ou documento de formalização da associação, todos disseram que não, os agricultores não têm obrigatoriedade de permanecer na associação ou na feira, mas têm consciência da importância para a sustentabilidade do coletivo.

Para perspectiva da NEI este comprometimento com a feira, gerado informalmente, acaba por limitar as interações humanas, pois existe uma convenção

quanto à postura e o comportamento humano dentro delas e os agricultores demonstram a relevância do associativismo, característica presente na região.

Quanto à atuação da Sedema nas feiras livres, segundo o coordenador do projeto, basicamente desenvolve-se com os agricultores feirantes as seguintes atividades: treinamentos de caráter informativo; estímulo de novas famílias para a atividade de comercialização direta; organização do setor produtivo para a venda; custeio do aluguel dos pontos de venda, construção das estruturas fixas de feira; acesso gratuito a todos os programas relacionados ao setor agropecuário.

Estas ações da Sedema fazem parte da estrutura de incentivos públicos para a atividade rural no município. A atuação é basicamente pautada na relação de confiança entre o órgão público e os feirantes, onde cada um conhece, mesmo que, informalmente, suas responsabilidades para a continuidade de projeto.

Visando identificar a percepção dos agricultores quanto à Sedema, questionou-se sobre a atuação dela nas feiras, sendo notável a relevância atribuída ao apoio recebido quanto aos aspectos legais e burocráticos, como emissão de documentos e notas fiscais, conforme colocado pelas famílias 7 e 10, respectivamente: “Eles ajudam com as regras para entrar na feira e as notas”, bem como “Principalmente com os papéis para entrar nos programas que posso vender meus produtos e conseguir uma renda melhor.” (informação verbal). Neste ponto, durante a observação do fenômeno, capturou-se por meio das expressões verbais e faciais que os agricultores possuem dificuldades em relação às questões burocráticas, justificadas em partes pela baixa escolaridade, permanecendo na dependência do órgão regulamentador para questões de fácil resolução.

A atuação da Sedema nas feiras também é reportada pelos incentivos financeiros para a manutenção das instalações, conforme dito pela família 1: “É boa conseguimos vender nossos produtos aqui sem pagar aluguel, tem técnico que demora, mas vai na propriedade.” (informação verbal). Outro aspecto de destaque foram as 4 famílias que ressaltaram a percepção quanto à visita da Sedema nas feiras, conforme passagem ilustrada pela família 9: “Aqui eles não vem, mas se precisar é só ir lá que nos ajudam com as notas. Quase não vou lá e eles não vem aqui então não me faz diferença.” (informação verbal). A Sedema é responsável pelo custeio de despesas com a locação dos terrenos nos quais as feiras funcionam, bem como fornece bimestralmente uma lista de preços médios para que os agricultores

praticuem nas feiras, mas não existe fiscalização da prática dos valores sugeridos, enquanto os agricultores arcam com despesas relacionadas à energia elétrica, água e imposto predial e territorial urbano (IPTU).

Constata-se que a relação parece ser tranquila entre os agricultores feirantes, mas soa um tanto protocolar e formal, uma vez que a Sedema também executa o trabalho de regulamentador, compreendida como auxílio, caso necessário, mas não interferindo na organização interna dos feirantes.

A relação entre agricultores feirantes, representada pela Aprofec, e a Sedema acontece de maneira solidária, conforme retratado pelo coordenador do projeto das feiras: “[...] a Sedema não tem vínculo com a Aprofec, mas se coloca sempre à disposição de ajuda nas questões de treinamento, a Sedema nunca foi convidada para as reuniões de planejamento dos feirantes.” (informação verbal). A Aprofec tem a existência reconhecida nas feiras, mas não possui um canal de comunicação formal para estabelecer um diálogo com a Sedema, visando à otimização dos recursos recebidos via entes públicos, assim, os agricultores criam um vínculo individual na comunicação direta com a prefeitura para problemas pontuais nas feiras, recorrendo à associação quando se tornam necessárias solicitações coletivas.

Para Zylbersztajn (2011), a interação direta entre os agricultores e os diversos agentes influencia na competitividade. A Sedema enquanto gestora do projeto tem a função de auxiliar na geração de diferenciais para as feiras, promovendo a competitividade e a inserção dos agricultores em múltiplos programas públicos que venham melhorar a renda e contribuir para a permanência destes na atividade rural.

Assim, percebe-se, pois, que o Estado passa a ter papel de protagonista na busca por novos programas e projetos, arranjos comerciais e parcerias que permitam o fomento da atividade e a concorrência equiparada com o mercado. Uma vez implementadas as ações de fomento da agricultura familiar torna-se necessário desencadear o processo de adesão aos programas, projetos. A comunicação sobre as oportunidades aos agricultores e assistência legal para acesso caracterizam-se como vitais para o êxito das iniciativas. Assim, questionou-se como os agricultores ficaram sabendo da oportunidade de inserção dos produtos nas feiras livres no município de Chapecó, conforme apresentado na Tabela 9.

Tabela 9 – Como soube da existência da feira livre

Entidade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Indicação de conhecido	2	16,67
Prefeitura - Secretaria de Agricultura	9	75
Outros: Epagri	1	8,33

Fonte: elaborada pela autora.

Na Tabela 9 destaca-se a atuação do órgão público, nesse caso, em específico, a Sedema, na disseminação das informações das oportunidades de inserção nas feiras no município.

Ressalta-se também a consonância com as respostas relacionadas à percepção dos feirantes sobre a atuação da Sedema quando diversos feirantes expressaram que ela figura como suporte para a organização e acesso aos recursos e mercados, caracterizando-se como estruturas de incentivos formais para a manutenção da atividade rural no município, bem como atua como agente regulador das interações, uma vez que para inserir-se no programa, a triagem inicial é realizada pelo poder público e, posteriormente pela Aprofec.

#### 4.2.1 As instituições formais e informais das feiras livres e as relações entre os agentes

Para a Nova Economia Institucional (NEI) as instituições podem ser de caráter formal ou informal, criadas com o objetivo de estruturar as interações humanas, sendo caracterizadas por restrições formais na forma de legislações, regras constituições; e as informais na forma de normas de comportamento, códigos de conduta, convenções (NORTH, 1992). Com base nelas, serão apresentadas na sequência aspectos que caracterizam as instituições no ambiente institucional das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó.

Para analisar o ambiente institucional das feiras livres no município de Chapecó, torna-se relevante considerar que as instituições influenciam no comportamento coletivo e individual dos envolvidos, tendo como finalidade a mediação dos conflitos em um contexto de oportunismo dos agentes e de racionalidade limitada (SANTOS JUNIOR, 2011).

Desse modo, buscou-se inicialmente saber como acontece a organização dos feirantes nos ambientes onde acontecem as feiras, ou seja, nos espaços comuns a todos cedidos pela prefeitura, considerando que cada família possui uma banca fixa

no espaço. Questionou-se aos feirantes sobre a organização da feira, isto é, que discorressem a respeito das instituições regras internas, posturas, comportamentos, convenções, parcerias e regulamentações, enfim, restrições formais e informais envolvidas no processo.

Inicialmente, analisou-se os elementos que compõem as instituições informais, sendo estas entendidas por North (1994, p. 360) como “normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto impostos.” Assim, destaca-se a confiança existente entre os feirantes, conforme relatado pela família a seguir:

As pessoas aqui são ótimas, parceiros mesmo, um vende pro outro, atende os cliente do outro e coloca o dinheiro na caixinha e nem precisa conferir, a gente sabe que se lograr o outro perde o companheiro e o respeito aqui. Cada um sabe o seu lugar, não tem nada escrito, mas sabem que se andar fora da linha vai ter problema (Família 7). (informação verbal).

Conforme descrito por Andrade et al. (2011) a confiança apresenta-se como um mecanismo relacional de governança que influencia nos custos de transação das feiras livres, pois as relações entre eles apresentam-se de maneira informal, pautadas em fatores psicológicos e culturais, potencializadas pelo fato de que a maioria dos feirantes está há mais de uma década no programa, o que gera frequência nas transações.

Nesse contexto, o tempo de permanência no programa gera confiança entre os agricultores, uma vez que existe uma crença positiva quanto à integridade e competência entre os feirantes e, por sua vez, cria disposição em assumir riscos coletivos e apoio entre as partes, visando à sustentabilidade de todos na atividade rural (ANDRADE et al., 2011).

Associado à confiança destaca-se que a feira também se caracteriza como um espaço social constituído fechado, no qual os valores, como honestidade, confiança, ética e seriedade são constituídos nas comunidades rurais e perceptíveis nas relações entre os agricultores. Observa-se o compartilhamento interno de valores do grupo, no qual cada família possui conhecimento sobre sua responsabilidade naquele espaço, mesmo que de maneira informal (MELLO, 2006).

Nos pontos de feira não existe a formalização do representante dos agricultores, mas ao questionar sobre o responsável em todos os pontos pesquisados existe um feirante responsável pela abertura e fechamento de local, organização geral do ambiente, o qual também possui um ponto no local, delegando

atribuições para os demais feirantes, principalmente, quanto à manutenção física do espaço, sendo esta figura reconhecida pelos demais e destacado pela família 9: “Tem um estatuto da associação mais o Lauro<sup>11</sup> que coordena aqui é tranquilo, mas nunca tivemos problemas e também as pessoas são sérias é no fio do bigode [risos].” (informação verbal).

A falta de formalização da liderança nos pontos de feira demonstra que a confiança entre os agricultores reduz a necessidade de aplicação de mecanismos formais que visem reduzir o comportamento oportunista dos agentes, conforme destacado por Ripperger (1998), ou seja, não existe a necessidade da formalização da representação para que os agricultores saibam de suas responsabilidades individuais e coletivas, independentemente, da posição de liderança no ponto de venda.

A organização dos feirantes apresenta-se como predominantemente informal, mediante aporte teórico da NEI, sendo justificada em partes pela frequência de transações entre eles e os clientes, dada a longevidade do programa, em média, 13,3 anos, e a baixa rotatividade das famílias no projeto, sendo que esta periodicidade nas bancas reduz o ambiente de incertezas e aumenta a reputação das partes. Os feirantes demonstraram não possuir conhecimento aprofundado das regras formais, mas sabem que existem e se comprometem com elas, mesmo sem existir mecanismos impositivos, tendo a clareza de que, se necessário, podem recorrer aos órgãos de suporte, no caso a Sedema e Aprofec (AZEVEDO, 2000).

Na sequência, analisam-se os elementos que compõem as instituições formais representadas pela NEI, conforme descrito por North (1992) como as formalizações escritas dos processos, como as políticas agrícolas, legislações, estatutos, geralmente elaborados com a intervenção de um agente mediador.

Dessa maneira, quanto ao conhecimento sobre as regras formais, sendo estas neste momento representadas pelas diretrizes para participar do projeto e a conduta que se deve ter para permanecer nele, destaca-se que as famílias têm o conhecimento que existem regras, sendo estas vinculadas à Sedema ou à Aprofec, conforme relatado pela família 8: “Existem regras da prefeitura e da associação, mas entre nós cada um sabe se comportar, nem sei o que diz a regra.” (informação verbal).

---

<sup>11</sup> Nome alterado para preservar a identificação dos pesquisados.

Para North (1992), as regras formais podem ser entendidas como leis e direitos, na maioria, elaboradas por organizações formais, sendo formuladas com o intuito de controlar as relações e, por sua vez, reduzir os custos de transações. Nas feiras livres estas regras formais apresentam-se em um cenário secundário na percepção dos agricultores feirantes; estas teriam como finalidade o controle das relações e a redução dos custos de transação entre os agricultores e seus agentes. Observa-se que como a organização informal impera e os próprios feirantes se organizam, as regras formais não são priorizadas, logo, o conhecimento sobre o teor destas é limitado.

Na continuidade da investigação quanto às instituições formais e informais, questionou-se os feirantes sobre a comercialização de produtos de outros agricultores em sua banca, uma vez que em algumas a variedade de produtos disponível aos consumidores é vasta e nem sempre é característica da família o policultivo.

As respostas demonstram que 61,64% dos feirantes comercializam produtos de outras famílias em sua banca, sendo queijo, ovos, panificados e cachaça e 38,46% somente comercializam seus produtos na banca.

Para compreender esta relação de comercialização terceirizada se questionou sobre como acontece a relação entre os agricultores quanto à venda destes produtos na feira, destacando-se novamente a confiança, respeito, reciprocidade e a preocupação com o coletivo, conforme destaca-se na sequência:

Os produtos são de uma amiga que me traz todo sábado, vendo e depois repasso o dinheiro em troca de às vezes ela cuidar da minha banca quando não posso vir. Não precisa nada escrito, conheço ela há 20 anos, sei onde mora, não ia me lograr como eu também não ia fazer com ela o que é meu é meu o que é dos outros é dos outros (Família 7).

[Ratificado pelas famílias 3 e 11]:

Os queijos são de um amigo que mora lá na comunidade, passo, anoto quanto veio numa folha e depois acertamos. Não tem nada no cartório é na confiança. Somos amigos eles vendem meus produtos e eu vendo os deles, tudo na cabeça não tem anotação (Família 3).

Passamos na casa dela pegamos aos pães, anotamos na caderneta e depois acertamos a parte vendida. Os queijos são de um compadre, eu vendo o dele aqui e ele vende o salame que faço no centro (Família 11). (informações verbais).

As passagens destacam as características das instituições informais retratadas pela NEI no que diz respeito às relações de comprometimento dos

envolvidos com as regras, tendo como base de sustentação dos costumes, crenças dos envolvidos, sendo difícil de modificá-las devido às suas raízes históricas e por aspectos de identidade dos sujeitos (NORTH, 1992).

A NEI preconiza que as instituições sejam formais ou informais, tendo como finalidade a estruturação da interação social, econômica e política, pois proporcionam fluidez no funcionamento de desenvolvimento econômico (NORTH, 1992). No caso das feiras livres no município de Chapecó, o fato dos agricultores comercializarem produtos de terceiros em suas bancas é pautado na relação informal, sem contratos ou regulamentação e contribui para a geração de renda de maneira indireta para outras famílias.

Esta relação de venda terceirizada é de conhecimento da Sedema, que considera em torno de 134 famílias beneficiadas direta e indiretamente pelo programa em 2014, sendo permitida a comercialização nestes moldes. Por meio destas instituições informais o funcionamento das interações sociais e dos comportamentos contribui para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar no município, pois de maneira indireta são beneficiadas mais famílias do que formalmente estão cadastradas. Em contrapartida, a Sedema não possui cadastro destas famílias, não sendo possível o acompanhamento destas.

A implantação das feiras livres possui regulamentação por meio de cartilha elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), visando à implementação das diretrizes do Sisan, caracterizando-se como espaços de encontro e troca com características culturais. Neste contexto, mesmo com as diretrizes estabelecidas, aspectos históricos e culturais influenciam na constituição e funcionamento das feiras, seja de maneira formal ou informal.

No caso das feiras livres da agricultura familiar no município de Chapecó, estas apresentam aspectos culturais fortemente enraizados, pois os agricultores trazem para os espaços de comercialização comum a todos, os valores compartilhados oriundos do meio rural, estes derivados da forma como as comunidades foram constituídas, priorizando a coletividade e a sustentabilidade mútua.

#### **4.2.2 A Relação com os consumidores: dimensões frequência, incerteza e especificidade de ativos na agricultura familiar**

A NEI propõe que as instituições interfiram na dinâmica dos mercados, por sua vez, torna-se necessário compreender as mudanças que acontecem em virtude das forças das instituições e, por consequência, os reflexos na cadeia produtiva.

As Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó tiveram suas origens pautadas nas demandas dos consumidores por produtos oriundos diretamente das propriedades rurais, assim, por meio da parceria entre agricultores, poder público e consumidores criaram-se os espaços para a comercialização de produtos da agricultura familiar do município. Nesse sentido, para a contextualização do ambiente institucional no qual os agricultores feirantes estão inseridos, buscou-se as variáveis que poderiam interferir na relação dos feirantes com os consumidores, considerando que estes podem exercer influência sobre o ambiente institucional por meio da exigência de qualidade, preço, entre outras.

Para analisar a relação entre os agricultores familiares e os consumidores será utilizado o aporte teórico da economia dos custos de transação (ECT), partindo das dimensões frequência e incerteza presentes no ambiente da agricultura familiar em análise neste estudo.

A dimensão frequência, segundo Azevedo (2000), refere-se às transações recorrentes, na qual as partes podem desenvolver reputação, e, assim, limita-se o interesse em agir de modo oportunista para obter ganhos abusivos de curto prazo.

Primeiramente, questionou-se quanto à periodicidade de comercialização dos produtos na feira, ou seja, quantas vezes por semana a família mantém a banca em funcionamento, uma vez que não é obrigatória a frequência. Os dados demonstram que 58,33% das famílias comercializam seus produtos duas vezes por semana; 25% uma vez por semana e 16,67% três vezes ou mais.

Dessa forma, de acordo com Azevedo (2000), a frequência destas transações reduz os custos inerentes a ela, ou seja, quando a periodicidade das transações acontece, as partes adquirem conhecimento, logo, ocorre a redução da incerteza nas transações, bem como o aumento da reputação das partes e a relação de confiança e continuidade das relações. A regularidade de comercialização promovida pelos pontos fixos de feira e das famílias nas bancas, permanecendo à

disposição dos clientes em dias e horários predefinidos, estimula a frequência das transações entre os feirantes e os consumidores, reduzindo progressivamente os custos de transação.

Seguindo com a abordagem da frequência questionou-se quanto à existência de clientes fixos na banca, entendido como clientes que realizam compras periodicamente dos produtos da família na feira. Demonstra-se que 61,52% das famílias informaram que possuem clientes fixos, sendo a relação entre eles descrita na sequência e 38,48% possuem clientes sazonais. A segurança dos clientes na compra de produtos de qualidade sanitária é estimulada por meio da relação entre os feirantes e a Sedema via suporte de fiscalização da vigilância sanitária nas propriedades e a promoção de capacitações sobre a segurança dos alimentos e estrutural para a atividade.

Com o objetivo de refletir acerca das transações comerciais entre os agricultores feirantes e os clientes questionou-se como ocorre a relação de compra e venda, sendo perceptíveis as regras informais no processo e, principalmente, a confiança decorrente da frequência das transações ao longo do tempo, conforme exposto pela família 9: “Como temos a banca há 12 anos tem gente que compra há tempo, então tem uma ficha, eles pagam no final do mês. Sei o nome e onde moram aqui no bairro, é na confiança da boa-fé das pessoas”, reforçado pela família 1: “Anoto na fichinha mesmo, pois sei onde moram, não tem nada assinado, compram há anos da nossa família e que conhecemos, fazemos a ficha e pagam no fim do mês.” (informações verbais).

Existem famílias que possuem clientes fixos, mas que realizam somente a venda à vista na feira, pois comercializam em outros locais de maneira diferente, como exemplo a família 4: “Vendemos para restaurante, mercado por nota fiscal e pagamento para 40 dias. Na feira somente no dinheiro, pois não dá tempo de fazer ficha na hora da venda no dia.” (informação verbal).

Nesse contexto, destaca-se que a frequência das transações tem como uma das finalidades reduzir os custos e o comportamento oportunista entre as partes, por meio da redução das incertezas geradas pelo mercado que associada aos valores dos agricultores feirantes estabelecem uma relação duradoura com os clientes e, por sua vez, aumentam a reputação de ambos. Esta relação comercial duradoura e frequente reduz a assimetria de informações entre as partes, reduzindo as

incertezas, aumentando a confiança, reforçando a relação e a frequência das transações, num processo cíclico incremental (AZEVEDO, 2000).

Nas Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos, a dimensão incertezas é minimizada pelas normativas para inserção no programa, mesmo que estas não sejam regulamentadas formalmente. O aceite é deferido mediante o cadastro do produtor na Sedema, consulta à Associação dos feirantes e adequação do produtor às normativas de segurança alimentar, bem como pelo comportamento dos feirantes, de maneira a não prejudicar o coletivo, assim constituindo-se em um mecanismo clássico que regulamenta as interações humanas de mercado, assegurando a coordenação de preços e segurança alimentar.

A Sedema atua como agente fornecedor de informações aos feirantes, disponibilizando listas com médias de preços a ser praticados de acordo com o mercado, o que estimula a comercialização pela prática do preço justo. Estas instituições, mesmo que informais, auxiliam na redução do ambiente de incerteza que, conforme Gala (2003), é gerado pelas imperfeições do mercado e a assimetria no acesso às informações, acarretando um processo de tomada de decisão repleto de subjetividade.

Desse modo, torna-se perceptível a relevância das regras formais e informais no processo, tanto entre os próprios agricultores que dividem um espaço comum de comercialização quanto com os clientes, tendo reflexo direto na credibilidade do projeto perante a sociedade.

#### 4.3 INFLUÊNCIA DO FOMENTO PÚBLICO NAS FEIRAS LIVRES

O fomento público possui influência na agricultura familiar da Região Oeste de Santa Catarina de maneira histórica, seja pela divisão das terras no início do processo de colonização, sendo determinante para o modelo de propriedade rural enquanto minifúndio ou como agente da promoção de alternativas de desenvolvimento por meio de políticas públicas que visem solucionar problemas comuns, assegurados por legislações específicas.

As políticas públicas, para Secchi (2010), partem do pressuposto da resolução de uma problemática coletiva, nesse caso, as feiras livres surgiram como alternativa para auxiliar na manutenção da atividade rural no município de Chapecó,

bem como proporcionar o acesso a alimentos do meio rural diretamente aos consumidores, sendo uma parceria entre poder público, agricultores e sociedade.

Neste intuito, visando analisar a percepção dos agricultores feirantes que participam das feiras livres, questionou-se aspectos históricos, a percepção quanto à ação do poder público na promoção da agricultura familiar. Neste programa a relação entre o fomento público e a permanência da atividade possui relação direta com o ambiente institucional que as famílias estão inseridas.

A forma de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar possui influências sobre o desenvolvimento econômico. Dessa forma, torna-se necessária a compreensão histórica desta comercialização e a influência das ações públicas neste processo enquanto incentivador da diversificação de cultivo e renda.

Para tanto, questionou-se aos agricultores feirantes como a família comercializava sua produção antes de inserir-se nas feiras, obtendo respostas na maioria semelhantes ao expresso pela família 9: “Era integrado da Aurora, depois vendi uma parte da terra, pois fiquei viúvo e os filhos foram embora e iniciei com a fabricação de pães, bolos, pizzas e bolachas”, ou da família 5: “Vendia milho para a cooperativa (Coooperalfa), era um dinheiro seguro, recebia certinho, mas ganhava pouco, então resolvemos largar, foi 20 anos com eles (cooperativa)” (informações verbais), relatos semelhantes foram expressos pelas famílias 3, 10, 11 e 12.

Na análise das falas citadas é perceptível a relação das agroindústrias da região com a agricultura familiar, mediante o sistema de integração que, por décadas, impulsionou os investimentos e rentabilidade no campo, por consequência, gerando atratividade e desenvolvimento urbano para o município.

A partir de 1990 o processo de internacionalização das agroindústrias passou a exigir a adaptação das propriedades e das técnicas de manejo de acordo com os padrões internacionais. No sistema de integração a mantenedora disponibiliza toda a assistência técnica aos produtores, este processo adaptativo, mas, em contrapartida, envolve mudanças culturais e profissionalização da mão de obra, gerando, por sua vez, desistências do sistema de integração por parte dos agricultores e a necessidade destes em buscar novas fontes de renda e produção (PAIM, 2006).

A exigência dos conglomerados agroindustriais aos agricultores familiares integrados promoveu, em muitos casos, a desistência da atividade vinculada às

agroindústrias, dando espaço para a criação de outras formas de renda, geradas pela diversificação produtiva (DORIGON, 2010). Nesse contexto surgem canais de comercialização diferenciados, como a venda direta nas residências, em pequenos estabelecimentos ou mesmo na propriedade da família, assim diversificando produção e renda, além de suprir a demanda do consumo popular por produtos oriundos da agricultura familiar.

Estes canais de comercialização passaram a ser alternativas de produção e renda para os agricultores e oportunidade de consumo popular de produtos oriundos da agricultura familiar. Somados a este processo de mudança as políticas públicas funcionaram como estruturas de estímulos para a agricultura familiar por meio de programas, como as Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó, sendo uma opção aos agricultores para substituir o sistema de integração das agroindústrias, conforme segue:

Como que com a SADIA não estávamos ganhando bem fui trabalhar de diarista na cidade, enquanto o meu marido e os filhos ficaram cuidando do aviário, depois veio a feira e algumas pessoas disseram que tinha lugar pra entrar então eu saí do trabalho e comecei a fazer massa em casa pra vender aqui, depois de mais ou menos 1 ano largamos a SADIA e ficamos aqui e nos mercados pequenos, vendendo doce de fruta, pão, doce, massa [...] a feira ajudou a ter mais chance e não só a integração (Família 7). (informação verbal).

A comercialização dos produtos da agricultura familiar também acontecia de maneira informal, conforme destaca a família 2: “Vendia em pequenos mercados e entregava nas casas duas vezes por semana” e a família 6: “Vendia nas casas e na nossa propriedade.” (informações verbais). Esta relação de compra e venda realizada sem formalidades, ainda é uma alternativa para algumas famílias, mas caracteriza-se como forma de complementação de renda, onde os produtos são comercializados na propriedade quando o consumidor procura ou mesmo no caminho para casa comercializam o excedente das feiras diretamente nas residências.

Esta capacidade de adaptação da agricultura familiar é destacada por Lamarche (1998, p. 239), “a atividade ocupa um espaço próprio, no qual tem a capacidade de adaptar-se aos contextos sociais e políticos no qual foi exposta historicamente”, seja pela necessidade de moldar-se aos mercados, pelas exigências dos consumidores, legislações, ou fornecedores. Assim, também se

destaca a capacidade que as propriedades tiveram em adaptar-se na saída do sistema agroindustrial para a comercialização de outras formas, como diretamente aos consumidores, programas públicos ou entidades privadas.

Para North (1992), os ambientes institucionais estão relacionados à capacidade de adaptação aos mercados, tendo a flexibilidade e predisposição para a mudança, nesse caso, a oportunidade de comercialização dos produtos de maneira direta aos consumidores, com incentivos fiscais e estrutura física, que propiciaram a oportunidade de mudar tanto o sistema de produção quanto os cultivos.

Desse modo, destaca-se que a criação das feiras livres propiciaram, na percepção dos agricultores beneficiados, alterações na agricultura familiar do município, seja pela nova forma de geração de renda mediante a saída do sistema de integração, seja pela organização do trabalho familiar na agricultura. Assim, questionou-se a Sedema quanto às alterações que as feiras livres proporcionam à dinâmica da agricultura familiar em Chapecó, obtendo a seguinte resposta:

As feiras são um instrumento de desenvolvimento muito importante que vai muito além da possibilidade de crescimento econômico ou agrícola. Pois se espera melhorias nas condições de vida das famílias. Sendo que, os aspectos de maior influência para a AF do município são: o aumento da autonomia (empoderamento) das famílias participantes; o dinamismo econômico, aumento da receita que circula no município, uma vez que deixa-se de importar os produtos que as famílias produzem e vendem em Chapecó; ampliação das capacidades humanas dos AF (entendidas como a capacidade das pessoas levarem o tipo de vida que elas valorizam); a valorização da cultura Chapecoense, com a valorização dos saberes (receitas, modos de produção, alimentos básicos típicos da região) dos AF, com a valorização da história do município e de suas famílias na construção das Feiras e a segurança alimentar no sentido de oferta ao consumidor de produtos da época, frescos, com o menor custo de logística possível. (Coordenador do Projeto). (informação verbal).

As políticas públicas são influenciadas pelas lutas de interesse dos atores presentes na arena social e visam suprir uma necessidade coletiva, sendo divididas em modalidades, conforme Quadro 2 deste estudo. Conforme Kehrig (2005, p. 98), “uma política pública começa a ter vida material, quando deixa de ser um simples ‘estado de coisas’ frente às necessidades sociais e incômodos pela desatenção às demandas públicas.” Estes iniciam e tendem a mobilizar as lideranças e autoridades para tornar-se pauta de discussão e análise conjunta, mediante a exposição das diversas realidades e percepções acerca da problemática.

Para Kehrig (2005), uma modalidade de política pública deve considerar o entendimento de sua finalidade em forma de respostas organizadas pela sociedade, por meio de um sistema político, com o objetivo de suprir as demandas da população. No caso das feiras livres do município de Chapecó, a legislação para transformação do projeto em política pública está em elaboração, dependendo de articulação política e pressões sociais para implementação.

Mediante as modalidades de políticas públicas e os elementos da pesquisa, considera-se que as feiras livres quanto à natureza apresentam-se como estrutural, pois buscam interferir em relações estruturais, como renda, emprego e produtividade (KEHRIG, 2005). Essas modalidades são definidas com base nas características da mesma, a região em que está inserida, o público-alvo e uma gama de fatores que, no processo de análise da política, deve ser considerada.

Quanto à abrangência da política pública considera-se segmentais, sendo esta, de acordo com Kehrig (2005, p. 35), “caracterizada por um fato como idade, condições físicas, gênero, etc.”, nesse caso atendem especificamente os agricultores familiares, e regulatórias mediante os impactos causados aos beneficiários, pois possui regras formais e informais que limitam as ações dos indivíduos participantes.

As iniciativas públicas sejam elas concebidas isoladamente ou em forma de parceria, como é o caso das feiras, possuem em sua essência o objetivo de interferir em uma realizada para modificá-la, gerando melhorias para o público-alvo. Partindo deste pressuposto, questionou-se os agricultores se as feiras livres geraram contribuições para que a propriedade expandisse a variedade de produtos, sendo que 92,31% informaram que sim e 7,69% consideraram que não houve contribuições, sendo as razões descritas na sequência.

Destaca-se que o percentual de agricultores familiares feirantes que informaram o aumento da variedade de produtos após ingresso na feira é expressivo. Portanto, a investigação destas melhorias e também das famílias que não conseguiram ampliar a variedade de produtos torna-se de extrema relevância para compreender o ambiente institucional. Desse modo, questionou-se quais as melhorias que houve na propriedade após o ingresso na feira. As melhorias podem ser percebidas na renda, aquisição de bens e diversificação da produção, conforme descrito pela família 5: “teve [sic] o aumento da renda com outros produtos e não

somente a criação de frangos de antes. Saímos dos frangos que dava muito trabalho e pouco dinheiro para as feiras que são melhores” (informação verbal), ou seja, a feira propiciou a alteração na dinâmica produtiva da propriedade com a desistência do sistema de integração e adaptação da propriedade para outros produtos.

As feiras livres geraram oportunidade para o agricultor familiar empreender e se sentir independente, conforme cita a família 7: “A feira trouxe renda, consegui abrir meu negócio e trabalhando em casa! Devido a minha idade é difícil arrumar emprego e por não ter estudo, complica. Ah, também comprei meu carro, aquele ali.” Conquistas materiais e a ascensão dos filhos são destacadas pela família 9: “Comprei um carro, me ocupo, consegui formar uma filha e ela foi estudar na Itália, me orgulho muito dela [olhos marejados]” As aquisições materiais são compartilhadas também pelas famílias 1, 3, 4, 6, 8, 10 e 12, desde a aquisição de maquinário, até equipamentos para entretenimento, como televisão a cabo, eletroeletrônicos, aumento da quantidade de animais na propriedade e reservas financeiras.

Na perspectiva da ECT a dimensão especificidade de ativos relaciona-se com a impossibilidade de reutilizar ou realocar os recursos em outras atividades sem que ocorra a perda de seu valor. Ressalta-se que quando questionado sobre o aproveitamento da estrutura física utilizadas nas criações de animais, a maioria dos produtores não conseguiu reutilizar as instalações em virtude da migração para a produção de derivados alimentícios e do investimento para adaptação ser elevado, compensando a construção ou adaptação de outros espaços já existentes na propriedade (WILLIAMSON, 1985).

Durante a observação de campo percebeu-se, pelas expressões faciais, a satisfação e o orgulho dos agricultores em conseguir sua independência, mesmo saindo do sistema de integração da agroindústria, a capacidade de obter renda para gerar conforto aos familiares e educação aos filhos é perceptível, mesmo que estes não retornem à propriedade após a formação.

Outro aspecto de relevância é a segurança da renda e trabalho que a participação nas feiras propicia aos agricultores, considerando a média de idade dos patriarcas de 52 anos e das matriarcas de 49 anos; a escolaridade no ensino fundamental completo; o mercado de trabalho, principalmente, no meio urbano que poderia encontrar resistência a este perfil; assim, as pessoas continuam no meio

rural, onde não possuem custos com aluguel e, ainda, conseguem utilizar a força do trabalho em um negócio próprio.

A participação dos agricultores nas feiras livres acontece de maneira voluntária, bem como a permanência no projeto, dessa forma, torna-se relevante verificar se eles indicariam a participação nas feiras a outros agricultores, visando identificar aspectos do ambiente institucional que contribuem para a criação desta visão. Conforme identificado neste estudo, as motivações para participar das feiras livres foram diversas, desde a autonomia no trabalho até a possibilidade de ascensão material das famílias.

De tal modo, visando identificar aspectos que construíram a percepção dos agricultores sobre as feiras livres, questionou-se se eles indicariam a participação nas feiras a outros agricultores bem como os motivos para a indicação. Neste aspecto, observou-se que a maioria dos entrevistados faria a indicação por algumas razões, como: aumento e garantia de renda, quantidade comercializada, incentivo do órgão público com o custeio do local (estrutura e terreno) para a realização da feira e o ambiente de cooperação entre os membros do projeto.

Tal percepção positiva das feiras pode ser verificada mediante algumas expressões, a exemplo da família 7: “Sim, é uma ótima oportunidade de ter renda e ser dono do próprio comércio”, reforçado pela família 1: “Eu indicaria, pois deveria sempre ter mais agricultores com produtos diferentes, pois chama mais fregueses.” (informações verbais). Aspectos mercadológicos como diferenciais nos produtos também emergem nas respostas, como a da família 4: “Indicaria, mas só se eles tivessem produtos diferentes, por que se precisar fazer investimentos pra produzir o risco é muito alto, como eu nas hortaliças por causa do tempo (clima) é arriscado, não tem garantia”, confirmado pela família 11, a qual destaca as exigências sanitárias e a carga tributária como fatores de cautela para o investimento na atividade. “Sim, pois se não fosse a feira muitos não estariam no interior, mas depende do produto que vai trazer não é viável, por causa das taxas, no salame, 17% da carne e tem muita cobrança e pouco incentivo.” (informações verbais).

Para North (1992), as instituições formais possuem influência na dinâmica do mercado, uma vez que podem criar ambientes favoráveis à competitividade e às mudanças institucionais, bem como gerar entraves ao desenvolvimento. Nas expressões dos agricultores estes aspectos tornam-se perceptíveis.

#### 4.3.1 A percepção quanto às políticas públicas para a agricultura familiar

As políticas públicas de qualquer natureza, independente da finalidade e do público-alvo devem ser discutidas com a participação dos diversos agentes envolvidos (KEHRIG, 2005). Após sua implementação torna-se de extrema relevância a avaliação visando à reflexão quanto aos benefícios apresentados, as mudanças proporcionadas e as melhorias a serem seguidas.

Para tanto, a percepção do público participante da política pública representa uma importante ferramenta de gestão pública para o aprimoramento de ações e a criação de novas iniciativas que venham a suprir demandas da população. Nesse contexto, buscou-se identificar se os agricultores feirantes conhecem e/ou utilizam os programas públicos voltados para a agricultura familiar, uma vez que direta ou indiretamente este pode afetar o ambiente institucional da feira.

Assim, verificou-se que todos os respondentes têm conhecimento da existência de programas para a agricultura familiar, sendo que as famílias 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 10 utilizam destes para geração de competitividade e renda, sendo o PAA e o PNAE os principais a serem utilizados. Mediante as respostas observa-se uma visão estadista das políticas públicas, conforme Secchi (2010) esta abordagem trata o poder público como um monopólio responsável por prover os programas e projetos que viabilizem a manutenção das atividades.

As famílias 2, 3, 9, 11 e 12 conhecem que existem os programas, mas não fazem uso, por alguns motivos: procedimentos burocráticos para adentrar nos programas; limite de venda aos programas prejudicando a rentabilidade da propriedade, uma vez que os valores máximos dos programas por família é baixo na percepção dos agricultores; não tem interesse em programas, pois já possuem renda e mercado suficientes para a manutenção familiar.

O fato de os agricultores conhecerem os programas, mas não aderirem em razão de fatores estruturais, como burocracia e limite de venda, demonstra uma fragilidade no processo de elaboração das políticas públicas, onde se deve considerar a região em que estará sendo implementada, as características locais da atividade e o público-alvo (KEHRIG, 2005). A exemplo disto destaca-se o limite de venda anual de produtos em valores para os programas públicos; para a região Oeste de Santa Catarina onde a produtividade e o custo de vida são elevados os

valores apresentam-se baixos, obrigando os agricultores a buscar outros canais de comercialização.

A informação de que os agricultores conhecem a existência das políticas públicas específicas para a agricultura familiar proporciona a reflexão quanto à avaliação destes sobre as iniciativas. Entre os respondentes 46,15% consideram as ações regulares, seguidos de 38,46% que as entendem como boas e 15,58% como ótimas; nenhum respondente considera ruim ou sem contribuição.

O mesmo questionamento quanto às políticas públicas para a agricultura familiar foi direcionada ao coordenador do projeto, que as considerou boas, tecendo as seguintes considerações quanto ao tema:

Penso que nunca houve tanto acesso a crédito, possibilidade de legalização, construção de casas no meio rural com crédito sem necessidade de devolução. Mas vejo que existem muitas outras oportunidades que não são beneficiadas por simples ajuste histórico sócio político. Como, a produção de hortifruti, que por falta de tradição produtiva no oeste e falta de empresas (cooperativas) que estimulem outras áreas que sejam diferentes das grandes cadeias (leite, grãos, carne) não evoluem. Desta forma os AF deixam de atuar numa área importante de produção de alimentos que beneficiaria nossa região metropolitana. (Coordenador do Projeto). (informação verbal).

Kehrig (2005) sugere a criação de roteiros de análise das políticas públicas, nos quais aponta diretrizes de mudança e as ações a serem implantadas na sequência, pois se deve considerar a racionalidade limitada dos agentes que as formulam e executam, as percepções dos agentes envolvidos, para que estas sejam propulsoras de aprimoramentos.

Na continuidade da investigação quanto à percepção dos agricultores feirantes sobre as políticas públicas buscou-se verificar os aspectos positivos no desenvolvimento da atividade rural, considerando indicadores, como: legislação, acesso aos mercados, exigências dos consumidores e organização da classe.

Verificou-se que a totalidade dos feirantes considera a possibilidade do acesso aos consumidores por meio da venda direta nas feiras livres um aspecto de incentivo e manutenção para a atividade, bem como a oportunidade de trabalhar em um negócio que envolve os membros da família e perpetua a agricultura para as demais gerações, como ilustra a fala da família 12:

O movimento de venda no centro é ótimo, trabalhar com minha família é muito bom, ensinar os filhos que na roça pode dar dinheiro e não precisa vir pra cidade pra ter uma boa vida. Tem espaço pra todo mundo, mas tem

gente que prefere trabalhar de empregado por causa da carteira assinada (Família 12). (informação verbal).

Desse modo, destaca-se as feiras livres enquanto modalidade de políticas públicas em seu grau de intervenção, já que de acordo com Kehrig (2005) apresenta-se de maneira estrutural, pois busca interferir em relações estruturais, como renda, empresa e produtividade. As feiras livres contribuem diretamente para renda dos agricultores, as melhorias das condições de vida e a possibilidade de redução do êxodo rural da população jovem e a transformação da atividade rural em um negócio familiar que perpetue por gerações.

Para North (1992), as políticas públicas representam formas de regulamentar o mercado e oportunizar o desenvolvimento para os setores, seja por meio de estruturação física ou fatores que gerem competitividade aos envolvidos. Estas estruturas de incentivo são reconhecidas na fala da família 3: “Aqui no bairro a estrutura é diferenciada dos outros bairros, é boa, coberta, fechada, bem localizada na praça e que chama mais as pessoas para comprar.” (informação verbal).

Neste contexto, para a Sedema questionou-se inicialmente a avaliação do projeto feiras livres, obtendo a seguinte resposta: “[...] Na minha opinião, o programa de Feiras, já com 16 anos de história, tem evoluído em muitos setores, na parte de legalização das agroindústrias, no treinamento para segurança alimentar.” Destaca-se ainda que as questões relacionadas às instituições formais também são uma das preocupações do ente público, conforme ressalta o coordenador do projeto das feiras livres: “[...] precisa evoluir na legitimação do programa com a criação de uma lei que estabeleça normas, deveres, punições, formas de ingresso dos feirantes, comprimento de horários.” (informações verbais). O programa possui solidez e sucesso, uma vez que está no mercado há 16 anos, mas existe a oportunidade de aprimoramento das instituições formais, as quais, por sua vez, deverão propiciar segurança jurídica ao projeto e aporte legal para as ações, tanto da Sedema quanto dos agricultores.

O desempenho das firmas possui relação com a forma com que elas trabalham com os recursos, sejam humanos, tecnológicos ou de sistema no mercado, visando à redução dos custos de transação, definindo o desempenho econômico e as mudanças institucionais. Nas feiras livres, os incentivos também podem ser representados no

encurtamento da cadeia de produção, gerando ligação direta entre agricultores e consumidores, reduzindo custos de transação (NORTH, 1992).

Outro aspecto de destaque ressaltado pelo coordenador refere-se à percepção de que os feirantes criam barreiras de entradas para novos agricultores, “[...] os feirantes, mesmo com bancas vazias, dizem que não precisam mais de um ‘concorrente’ e na verdade com mais famílias temos mais produtos, mais diversidade, mais oportunidade de atendimento diferenciado.” (informação verbal). Destaca-se que os agricultores feirantes, na figura de “jogadores” influenciam no jogo, talvez como forma de proteção da ambiente institucional de concorrentes. Esta percepção não esteve presente nas falas dos agricultores sendo que diversos expuseram a necessidade de as bancas estarem ocupadas, mas com produtos diferentes e não concorrentes, visando à atratividade para os consumidores.

Nesse sentido, conforme destaca Gala (2003), esta assimetria no acesso às informações gera incertezas no ambiente, acarretando um processo de tomada de decisão repleto de subjetividade, uma vez que a percepção do mesmo assunto entre as partes é diferente, ou seja, entre a Sedema e os agricultores.

Na fala do ente público existe um bloqueio a novos feirantes nas feiras geradas pelos próprios agricultores, já estes destacam a relevância de todas as bancas estarem ocupadas, mas ressaltam que os novos feirantes devem ter diferenciais de produtos que venham a contribuir com o crescimento do ponto de feira e não somente ocupar a banca para gerar concorrência.

Os aspectos negativos do desenvolvimento da atividade rural foram retratados, visando contrapor aos positivos e a partir destes refletir sobre ações que poderiam melhorar tais percepções. Nesse contexto, destacam-se algumas expressões, principalmente, relacionadas à atuação do poder público, como os procedimentos para acesso aos programas quanto às condições estruturais das feiras, conforme a família 4: “A prefeitura privilegia alguns agricultores, são sempre os mesmos nas coisas. O valor limite de venda no PAA é muito baixo não compensa, deveria ser melhor distribuído e organizado”, bem como a família 9: “Muito imposto pouco incentivo. Falta apoio do governo lá em cima (federal) para o pequeno produtor.” (informações verbais).

Outro aspecto de destaque surge novamente relacionado aos limites de valores para a venda dos produtos das famílias para os programas vinculados ao

poder público, de acordo com a família 6: “O valor limite de venda para o PAA e o programa da merenda escolar [PNAE] é muito baixo. A infraestrutura da feira aqui no bairro poderia ser melhor, porque é velha e não chama as pessoas”, complementados pela família 11: “Não é só convidar [a prefeitura] para participar do PAA ou da merenda, falta incentivo em estradas, técnicos que são caros e a reforma de algumas feiras que já são velhas.” (informações verbais).

Os processos de comunicação dos programas públicos disponíveis para a agricultura familiar apresentam-se falhos na percepção dos agricultores, conforme a família 7: “A prefeitura não avisa muito quando tem chance de se inscrever nos programas para vender, às vezes fico sabendo mas já terminou as inscrições. As cotas são de valores baixos não vale a pena tanto papel para pouco valor no ano.” (informação verbal). O fato de os agricultores conseguirem uma renda média de R\$ 4.460,00, oriunda da feira livre, pode contribuir para a criação e a percepção de que os valores dos demais programas, projetos são baixos, uma vez que estes privilegiam a feira devido ao retorno financeiro, clientela formada, estrutura física, entre outros.

Diante dos relatos, percebe-se certa insatisfação dos agricultores familiares feirantes em relação à organização dos programas e os valores destinados à comercialização dos produtos a estes, aprimorando a necessidade de considerarem-se os fatores locais no momento da elaboração de políticas públicas, como produtividade, estrutura de incentivos, capacidade produtiva, para adequar cada ação ao contexto regional e, posteriormente, a aplicação de roteiros de avaliação das mesmas (KEHRIG, 2005).

A Sedema divulga aos feirantes as oportunidades, ante a falta de adesão canaliza os recursos para os agricultores que não têm acesso às feiras livres, objetivando proporcionar acesso aos mercados a outras famílias, contribuindo para a permanência na atividade rural, o que caracteriza uma política redistributiva.

O acesso aos recursos financeiros para a agricultura familiar foi destacado pelos agricultores, mas com ressalvas à necessidade de assistência técnica para o emprego destes valores nas propriedades, conforme exposto pela família 10: “[...] existem muitos financiamentos mais deveriam ensinar a usar o dinheiro, pois muitos se endividam e não dão mais a volta, daí vendem a terra pra pagar o banco.” (informação verbal). A assistência para investimentos financeiros apresenta-se como

uma necessidade a ser suprida, uma vez que estes recursos são incentivos institucionais, os quais, bem empregados, podem gerar o desenvolvimento e o crescimento da agricultura familiar.

Conforme descrito pelos respondentes torna-se relevante a estrutura de incentivos públicos na manutenção e crescimento da atividade rural familiar no município de Chapecó gerado pelo poder público e, a partir disso, as instituições formais e informais. Para North (1994), as instituições são as regras do jogo e a estrutura de incentivos gerada no ambiente institucional estimula os jogadores a desenvolver determinadas competências, visando ao fomento da competitividade, contribuindo para aprimorar o papel das instituições formais na regulamentação do comportamento dos agentes.

O comportamento do consumidor reflete-se na relação com os agricultores na fala da família 10: “Os preços são baixos, as pessoas pensam que por que somos do interior temos que vender de graça, pensam que deveria ser mais baixo que no mercado, mas já ganhamos pouco em cima.” Nas observações realizadas nos ambiente de feira também é possível identificar esta percepção por parte dos consumidores, os quais entendem que por ser venda direta via produtor deveria ser com valor inferior ao praticado no comércio em geral. Vale destacar que a própria Sedema disponibiliza uma tabela de valores mínimos e máximos para a prática, sendo compatível com o mercado da cidade.

Nesse sentido, destaca-se a visão oportunista das partes, a qual na economia dos custos de transação parte de pressupostos comportamentais, onde os indivíduos são oportunistas e fortemente autointeressados (OLIVEIRA, 2013). Assim, os agricultores entendem que por ser da agricultura familiar deveriam ser valorizados pelos consumidores, em virtude das dificuldades de produção, enquanto os consumidores compreendem que por ser um programa público com comercialização direta os valores praticados deveriam ser inferiores aos do mercado.

Destaca-se a atuação da Sedema na indução da formação de preços mediante o fornecimento de tabelas com os valores mínimos e máximos a serem praticados nas feiras, caracterizando-se como um agente regulador nas transações entre as partes, por meio da criação de instituições formais e informais (OLIVEIRA, 2013).

Na análise da percepção quanto à agricultura familiar pelos agricultores feirantes torna-se notável a relevância da interferência do poder público, tanto como agente de fomento ou regulatório, reduzindo os comportamentos oportunistas dos agricultores e dos consumidores, por meio das regras formais (NORTH, 1992). Destaca-se que existem diversos programas disponíveis aos agricultores familiares, mas, torna-se necessário uma assessoria para que estes tenham condições legais para acessar estas oportunidades.

Este processo passa pela profissionalização da gestão das propriedades rurais, transformando-as em negócios rentáveis, com produtividade elevada, processos de produção que utilizem as tecnologias disponíveis, geração de empregos e mão de obra qualificada, assim os mesmos poderão sentir-se estimulados a diversificar os locais de venda gerando desenvolvimento e permanência na atividade rural com qualidade de vida.

#### **4.3.2 Melhorias nos programas e projetos para a agricultura familiar**

Os programas públicos para o fomento da agricultura familiar, como, por exemplo, as feiras livres representam, entre outras, uma oportunidade de renda, de permanência da família na atividade rural, aquisição de bens e melhoria da qualidade de vida.

Diante de tamanha relevância buscou-se verificar as possíveis melhorias nos programas e projetos para a agricultura familiar que poderiam contribuir com a atividade, neste momento observou-se na entrevista a satisfação do feirante em expor suas necessidades. Inicialmente, destaca-se a necessidade dos agricultores para a divulgação das feiras nos bairros e, principalmente, da comercialização dos benefícios da alimentação com orgânicos, conforme segue:

Precisamos de mais divulgação da importância de consumir produtos orgânicos, incentivo fiscal para produtos orgânicos, pois os feirantes contribuem com impostos, incentivam o comércio e (precisamos) ter mais segurança para produzir hortaliças devido ao tempo (clima). A feira favorece a população pela produção regional de alimentos saudáveis. (Família 3). (informação verbal).

A divulgação dos benefícios do consumo dos produtos orgânicos e da compra direta nas feiras livres é referenciada pelo coordenador do projeto mediante a seguinte expressão: “[...] o consumidor é pouco informado em relação à

diferenciação de produtos, não valorizando produtos regionais, locais, produzidos de forma diferenciada, procurando basicamente o melhor preço na maioria dos casos.” (informação verbal). A assistência aos agricultores para a promoção das feiras livres no mercado, por meio de pesquisas, divulgação e acompanhamento mercadológico também foram questionamentos direcionados à Sedema, obtendo o seguinte retorno:

Em relação à equipe no setor de Marketing, não temos essa linha de prioridade de trabalho, é uma linha que eu particularmente gosto, mas não sou especialista e não me atrevo a implementar trabalhos. Assim como, outros setores o mercado de venda cada empresa busca suas adequações aos anseios do público consumidor, pelo fato de os feirantes terem esse contato semanal, a possibilidade de conversa, troca de experiências e saberes no atendimento direto ao consumidor pode, para agricultores empreendedores, ser a melhor estratégia de mudança de produção e inovações. (Coordenador do Projeto). (informação verbal).

Para tanto, destaca-se a relevância do marketing nas feiras, uma vez que o projeto está há 16 anos no mercado, mas necessita de disseminação dos produtos comercializados a todos os municípios, principalmente, para os pontos de feira localizados nos bairros, pois estes são recentes e necessitam gerar confiança entre os consumidores habituados em comprar nas feiras localizadas no centro da cidade.

O preço de venda também se destaca nas expressões, sendo este uma restrição formal imposta aos agricultores pela Sedema, uma vez que esta fornece uma tabela com os preços médios a serem praticados nas feiras, caracterizando-se como uma formalidade que regulamenta o mercado e restringe a ação humana, conforme a família 4: “O preço deveria ser mais justo, pois é produtor orgânico. Seria bom divulgar mais as vantagens dos orgânicos daí as pessoas vinham comprar e não reclamavam do preço.” (informação verbal).

A participação do poder público junto à agricultura familiar, na percepção dos agricultores, apresenta-se na fala da família 8: “Acho que deveria ter menos papéis porque é muita coisa para conseguir vender pra prefeitura deveria ser mais fácil. A prefeitura parece que faz de propósito dificultar as coisas.” O poder público é visto no provedor de todas as condições para o desenvolvimento da atividade rural, não considerando o fato de que a sustentabilidade da atividade está condicionada também a fatores oriundos da categoria, como organização, mobilização e a busca de novas estratégias de acesso aos mercados.

As feiras livres do município de Chapecó foram idealizadas pela parceria entre agricultores, poder público e sociedade, mas, para as famílias 7, 4, 6 e 1 a responsabilidade de manutenção estrutural dos espaços de comercialização é da Sedema, conforme expresso pela família 7: “[...] a condição das barracas poderia ser melhor, tem mato no terreno, quando chove não conseguimos fazer a feira porque é aberto e parece sujo.” (informação verbal). Esta expressão ressalta a relação de dependência criada pelo poder público ao longo dos anos de existência da feira junto aos agricultores, gerando a percepção de que a manutenção das estruturas das feiras é de responsabilidade do poder público, mesmo que o projeto tenha sido idealizado por um conjunto de agentes. Assim, destaca-se a relevância da integração entre a Sedema e a Aprofec, uma vez que se os agricultores participarem do planejamento, compreenderão que o projeto pertence aos diversos agentes, poder público, feirantes e comunidade.

Para o coordenador do projeto junto à Sedema existem alguns aspectos que podem ser melhorados nas feiras livres, como o planejamento integrado entre a Sedema e os agricultores familiares que, atualmente, são convidados para as reuniões, mas não participam. O apoio por parte do poder público poderia ser ampliado, conforme destaca o coordenador do projeto: “[...] a estruturação de uma equipe técnica multidisciplinar para atender às mais diversas áreas envolvidas no programa, como, sociologia, marketing, engenharia de alimentos, etc.” Estas necessidades ainda não foram sentidas a ponto de comprometer as feiras, pois o projeto já faz parte da cultura da população local, assim, as melhorias em infraestrutura, como, por exemplo, da feira no centro da cidade já mantém a venda dos agricultores, garantindo a sequência do projeto.

Na percepção do coordenador do projeto a legislação atual para produtos de origem animal dificulta a inserção da agricultura familiar, pois esta exige condições sanitárias, formalizações, alterações no sistema de produção que não estão ao alcance dos agricultores familiares, bem como a responsabilidade técnica, conforme segue:

[...] a responsabilidade técnica não está no agricultor e sim em normas e responsáveis técnicos, diferente de países europeus que as normas colocam a responsabilidade nos produtos e desta forma surgem os produtos diferenciados, com indicação geográfica e denominação de origem, com receitas, modos de fazer próprios que valorizam o trabalho das pessoas com notoriedade. (Coordenador do Projeto). (informação verbal).

Neste contexto, a legislação representa uma instituição formal que visa regulamentar o ambiente institucional, conforme Azevedo (2000, p. 34): “a criação de regras que disciplinam o comportamento dos participantes de um sistema agroindustrial pode ser decisiva para sua eficiência e competitividade.” Assim, as políticas públicas regulamentadas por legislações representam um direito adquirido pelo setor, bem como regulamentam as ações entre os agentes, influenciando nas relações entre agricultores, mercado consumidor e poder público, visando harmonizar as partes.

Outra oportunidade de aprimoramento da atividade rural no município é o resgate dos valores básicos do cooperativismo por meio dos quais a união de esforços promove o desenvolvimento coletivo, conforme ilustra a fala do representante da Sedema.

Essa é uma falha grave que dificulta a organização do setor rural em trabalhos em grupo, mas que beneficia as “cooperativas”, grandes agroindústrias que acabam tendo agricultores, integrados, trabalhando de forma individual, competindo por produtividade, diminuindo preço de produção em detrimento de qualidade. (Coordenador do Projeto). (informação verbal).

Para o coordenador do projeto existem diversas agroindústrias familiares no município, assim, há oportunidade de mercado para a constituição de empreendimento em formato de redes de cooperação, com uma estrutura diferenciada e o ganho para as famílias, somando recursos financeiros e força de trabalho. Igualmente, há espaço para a atuação do poder público como agente organizador das redes de cooperação, elaborando políticas públicas mediante a abordagem multicêntrica (SECCHI, 2010), onde organizações privadas ou não governamentais, como organismos multilaterais, constituem uma rede de políticas públicas (*policy networks*) em parceria com os atores públicos.

As melhorias para a agricultura familiar, apontadas pelos agricultores familiares e pela Sedema são diversas; em alguns aspectos convergem, principalmente, no que se refere à necessidade de profissionalização da gestão das feiras e das propriedades. Para tanto, considera-se que as estruturas governamentais de incentivo têm como objetivo promover o desenvolvimento rural, especialmente, da agricultura familiar, mediante sua relevância para as localidades.

Além da profissionalização, a manutenção nas propriedades rurais depende de diversos fatores, como a tecnologia no sistema produtivo, a mão de obra qualificada, o conhecimento da gestão das propriedades, as condições político-institucionais mediante acesso ao crédito, canais de comercialização e condições estruturais para a atividade, como meios de transporte, energia, etc.

Na seção seguinte serão descritas proposições que podem auxiliar na melhoria do ambiente institucional das feiras livres no município de Chapecó.

## **5 APLICABILIDADE DO ESTUDO E PROPOSIÇÃO DE MELHORIAS NO AMBIENTE INSTITUCIONAL NAS FEIRAS LIVRES DE PRODUTOS COLONIAIS E AGROECOLÓGICOS DE CHAPECÓ**

O reconhecimento da relevância da agricultura familiar para o desenvolvimento regional gerou historicamente a preocupação com a manutenção e o crescimento da atividade rural. Neste contexto, as políticas públicas específicas surgiram na tentativa de resolver problemas sociais, econômicos e ambientais, uma vez que o desequilíbrio do modelo de crescimento gera consequências para a administração pública, como inchaço dos centros urbanos que demandam serviços, como saúde, educação e geração de postos de trabalho. Mediante os resultados encontrados neste estudo, propõem-se algumas ações de melhoria no ambiente institucional das feiras livres, que, por consequência, podem contribuir para a sequência e crescimento do programa no município de Chapecó.

O estudo da forma de organização da feira, por meio das instituições formais e informais no ambiente institucional das feiras livres do município de Chapecó demonstrou a predominância das instituições informais pela constituição do programa; este não possui legislação regulatória no município ou estatuto que regulamente questões inerentes às relações entre agricultores, feirantes e consumidores.

Para tanto, torna-se fundamental a elaboração da legislação pertinente ao programa, visando transformá-lo em política pública para assegurar a permanência das feiras ao longo do tempo, sendo que esta já se encontra em processo de construção pelo poder público. Cabe ressaltar a relevância da participação da Aprofec neste processo de construção dos instrumentos legais regulatórios, bem como a forma de disseminação deste após aprovação, ocorrendo de maneira simplificada e compreensível aos feirantes.

Durante a pesquisa tornou-se notória a relação de dependência dos feirantes quanto à manutenção dos espaços da feira por parte do poder público, seja por meio da necessidade de divulgação, ampliação ou reforma das estruturas, entre outros. Desse modo, sugere-se integrar os agricultores feirantes no processo de planejamento das atividades anuais das feiras, uma vez que hoje eles são convidados a participar, mas não existe a adesão. Para tanto, sugere-se reuniões

semestrais a serem realizadas nos locais de feira, ou de maneira regional, para identificar as possíveis melhorias e compartilhar responsabilidades, pois uma política multicêntrica pressupõe a participação dos diversos atores envolvidos.

Neste processo de formalização, a atuação da Aprofec deve ser compreendida como primordial, já que esta também necessita de organização formal e profissionalização na gestão, pois na percepção dos agricultores a entidade tem atuação voltada somente à captação de recursos e promoção de treinamentos em parceria com outras entidades, sem a presença ativa nas feiras livres. A criação de uma equipe multidisciplinar seja por parte da Sedema ou da Aprofec poderia auxiliar os agricultores na administração dos negócios familiares, por meio de programas de sucessão familiar rural; planejamento estratégico, otimização dos recursos de produção e acesso aos mercados.

Seguindo na comercialização dos produtos têm-se a oportunidade de ampliar a demanda mediante a promoção de eventos de divulgação dos pontos de feira livre, uma vez que o programa consolidado no mercado de Chapecó e região torna-se necessário manter o conhecimento da população sobre os produtos e pontos de venda. Assim, propõe-se a realização de ações de marketing que visem divulgar as feiras e tornar os pontos de venda ambientes propícios ao consumo e convívio entre agricultores e consumidores.

Uma possibilidade é a realização de eventos que transformem as feiras livres em momentos de socialização, integração cultural, convívio, capazes de humanizar os espaços. Outra possibilidade é a melhoria das placas de identificação das feiras nos bairros e informativos à população, além da presença de bancas da agricultura familiar nos eventos promovidos na cidade.

A sustentabilidade da agricultura familiar no município de Chapecó perpassa pela capacidade do setor em gerar diferenciais competitivos aos consumidores e os espaços de escoamento da produção. Como estratégia de desenvolvimento, deve-se ter atenção especialmente no aproveitamento dos nichos de mercado e canais alternativos de comercialização. Para tanto, a profissionalização da gestão das propriedades apresenta-se como vital ao processo, uma vez que esta problemática encontra-se na compreensão dos mercados e não nos meios de produção.

A profissionalização do agronegócio familiar direcionado à criação de vantagens competitivas para o setor perpassa pelos investimentos que visem

capacitar os agricultores para a gestão do processo produtivo a montante e a jusante, bem como o aproveitamento das oportunidades de mercado, sendo estes investimentos que podem ser realizados em forma de parcerias entre o poder público e entidades, como associações, ONGs, Universidades, consultorias e sindicatos, entre outros.

O projeto das feiras livres está implantado na cidade de Chapecó há 16 anos e a maioria dos agricultores feirantes faz parte do projeto há mais de uma década, dessa forma, visando oportunizar que outras famílias participem da iniciativa sugere-se a criação de mais pontos de feira ou a ampliação dos existentes.

Em consonância a esta ação é preciso manter os agricultores feirantes já existentes no projeto para a manutenção do ambiente institucional estruturado e a inclusão de novas famílias, visando à oferta de novos produtos, oxigenando as relações internas, ampliando o *mix* de ofertas aos consumidores, além de oportunizar que outras famílias usufruam da feira para permanência no meio rural e melhoria da qualidade de vida.

O ambiente institucional da agricultura familiar do município de Chapecó apresenta-se com diversas oportunidades de melhorias, conforme descrito no Quadro 8, a seguir.

Quadro 8 – Proposição de melhorias no ambiente institucional nas Feiras livres de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó



Fonte: elaborado pela autora.

As políticas públicas para a agricultura familiar são essenciais para o equilíbrio do mercado e a manutenção da atividade rural, enquanto estruturas de incentivo e devem ser formuladas considerando a diversidade regional e aspectos de mercado.

As feiras livres são exemplo de iniciativas bem-sucedidas para estimular a comercialização dos produtos da agricultura familiar e a geração de renda, sendo primordial a avaliação constante do programa para o aprimoramento e a integração das atividades. As melhorias propostas dependem de um processo de compartilhamento de responsabilidade entre os atores envolvidos, uma vez que o desenvolvimento das feiras livres promovem benefícios a diversos públicos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da região Oeste de Santa Catarina possui relação direta com a agricultura familiar, uma vez que seu processo de colonização se iniciou pela formação de pequenas extensões de terra, habitadas por famílias que produziam para subsistência e comercializavam o excedente, assim a economia dos municípios passou a ter como base a produção agrícola. Ante tal relevância, a criação de programas específicos para a agricultura familiar contribui para a manutenção da atividade e a geração de renda.

Este estudo objetivou analisar o ambiente institucional das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó (SC) para o fortalecimento da agricultura familiar, já que este se caracteriza como uma iniciativa gerada pela demanda da sociedade, dos agricultores e estruturada pelo poder público. Assim, o ambiente institucional das feiras livres tem como agentes envolvidos os agricultores familiares feirantes; o órgão público na figura da Sedema e os consumidores.

Diante dos resultados encontrados quanto ao perfil das famílias participantes das feiras identificou-se que as propriedades possuem características do modelo de colonização empregado na Região Oeste de Santa Catarina, sendo predominantemente compostas por minifúndios; todas as propriedades pesquisadas são próprias e as atividades são desenvolvidas há mais de uma década.

A atividade rural apresentou-se com uma força de trabalho que está envelhecendo, com famílias compostas por poucos membros. A educação dos filhos apresenta-se como prioridade dos agricultores; muitos deles não retornam para a propriedade após concluir a formação, gerando um problema de sucessão familiar e consecução da atividade rural da família.

As Feiras Livres de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó apresentaram-se como uma alternativa de diversificação de renda e produção, sendo que as famílias conseguiram deixar o sistema agroindustrial para comercializar nas feiras, aumentando o *mix* de produtos e possibilidades de acesso aos mercados. Outro aspecto de destaque apresenta-se com o valor médio gerado nas feiras, sendo este superior à média da região e provedor da maioria da renda total das famílias.

Destaca-se também a oportunidade de transformar as feiras livres do município em espaços de humanização e sociabilidade, por meio do estímulo ao convívio social, apresentações culturais, visando o aproveitamento da feira enquanto espaço de consumo do imaginário via resgate do sentimento de pertencimento a atividade rural e confiança entre consumidores e feirantes, para tanto torna-se necessário a melhoria estrutural dos espaços, principalmente nos bairros. Originalmente, tem-se indícios que o projeto das feiras livres de Chapecó comportava estes espaços de convivência, mas a iniciativa não foi implementada na totalidade, sendo esta informação não confirmada nos históricos da Sedema.

O ambiente institucional é composto por instituições que representam restrições humanas formais ou informais, desse modo, verificou-se que a organização interna dos agricultores familiares nas feiras livres apresenta-se predominantemente composta por instituições informais.

A base para estes comportamentos possui relação com elementos que não podem ser manipulados com facilidade, como as tradições culturais e valores das comunidades em que fazem parte, bem como pelo compromisso informal que todos demonstram para com a sustentabilidade do programa.

Este ambiente predominantemente composto de instituições informais é expandido pela relação entre os agricultores e os clientes, uma vez que existe a fidelização dos clientes que efetuam compras com regularidade, o que gera frequência de transações e, com isto, o aumento da credibilidade e da confiança entre as partes.

Mediante estes aspectos comportamentais reforçados surgem as transações realizadas por meio da fidelização dos clientes que efetuam as compras e procedem com o pagamento de maneira mensal, semanal ou quinzenal, sendo este registro realizado de maneira informal em cadernetas e anotação, nas quais consta somente o nome do cliente, reforçando os aspectos da relevância da frequência das transações como fator de redução dos custos de transação.

As regras informais também estão presentes na regulamentação do programa perante o ente público, no caso a Sedema, já que não existe legislação própria para as feiras, mesmo após 16 anos de funcionamento. A morosidade na elaboração de regras formais para as feiras justifica-se, entre outras, pela relação harmônica entre os agricultores feirantes e a Sedema.

A agricultura familiar está imersa em um ambiente que recebe influências de diversos fatores, como a variação de preços, políticas públicas e comportamento do consumidor. Assim, as regras informais restringem o comportamento oportunista dos agentes, e, por sua vez, facilitam a interação entre eles, reduzindo os custos de transação.

A ação do poder público, na figura da Sedema, nas feiras livres aconteceu desde a concepção do projeto e nas estruturas de incentivo que o poder público fornece para a sua manutenção. Assim, as contribuições do fomento público no ambiente institucional foram identificadas nas expressões dos agricultores quando citado o apoio por meio de capacitações, pagamento de aluguéis dos espaços de feira, fornecimento de suporte técnico que, por sua vez, auxilia na geração de renda e propicia melhoria na qualidade de vida dos agricultores.

O aporte teórico da NEI contemplou os objetivos desta pesquisa, mas outras concepções podem contribuir para a análise desta realidade, como a sociologia econômica e suas concepções das relações entre os agentes nos processos.

Nesse sentido, ao término desta pesquisa, que teve como objetivo geral analisar o ambiente institucional das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó como fomento público para o fortalecimento da agricultura familiar, considera-se que este trabalho fornece subsídios para reflexões relevantes sobre o desenvolvimento de programas e projetos públicos voltados à agricultura familiar, bem como a compreensão da dinâmica do ambiente institucional em que as feiras do município de Chapecó estão inseridas, sendo fonte de dados que contribuem no processo de tomada de decisão.

## 6.1 ESTUDOS FUTUROS

Considerando os resultados do estudo, descrevem-se algumas recomendações para pesquisas futuras sobre a temática, observando aspectos, como segurança alimentar, ambiente institucional e sucessão familiar.

Nesse contexto, sugere-se a realização de um estudo sobre a percepção de aspectos relacionados à segurança alimentar na percepção de agricultores e consumidores. Esta pesquisa poderá contribuir para o aprimoramento dos processos produtivos, organização estrutural dos locais de comercialização, criação de

instituições formais de segurança alimentar e demonstração das atuais práticas de gestão da segurança alimentar.

Para enriquecer o estudo sobre ambiente institucional, torna-se interessante replicar este estudo em outras feiras livres do Brasil, visando contrapor os ambientes institucionais. Esta comparação proporcionaria a oportunidade de comparar cenários, avaliar se as políticas públicas elaboradas, considerando o ambiente macro institucional, atendem às demandas sociais do setor e aprimorar práticas de gestão tanto pelo poder público quanto pelos agricultores.

A continuidade da atividade rural pelas gerações apresenta-se como um desafio para a agricultura familiar, desse modo, recomenda-se a realização de um estudo sobre a influência das políticas públicas no processo sucessório da agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina, visando identificar o cenário na região, os aspectos que influenciam na perpetuação da atividade e como as ações públicas impactam neste processo.

Outra oportunidade de investigação apresenta-se na compreensão do processo de constituição das associações de agricultores familiares e suas implicações para a dinâmica territorial da Região Oeste de Santa Catarina, para, dessa forma, esclarecer como acontece a formação das redes de cooperação entre produtores e a influência destas na competitividade do setor.

Destaca-se que há inúmeras oportunidades de se seguir com os estudos sobre a agricultura familiar, especialmente, na Região Oeste de Santa Catarina, sob o aporte de outras concepções teóricas. Estes estudos podem ser utilizados como ferramentas na tomada de decisão pelo poder público, associações e sociedade, no intuito de aprimorar este setor considerado de extrema relevância para a economia e parte histórica dos municípios.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 137-157, 1998.
- ANDRADE, C. H. M. de et al. A Relação entre Confiança e custos de transação em Relacionamentos Interorganizacionais. **RAC. Revista de Administração Contemporânea**, n. 4, p. 608-630, 2011.
- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, 2005.
- AZEVEDO, P. F. de. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.
- BACHEV, H. Efficiency and Sustainability of Economic Organizations in Agribusiness. **International Journal of Business Insights & Transformation** [online], v. 4, n. 1, p. 4-22, October 2010.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BLAD, M. Pluriactivity of farming families-old phenomenon in new times. **Rural Areas and Development**, v. 7, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra 2013/2014**. Brasília – DF: MDA, 2013. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- BOUSSAGUET et al. **Dictionnaire des politiques publiques**. Paris : Les Presses de Sciences Po. 518 p.
- BRASIL. **Lei n. 11.326/2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- BRYMAN, A. **Research methods and organization studies**. New York: Routledge, 1989.
- CALSAVARA, G.; CRUZ, A. C. Análise da concentração de recursos do PRONAF. **Revista IN AGRO – Sociedade e desenvolvimento rural** [on-line], v. 7, n. 4, 2013. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista>>. Acesso em: 06 jan. 2014.
- CANCELIER, J. W.; CAMPOS, N. J.; BERTOLLO, V. Agricultura familiar: Possibilidades e estratégias de reprodução; o caso de Chapecó – SC. In: SIMPÓSIO

NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2005, Presidente Prudente. **Jornada Ariovaldo de Oliveira**. Presidente Prudente, 2005.

COASE, R. H. Problem of social cost. **The Journal of Law & Economics**, v. 3, p. 1, 1960.

COLLINS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORNETT, R. **Agriculture still a business of family farms** [online], v. 32, n. 21, p. 12, September 18, 2010.

COSTA, J. P.; RIMKUS, L. M. REYDON, B. P. Agricultura Familiar, tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, Rio Branco, Acre. **Anais eletrônicos...** 2008. Disponível em: <[www.sober.org.br/palestra/9/846.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/9/846.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2014.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A Concept of Agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. da. **Novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002. v. 1.

DORIGON, C. O Mercado Informal dos Produtos Coloniais da Região Oeste de Santa Catarina. In: ENEC - ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 5.; ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO TENDÊNCIAS E IDEOLOGIAS DO CONSUMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO, 1. 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, Londres, v. 35, n. 1, p. 1-38, 2007.

FARINA, E. M. M. Q.; SAES, M. S. M.; AZEVEDO, P. F. de. **Competitividade**: mercado, estado e organizações. São Paulo: Singular, 1997.

FUGITA, C. Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense. **Geo UERJ**, ano 15, v. 1, n. 24, p. 312-338, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

GALA, P. A. Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, p. 90, abr./jun. 2003.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993. 290 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-de-MELLO, R.; SILVA, A. B. da (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOMES, F. G. A nova economia institucional (NEI) e o (sub)desenvolvimento econômico brasileiro: limites e impossibilidades de interpretação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 2004.

IBGE. **Censo demográfico**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

KEHRIG, R. T. **Políticas Públicas**. 2. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2005.

KONRAD, J.; SILVA, C. A. Agricultura familiar no Oeste Catarinense: da colônia à integração. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** 2012. Disponível em:

<[w](#) >. Acesso em: 12 jan. 2014.

LAMARCHE, H. et al. **A agricultura familiar: comparação internacional do mito à realidade**. Tradução Frédéric Bazin: Campinas: Unicamp, 1998.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books, 1936/1958.

LINDBLOM, C. E. "Still Muddling, Not Yet Through". **Public Administration Review**, v. 39, p. 517-526, 1979. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/976178?seq=1>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

LOCATELLI, D. P. S. **Avaliação da qualidade da feira de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó – centro 1 por parte dos consumidores**. 89 p. Dissertação (Mestrado)–Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSDEN, T. et al. **Rural Restructuring: global processes and their responses**. London: David Fulton Publishers, 1990.

MELLO, M. A. Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: Migração, sucessão e celibato. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 2008, Fortaleza, Ceara. **Anais eletrônicos...** 2008. Disponível em: < >. Acesso em: 12 fev. 2014.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, 1., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 338 p., 2005.

MIOR, L. C. et al. Redes e agroindústrias: as inovações organizacionais dos agricultores familiares e os novos mercados em Santa Catarina. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 51., 2013, Belém. **Anais...** Belém, 2013.

NAGEL, B.; GONÇALVES, D; RANGEL, P; PEÇANHA, T. **Os Bastidores de Uma Feira Livre**. " – PUC-Rio, 2007. Disponível em <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/13%20-%20os%20bastidores%20de%20uma%20feira%20livre.pdf>>. Acesso em 17 dez.2014.

NORTH, D. C. Transaction Costs, Institutions and Economic Performance. **International Center for Economic Growth**. Occasional Paper, 1992. Disponível em: <[http://khosachonline.ucoz.com/\\_ld/1/144\\_chi\\_ph\\_gd-th\\_ch.pdf](http://khosachonline.ucoz.com/_ld/1/144_chi_ph_gd-th_ch.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

NORTH, D. C. Economic performance through time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359-368, jun. 1994. Disponível em: <<http://classwebs.spea.indiana.edu/kenricha/classes/v640/v640%20readings/north%201994.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Resolution adopted by the General Assembly**, 2011.

PAIM, E. A. Aspectos da constituição histórica da Região Oeste de Santa Catarina. **Revista de história**. 14. ed. João Pessoa, 2006. Disponível em: <<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/viewFile/11346/6460>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

PELINSKI, A. et al. A diversificação no incremento da renda da propriedade familiar agroecológica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 4., 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2006.

PENTLAND, B. T. Building process theory from narrative: from description to explanation. **Academy of management review**, v. 24, n. 4, 1999.

PERTILE, N. **Formação do Espaço Agroindustrial em Santa Catarina**: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91823>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

PETTIGREW, A. M. **The Awakening Giant**: Continuity and Change in ICI, Oxford: Basil Blackwell, 1985.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 19, n. 23, p. 149-188, 2014.

PREFEITURA DE CHAPECÓ (Município). **Chapecó**: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Chapecó – Sedema, 2014. Disponível em: <[www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br)>. Acesso em: 02 dez. 2013.

RICHETTI, A. O que é diversificação agropecuária? **Informe Agropecuário**. Sindicato Rural de Campo Grande. MS. Ano XX - Nº 279 - SETEMBRO/2009. Disponível em: <<http://www.srcg.com.br/public/informe/1576-site-informes-agropecuarios-1302280097-pdf.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

RIPPERGER, T. **Ökonomik des vertauens**. Tübingen: Mohr Siebeck Press, 1998.

RODRÍGUEZ, C. I.; LORENZO, O.; HERRERA, L. Teoría y práctica del análisis de datos cualitativos. Proceso general y criterios de calidad. **Revista Internacional de Ciencias Sociales y Humanidades**, SOCIOTAM, julio-diciembre, v. 15, n. 2, p. 133-154, 2005.

SCARTASCINI, C.; STEIN, E.; TOMMASI, M. Political Institutions, intertemporal cooperation, and the quality of public policies. **Journal of Applied Economics** [online], May, v. 16, n. 1, p. 1-32, 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/15140326>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

SCHERER, C. de M. **Caracterização do ambiente institucional e sua mudança no Brasil entre 1889 e 1945**. 2007. 207 f. Dissertação (Mestrado em Economia)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). **Desenvolvimento Rural – Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Ed.). **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, D. F., Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010

SHAW-TAYLOR, L. The rise of agrarian capitalism and the decline of family farming in England 1. **Economic History Review** [online], February, v. 65, n. 1, p. 26-60, 2012. Disponível em: <[http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/\(ISSN\)1468-0289](http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1468-0289)>. Acesso em: 12 abr. 2014.

SIMONETTI, D. et al. Diversificação da renda e agregação de valor na agricultura familiar: lições a partir de uma comunidade rural. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 20, n. 2, 2013.

SIMON, H. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID, 1957.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20- 45, jul./dez. 2006.

SILVA, J. L. M. da; SOUSA, M. A. de. Análise da distribuição dos recursos do Pronaf crédito entre as regiões Nordeste e Sul. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 6, n. 2, 2007.

VALANDRO, K. et al. O impacto das estratégias de diversificação na renda dos agricultores: um estudo numa comunidade rural. **Synergismus scyentifica UTFPR**, v. 6, n. 1, 2011.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ZYLBERSZTAJN, D. **Caminhos da agricultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 2011. 124 p.

WILDAVSKY, A. **The Policy of Budgetary Process**. 2. ed. Boston: Little and Brown, 1992.

WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**, v. 38, n. 3, p. 595-613, 2000. Disponível em: <<http://se.xmu.edu.cn/oldversion/admin/manage/File/87/2577/1110.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

WILLIAMSON, O. E. Comparative economic organization: thr analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quaterly**, 1991. Disponível em: <[http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PNABX332.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNABX332.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: 4. ed. Bookmann, 2010.

APÊNDICE A – Entrevista semiestruturada aplicada aos agricultores participantes da Feira Livre de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó (SC)

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o ambiente institucional das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó como fomento público para o fortalecimento da agricultura familiar.

**O sigilo das informações individuais será preservado (nenhuma informação identificável será divulgada).**

**I – Características da propriedade e da família**

1) Tamanho da propriedade em hectares: \_\_\_\_\_

2) Família:

Gênero	Idade	Escolaridade	Ocupação principal

3) Tempo (anos) que a família desenvolve a atividade rural: \_\_\_\_\_

4) Condição da propriedade:

( ) própria ( ) arrendada ( ) outros

5) Quais os produtos que comercializa na feira livre?

( ) Hortaliças ( ) Frutas ( ) Leite e seus derivados ( ) Mel

( ) Ervas medicinais ( ) Vegetais ( ) Pães, bolo, biscoitos ( ) Ovos

( ) Carnes e derivados ( ) Artesanato ( ) Flores e plantas ornamentais ( ) Peixe

Outros: \_\_\_\_\_

- 6) Qual o valor médio mensal vendido na Feira Livre de Produtos Coloniais e Agroecológicos? \_\_\_\_\_

## II – Papel das instituições locais

- 7) Há quanto tempo participa da feira livre? \_\_\_\_\_

- 8) Fale-me um pouco sobre a atuação da associação nas feiras?

---

---

---

---

- 9) Fale-me um pouco sobre a atuação da SEDEMA nas feiras?

---

---

---

- 10) Como soube da existência da feira livre?

- ( ) Indicação de conhecidos                      ( ) Prefeitura - Secretaria de Agricultura  
( ) Associação – APROFEC                      ( ) Sindicato( ) Outros:

Quais: \_\_\_\_\_

## III – Organização formal e informal das feiras

- 11) Fale-me um pouco sobre a organização dos feirantes (parceiras, regras formais e informais)?

---

---

---

- 12) Comercializa produtos de outros agricultores em sua banca?

- ( ) Sim ( ) Não

Quais produtos? \_\_\_\_\_

13) Caso positivo, como acontece a relação entre vocês quanto à venda destes produtos na feira (contrato, somente informal)?

---

---

---

---

14) Qual a periodicidade de comercialização dos produtos na feira?

01 vez por semana     02 vezes por semana     Não participa regularmente  
 Outros: Quais: \_\_\_\_\_

15) Na (s) banca (s) ocupada (s) pela família, existem clientes fixos?

Sim     Não

16) Fale um pouco como se dá a relação (formal e informal) de compra-venda com estes clientes?

---

---

---

#### **IV – Influência do fomento público**

17) Qual atividade que desenvolvia antes de inserir-se na feira?

---

---

---

18) A feira livre contribui para que na sua propriedade expandisse a variedade de produtos?

Sim     Não

19) Quais as melhorias que houve na propriedade, após ingressar na feira?

---

---

20) Indicaria a participação na feira a outros agricultores familiares? Por que?

---

---

---

21) Conhece e/ou utiliza os programas públicos para a agricultura familiar? Quais?

---

---

22) Como você avalia as políticas dos governos para a agricultura familiar?

( ) Ótimas ( ) Boas ( ) Regulares ( ) Ruins ( ) Não contribuem em nada

23) Na sua percepção, cite aspectos positivos no desenvolvimento da atividade rural (acesso aos mercados, legislação, consumidor, organização da classe)?

---

---

24) Na sua percepção, cite aspectos negativos no desenvolvimento da atividade rural (acesso aos mercados, legislação, consumidor, organização da classe)?

---

---

25) Quais as possíveis melhorias nos programas e projetos para a agricultura familiar?

---

---

APÊNDICE B – Questionário aplicado ao representante da Sedema

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o ambiente institucional das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó como fomento público para o fortalecimento da agricultura familiar.

**O sigilo das informações individuais será preservado (nenhuma informação identificável será divulgada).**

**I – Papel das instituições**

- 1) Fale-me um pouco sobre os procedimentos para a aceitação de um agricultor nas feiras livres?

---

---

- 2) Quais as ações da Sedema junto aos agricultores feirantes?

---

---

- 3) Qual a relação da Sedema com a Aprofec? Como acontece?

---

---

- 4) A Sedema possui equipe especializada para pesquisa e acompanhamento das feiras livres no mercado (aceitação mercadológica, novos produtos)?

---

---

### III – Influência do fomento público local

- 5) Na sua percepção, as feiras livres alteraram a dinâmica da agricultura familiar no município de Chapecó? Em quais aspectos?

---

---

- 6) Como você avalia o programa no município?

---

---

- 7) Quais as possíveis melhorias para o programa?

---

---

- 8) Na sua percepção os programas para a agricultura familiar no município atendem a demanda do setor? Por quê?

---

---

- 9) Como você avalia as políticas dos governos para a agricultura familiar?

( ) Ótimas ( ) Boas ( ) Regulares ( ) Ruins ( ) Não contribuem em nada

- 10) Na sua percepção, cite aspectos positivos no desenvolvimento da atividade rural (acesso aos mercados, legislação, consumidor, organização da classe)?

---

---

- 11) Na sua percepção, cite aspectos negativos no desenvolvimento da atividade rural (acesso aos mercados, legislação, consumidor, organização da classe)?

---

---

APÊNDICE C – Roteiro de observação aplicado nos 10 pontos de feira livre de Chapecó

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

**I – Dados de identificação do ponto**

1.1 Localização: \_\_\_\_\_

1.2 Quantidade de bancas: \_\_\_\_\_

1.3 Quantidade de famílias: \_\_\_\_\_

1.4 Dias de atendimento: \_\_\_\_\_

1.5 Produtos comercializados:

( ) Hortaliças ( ) Frutas ( ) Leite e seus derivados ( ) Mel

( ) Ervas medicinais ( ) Vegetais ( ) Pães, bolo, biscoitos ( ) Ovos

( ) Carnes e derivados ( ) Artesanato ( ) Flores e plantas ornamentais ( ) Peixe

Outros: \_\_\_\_\_

1.6 Como é a estrutura física da feira livre? \_\_\_\_\_

**II - Papel das instituições locais**

2.1 Existe a presença da Sedema nos dias de feira? Qual a atuação durante a feira?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2.2 Existe a presença da Aprofec nos dias de feira? Qual a atuação durante a feira?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2.3 Existe a fiscalização da comercialização de alimentos aos consumidores?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### III – Organização formal e informal das feiras

3.1 Quais os aspectos formais que restringem o comportamento oportunista dos feirantes?

---

---

3.2 Como se dá à relação entre os feirantes? (confiança, oportunismo, concorrência, parcerias).

---

---

3.3 Como se dá a relação dos agricultores feirantes e os consumidores? (relação de compra-venda, comportamento, frequência das transações, confiança, dialogo, expressões).

---

---

3.4 Como é a relação entre os agricultores feirantes com os clientes fixos?

---

---

3.5 Como é o comportamento dos agricultores feirantes no momento da venda (marketing, venda direta)?

---

---